

revista de estudos guineenses

n.4 jul.87

SORONDA



**NATURE ET FONCTIONNEMENT
DU POUVOIR
CHEZ LES BALANTA BRASSA**

DIANA LIMA HANDEM



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

edições INEP



**A TRANSIÇÃO HISTÓRICA
NA GUINÉ-BISSAU**

CARLOS LOPES



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

edições INEP

SORONDA

REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

SUMÁRIO

- Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística
Mário Santos 3
- A pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação:
elementos para uma teoria
Jean-Pierre Lepri 15
- Barragens em Bolanhas de água salgada
Rui Ribeiro 38
- Nhomingas e Bidjogos — da pesca de «subsistência»
à pesca «comercial»
Raúl Fernandes 58
- Sobre a medicina tradicional e formas da sua colaboração
com a medicina moderna
Eve Crowley e Rui Ribeiro 95
- Estudo básico sobre perturbações mentais no país
Jop de Jong, G. Klein e Tern Horn 113
- A formação e a assistência técnica na agricultura e
desenvolvimento rural
José Filipe Fonseca 133
- «A importância crescente da informação e suas regularidades em África»
Carlos Cardoso 144
- Documentos
- Para uma educação endógena na África Subsariana
Manuel Rambout Barcelos 154
- ACTIVIDADES DO INEP 168
- NOTAS DE LEITURA 174

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOSSA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA

Por MÁRIO SANTOS (*)

Estas breves considerações foram elaboradas com vista à sua apresentação no Congresso da Associação Portuguesa de Linguística de 1986, para o qual o INEP foi convidado pela primeira vez. A apresentação do trabalho, em Lisboa, em Novembro de 1986, foi a ocasião para uma nova discussão sobre a importância do Kriol Crioulo da Guiné-Bissau e do papel que este poderá desempenhar no futuro do país.

INTRODUÇÃO

A presença aqui de vários especialistas de diversos países, para versarem em matérias de muita importância vinculadas com a linguística, reflecte a boa consideração que a Associação Portuguesa de Linguística atribui ao tema proporcionando um Encontro desta índole.

O facto resulta mais louvável, tendo em conta que a linguística é um campo fértil de concepções que defendem critérios que às vezes originam posições divergentes, na abordagem de alguns aspectos desta ciência.

A realização deste Encontro possibilitará aos delegados presentes debruçarem-se de forma reflexiva, sobre as questões mais pertinentes da linguística. Onde as

(*) Licenciado em Psicologia Social pela Universidade de Santa Clara (Cuba) e investigador do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP.

especificidades dos países aqui representados poderão contribuir para enriquecer um interessante debate e proporcionar um frutífero intercâmbio de experiências entre os participantes.

O trabalho que vamos apresentar pretende contribuir para uma melhor abordagem e precisão dos assuntos que frisaremos, pelo que resolvemos dividi-lo em quatro partes essenciais que, em termos de síntese, ilustraremos desta forma:

- 1 — A relação entre o pensamento e a linguagem
- 2 — Particularidades linguísticas das crianças da Guiné-Bissau
- 3 — A problemática da sociolinguística
- 4 — A problemática sociolinguística da Guiné-Bissau

Visamos assim, determo-nos tanto quanto possível nos elementos fundamentais de cada temática.

1 — Pensamento, linguagem; pensamento = linguagem; ou pensamento — linguagem?

1.1 A criação de uma nova disciplina científica, a psicolinguística antes denominada «psicologia da linguagem», reafirma a necessidade de informar-se adequadamente dos vínculos que possam existir ou não entre o pensamento e a linguagem.

Antes de abordarmos esta questão, achamos importante referir, em particular, algumas das peculiaridades mais revelantes que caracterizam tanto o pensamento como a linguagem.

O pensamento em poucas palavras, não é mais que um conhecimento mediato e generalizado da realidade objectiva. O que implica o descobrimento das relações e conexões entre os objectos dessa realidade, como também as qualidades e o carácter dos fenómenos.

Para que se consiga estes objectivos é imprescindível que o pensamento determine uma tarefa ou problema. «Uma finalidade para actividade mental do indivíduo» (1). Inseridas nas condições de questionamento de um problema. Isto quer dizer que deve-se considerar qualquer acto mental, como o surgimento de uma motivação que reflecte a necessidade de conhecimento de algo, que pode ser uma questão, um assombro, uma confusão, uma contradição, etc. Esta situação problemática condiciona o início do processo mental, orientado pela solução de um qualquer problema.

O pensamento não se pode isolar do seu vínculo íntimo com a prática social. Surge das necessidades e interesses dos indivíduos; os aspectos emocionais que expressam vivências subjectivas e as posições do homem em relação ao seu ambiente. Esta tese permite-nos chegar à conclusão de que não existe o pensamento «puro», senão o próprio homem em si. Manifestando-se deste modo, a influência em menor ou maior escala (no que concerne a personalidade) dos factores sentimentais no acto mental.

É conveniente mencionar que se é certo que o sentimento em certas ocasiões pode afastar o pensamento da via mais acertada seria contestável atribuir-lhe só esta função negativa, visto mesmo como um factor desorganizador. Quando se consegue

submeter o emocional ao controlo do intelecto, perseguindo uma unidade consciente do intelectual e do afectivo, a participação do sentimento, concede ao pensamento uma maior intensidade; agudeza e força.

Deste modo, este pensamento, reforçado pelo sentimento, penetra mais profundamente no objecto que o pensamento «objectivo», que é indiferente.

Enquanto o pensamento se dirige em forma de operações orientadas para a solução de determinadas tarefas ou problemas, o processo mental deve ser um acto de vontade activa, com vista a uma finalidade.

Essa necessidade de força de vontade que deve ser constatada, na solução do problema, ajuda a superar ou a vencer as dificuldades que se vão acumulando antes ou no decurso do pensamento.

Não queremos deixar de destacar que o pensamento, muito embora sendo um fenómeno íntegro, com os elementos da estrutura unidos dialecticamente, na sua efectivação, passa por uma série de fases ou estádios, desde o questionamento do problema até à solução do mesmo, já com a inclusão do momento operativo, estratégia, tática, etc. (que aqui não vamos desenvolver por razões óbvias) e que fornecem com outros componentes, uma ideia global das principais características do pensamento.

Passamos agora a falar da linguagem, um fenómeno de reconhecida amplitude e complexidade e onde sempre existiram confrontações com pontos de vista adversas, cada qual tentando encontrar a melhor saída a um ou outro questionamento.

Há quem veja a linguagem num sentido restrito: expressão fonética ou linguagem fonética. Mas sem querer diminuir a importância desta característica da linguagem a interpretação primordial, na actualidade, é no entanto, muito mais complexa.

Por exemplo, se considerarmos a mímica ou a gesticulação como um dos tipos de linguagem, em segundo plano neste momento, então apoiáramos o critério de um autor que afirmou que no sentido histórico-evolutivo da linguagem não surgiu primeiro a linguagem fonética, mas sim precisamente, a linguagem que denominou «linguagem linear cinética»⁽²⁾ baseada em movimentos manuais. O gesto da mão que esquematicamente representa a operação do trabalho converteu-se no seu signo. A relação entre o signo e o significado era intuitiva. Acessível de forma directa à consciência primitiva. Tal linguagem que de início estava inserida no processo laboral encontra-se ligada à sua organização.

Só com o aparecimento deste tipo de linguagem e o seu desenvolvimento foi possível que surgisse a linguagem fonética com a sua relação ou vinculação abstracta própria entre a palavra e o objecto designado.

Como processo a linguagem teve que percorrer um considerável caminho de desenvolvimento. Para alcançá-lo contou com o desenvolvimento de muitos elementos da sua estrutura, entre os quais é de destacar o desenvolvimento fonético, morfológico e semântico. No desenvolvimento fonético a tendência foi iniciar com palavras curtas e relações fonéticas mais simples ou fáceis.

«A linguagem primitiva, temos de imaginá-la constituída na sua maior parte de palavras muito compridas, que contêm excessivos sons de difícil expressão. Esta linguagem mais bem foi contada que falada».⁽³⁾

Portanto, na linguagem foram-se cristalizando contínuas e determinadas unidades fonéticas, que se converteram em portadoras de determinadas relações funcionais dentro de um sistema linguístico racional. Estas relações são os fonemas, nos quais a diferença de sons não é determinada por uma soma mecânica de características físicas. Os seus componentes físicos convertem-se em portadoras de um determinado significado.

Quanto ao desenvolvimento morfológico, resumidamente podemos afirmar que não se processou como em princípio se supunha, ou seja, a partir de elementos isolados e mediante aglutinação. A linha fundamental deste desenvolvimento partiu das formas desarticuladas às articuladas, relativamente claras que designam os conceitos.

Por sua vez, o desenvolvimento semântico devido a progressiva abstracção e generalização da linguagem, desempenha uma função significativa na transição de velhas denominações e no desenvolvimento de novos fonemas de acordo com uma propriedade funcional.

A linha fundamental de desenvolvimento semântico é a progressiva abstracção e generalização da linguagem. Daí que nos primitivos níveis de desenvolvimento a linguagem empregue de preferência palavras isoladas, intuitivas e de muitas significações, as quais mudam o seu significado segundo as situações. Ou sejam palavras onde a função indicativa é muito afim aos gestos indicativos, pelo que possuem um conteúdo indeterminado, pobre e nada generalizado.

Este fenómeno verifica-se entre os povos que se encontrem num nível baixo de desenvolvimento social e cultural, onde se detecta a inexistência de palavras para a designação de conceitos gerais.

Queremos salientar que a linguagem possui várias funções, tais como: comunicativa, emocional, significativa, etc., com características peculiares que conformam a sua estrutura.

Entretanto, pensamos que nestas circunstâncias não é aconselhável procedermos a um qualquer análise pormenorizada de cada aspecto.

1.2 — Se em primeiro lugar falamos do pensamento e, posteriormente, da linguagem, tal não se deve a uma concepção separada de cada um dos processos. Procedemos, desta forma, melhor, a título metodológico, na busca de um mecanismo mais viável com vista à apresentação das principais questões que integram cada processo.

Este objectivo poderia sugerir as seguintes interrogantes:

Será lógico admitir que o pensamento e a linguagem são dois fenómenos semelhantes?, que relação existe entre ambos?, a qual deles se deve conceder a primazia? Estas questões levam-nos ao domínio da psicolinguística. Para se poder responder à primeira, partimos do facto de que a semelhança ou igualdade entre o pensamento e a linguagem é defendida por alguns autores da escola conductista.

Para os conductistas, o pensamento não passa da «actividade do aparelho verbal!». (4) Por exemplo, Lashley tentou demonstrar mediante uns aparelhos especiais, os movimentos de laringe que executavam reacções verbais ou orais. Estas

reacções produziam-se na prática segundo «o ensaio e o erro». Por isso não podem ser considerados como operações intelectuais.

Essa tentativa de Lashley conduz à redução do pensamento à linguagem. Sendo assim verifica-se que não elimina só o pensamento, mas também a própria linguagem, que é tida por uma simples reacção. Então deixariam de ver valor as significações dos factores fonéticos e semântico que antes referimos. O que quer dizer que definida como tal possui uma significação consciente.

Com estas ideias não é difícil chegar à conclusão de que o pensamento não deve ser reduzido à linguagem. E vice-versa. Nem tão pouco estes dois fenómenos devem ser avaliados como idênticos.

1.3 — A confirmação desta interpretação permite provar explicitamente que a linguagem existe tendo como suporte algo de especial que é o pensamento. Com efeito, o conteúdo das ideias do pensamento regula a sua expressão verbal. Daí que a linguagem não seja simplesmente um complexo de reacções que se produzem pelo método «do ensaio e do erro» ou pelos reflexos condicionados, mas antes constituída por um conjunto de operações intelectuais. Evidenciando assim que todo o processo de linguagem vem determinado e regulado por relações lógicas entre as significações das palavras. Para constatá-lo devemos ter em conta, em princípio, os vínculos existentes entre o pensamento e a linguagem. Por outro lado, a linguagem não só serve para expressar o pensamento na sua forma externa, como também para proporcionar a sua formulação, o que justifica a sua implicação num processo como a forma vinculada a um conteúdo.

Nos casos em que o pensamento não se produz em forma de linguagem, no sentido específico da palavra, senão em forma de imagens, estas desempenham no pensamento, essencialmente as funções de linguagem desde que o seu conteúdo actue nele como portador de sentido.

Para além da relação forma e conteúdo, a linguagem e o pensamento estão vinculados também entre si por meio de complicadas e contraditórias relações recíprocas. A linguagem possui uma estrutura que não coincide com a do pensamento. Estas são diferenciadas.

Ao afirmarmos que o pensamento não deve ser reduzido à linguagem, não só nos referíamos à linguagem externa, mas também à interna. Dado que a identificação do pensamento com a linguagem interna às vezes é defendida partindo do facto de que a linguagem interna necessita da diferença do material fonético produzido, a falta deste componente neste tipo de linguagem é tida como um simples conteúdo ideológico.

Atendendo aos critérios expressos referentes às principais questões do relacionamento entre o pensamento e a linguagem, poderíamos dizer que se trata de uma mera concepção, visto que o fundamento da linguagem não pode reduzir-se a uma simples existência do material fonético (aliás como deixamos bem explícito numa das nossas referências).

Para uma lúcida compreensão, decidimos resumir esta abordagem em três considerações:

a) A linguagem e o pensamento não são idênticos nem separados entre si, antes constituem uma unidade. Esta unidade é dialéctica e implica diferenças que podem agudizar-se e até contradizerem-se.

b) Na unidade do pensamento e da linguagem, o pensamento é o rector principal, e não a linguagem, como defendem algumas concepções formais, as quais convertem a palavra no símbolo de uma «causa criadora» do pensamento.

c) A linguagem e o pensamento surgem no homem na sua unidade através do trabalho social.

Particularidades linguísticas inerentes às crianças da Guiné-Bissau: dificuldades e perspectivas.

A aquisição da língua materna pela criança reveste-se de uma grande importância para o seu adequado desenvolvimento cognitivo, afectivo e social. O que implica um desenvolvimento integral da sua personalidade.

Através dela a criança começa a integrar-se na vida social do adulto, comunicando com este; e aproveitando oportunidades para exprimir determinadas preocupações a fim de satisfazer as suas necessidades.

Na Guiné-Bissau, apesar de ser um país multilingue, a criança regra geral aprende primeiro a sua língua materna através da sua relação diária com os pais, familiares e com outras pessoas do seu meio ambiente social. Nessa aprendizagem denota-se uma sensível evolução nos primeiros anos de vida, e desenvolvimento mais avançado nos anos seguintes, altura em que consegue assimilar e utilizar vários conceitos do vocabulário usual dos sujeitos com os quais mantém relações. Esta dinâmica linguística corresponde à etapa preliminar da fase escolar.

Nesta fase a criança guineense com seis, sete ou mais anos de idade depara-se com um dilema: ter de aprender novos conhecimentos utilizando como mecanismo de apropriação uma língua estrangeira que não conhece. É certo que ser-lhe-ia mais favorável um processo de ensino-aprendizagem numa língua que bem domina, que lhe facilitasse uma melhor comunicação e assimilação de conhecimentos administrados.

Não sendo esta a situação, no que concerne a assimilação de conhecimentos ensinados pelo professor (que nem sempre possui um domínio aceitável da língua de ensino, neste caso específico o português) dificulta e bloqueia a aprendizagem, apesar de tal facto poder passar inadvertidamente entre diferentes analistas.

Este factor adverso agudiza-se mais com o surgimento e manifestações de alguns fenómenos de carácter psicológico e sociopsicológico desfavoráveis para a criança nesta etapa de escolarização como sejam: o esforço dispendido na aprendizagem em que certos processos psíquicos com a percepção, pensamento, memória, etc. São sujeitos (por mais contraditório que tal possa parecer) a uma menor eficiência; as consequências do fenómeno das interferências; os sentimentos de insegurança ao expressar-se; a sensação de parecer ridículo perante os colegas quando se expressa de forma errónea, etc.

Tudo isso conduz e origina a timidez, e contribui na eliminação de possíveis iniciativas espontâneas e da criatividade da própria criança.

Esta situação faz com que a transmissão da língua oficial de ensino, veiculada na escola e por conseguinte os conhecimentos que se transmitem com ela, sejam deficientes.

Se partirmos do princípio de que as matérias de ensino são administradas com os mesmos parâmetros linguísticos da língua estrangeira em questão, ou seja, como

se fosse a materna do aluno, tal constituirá, certamente, obstáculo que dificulta a adaptação e a integração plena da criança na escola. Já que não lhe é possível utilizar um instrumento de comunicação quotidiana na actividade mais importante da sua idade.

A este estado de reflexão impõe-se uma apresentação sucinta do Sistema Nacional do Ensino. É constituído por três fases principais: pré-escolar, básico e secundário. O ensino pré-escolar embora desejado é quase inexistente. Contudo possui enorme importância para a familiarização da criança pré-escolar com a língua que lhe será imprescindível na aquisição de conhecimentos na escola, na óptica de uma rentabilidade no processo de ensino-aprendizagem. Para além de proporcionar um ambiente social idóneo para superação de determinadas particularidades das crianças desse nível, causadas às vezes pela proveniência de um meio sociocultural diferente.

A generalização deste nível de ensino às várias camadas da população infantil, de acordo com as possibilidades e a sua aplicação coerente, seria uma iniciativa que contribuiria imenso na adaptação do aluno pré-escolar ao novo ambiente. Bem como também na apropriação de elementos factíveis para a assimilação progressiva das peculiaridades linguísticas da língua estrangeira veiculada. Concretizando, seria a forma ideal de obtenção de conhecimento e não deixaria de provocar um maior sucesso na fase escolar, permitindo, assim, evitar o impacto negativo que o aluno recebe nessa fase, quando as circunstâncias são adversas e não se adoptam medidas eficazes para as contrariar.

Como por exemplo, no concernente à atenuação e eliminação da brusquidade afectiva e social que em certos casos constitui para a criança, a transição do ambiente familiar para o ambiente escolar.

O ensino básico elementar denominado 1.º ciclo com 4 anos de escolaridade («com realce para a 1.ª classe») (5) constitui o nível de ensino mais importante em número de alunos com 10,1% da população total do país. Quanto ao ensino básico complementar, com o 2.º ciclo, de 2 anos de escolaridade, 5.ª e 6.ª classe, representam 1,6% da população do país, sendo assim de 11,7% o número de alunos integrantes deste nível. Ora, comparados aos 12,5% da população da Guiné-Bissau que representam a frequência absoluta do ensino oficial, pode-se avaliar o elevado peso que possui o ensino básico elementar.

Apesar disso, as perspectivas de passagem de uma classe a outra, sobretudo nas iniciais e a particular na 1.ª classe são limitadas. «Há o efeito originado pelo número de repetentes que se supõe ser importante para a 1.ª classe». (6)

Estes indicadores são dados concretos que reclamam uma atenção especial para o 1.º ciclo que possui a maior população escolar, porquanto a falta de experiência prévia com a língua utilizada na transmissão de conhecimentos e as dificuldades que os alunos enfrentam na sua assimilação são um dos factores que provocam o fracasso escolar.

Ainda no âmbito do ensino básico, achamos pertinente abordar uma peculiaridade do nosso ensino que é o ensino corânico. Significativo no nosso país. É administrado em quase todo o território nacional com percentagem mais elevadas em Bafatá e em Gabú (4,6% e 4,1% respectivamente) regiões onde as etnias predominantes são muçulmanas. Essa forma de ensino compensa as baixas frequências do ensino oficial nestas regiões.

Para dar uma ideia da sua importância, basta dizer que a média nacional é de 2,2%. Índice que supera o ensino básico complementar e os posteriores níveis de ensino em conjunto.

O ensino secundário abarca dois níveis: Geral Polivalente (7.^a e 9.^a classe) e o Médio Polivalente (10.^a e 11.^a classe).

Estes níveis de ensino no contexto de todo o país têm proporcionalmente, frequências variáveis em cada região.

Os maiores índices situam-se no Sector Autónomo de Bissau e na região de Bolama. Os cursos técnicos são muito poucos. Com uma maior concentração na capital.

Ao explicitarmos os principais componentes do nosso ensino, perseguimos a finalidade de fornecer uma visão geral da sua estrutura e a sua repercussão no processo de ensino-aprendizagem.

A sua aparente simplicidade é aparente, pois não são postos em acção em cada nível, mecanismos viáveis que ajudam a ultrapassar com êxito as exigências de cada etapa. As incongruências e as dificuldades iniciais atingem de uma forma ou outra os demais níveis, numa espécie de reacção em cadeia.

O facto da Guiné-Bissau ser um país multilíngue torna transparente a necessidade cada vez maior de traçar uma política linguística nacional.

Estamos justamente anunciando mais atrás as características bilingues ou trilingues de maior parte das crianças envolvidas pelo sistema escolar guineense. Esse bilinguismo ou trilinguismo que o escolar guineense enfrenta no seu vínculo casa-sociedade-escola, é um fenómeno que naturalmente existe e que aliado, às vezes, a uma pedagogia deficiente, origina resultados cada vez mais desalentadores, não só em termos quantitativos como qualitativos no que concerne aos conhecimentos adquiridos. Exercendo igualmente influências desfavoráveis nos demais níveis do ensino.

Quer queiramos reconhecer este facto linguístico (que enfrenta a maior parte das crianças da Guiné-Bissau), quer não (por razões várias), na realidade não se pode negar que ele existe e que acarreta uma nova complexidade para o sistema de ensino.

Que esperar de uma criança Felupe ou Nalú que não conhecendo o crioulo, tenha de enfrentar pela primeira vez na sua escola de campo o português, cujos mecanismos morfológicos, sintácticos e semânticos ela desconhece?

Pedagogicamente, ter-se-ia que proceder a todo um trabalho de reconversão na mente dessa criança para conseguir os resultados desejados.

Mesmo sem ser apologista da veiculação da língua materna em todas as etapas do ensino, somos obrigados a subestimar as vantagens do português neste contexto. Dever-se-ia ter em conta algumas vantagens que proporciona a língua materna, ou uma veicular, concretamente o crioulo, nos primeiros anos escolares, e protelar o português para anos posteriores em outros níveis de ensino. Aproveitando as línguas como complementos, em circunstâncias propícias a sua utilização como código factível. Há critérios favoráveis ou susceptíveis de reconhecer como viável a concretização da primeira perspectiva. Por outro lado, não faltam opiniões conservadoras que concebem as línguas vernaculares numa posição muito inferior com relação

ao português, e sem nenhuma possibilidade de contribuir com resultados eficientes no ensino dos primeiros cursos escolares.

Ainda a propósito disso, pode-se tomar como referência alguns países africanos (e de outros continentes) multilíngues, como exemplos evidentes de que os obstáculos que se põem e o exceptismo que envolve a questão, são superáveis desde que se criem as premissas necessárias para o desenvolvimento das línguas vernaculares.

As condições actuais não se podem considerar a curto prazo como sendo estimulantes. Para tal perspectiva, tudo dependerá da percepção e futuras diligências oficiais na busca de mecanismos e ideias capazes de solucionar esta situação, em benefício da criança que se encontra em idade escolar.

A problemática da Sociolinguística

O objectivo da sociolinguística insere-se na esfera do múltiplo e complexo influxo da sociedade sobre a língua. O seu estudo deve abarcar aqueles aspectos da língua que estão mais directa e imediatamente determinados por factores sociais.

As peculiaridades do fenómeno e a influência desses factores pode contribuir para a diferenciação das línguas no seio de uma dada comunidade.

Essa diferenciação implica de certa forma, uma visão inadequada do valor específico ou global das línguas nacionais veiculadas. Tal é o caso dos fenómenos normalmente denominados «dialectos», «gírias», etc. Expressões que no fundo encerram enormes conotações pejorativas, colocando-os numa posição muito aquém das línguas. Daí que o seu estatuto seja mais bem político que linguístico.

Este facto torna-se mais complexo quando o número de línguas nacionais é relativamente grande e sem uma digna atenção das autoridades competentes, com vista à promoção harmoniosa de todas elas, ou à preservação da sua estabilidade.

Quando tal não sucede, o valor social entre a língua oficial e as nacionais tende a distanciar-se cada vez mais.

Por esta e outras razões, o objectivo e métodos da sociolinguística são susceptíveis de se tornarem num exercício problemático visto em distintos sentidos, incluem inúmeros critérios de apreciação baseando-se nas concepções ideológicas e políticas vigentes e a cada realidade concreta.

Por este motivo não é de estranhar que, quando se questiona a possibilidade de introdução na primeira etapa escolar, de uma ou mais línguas nacionais, se recorra a argumentos pouco convincentes para contrapor essa viabilidade, fundamentando-se na inexistência de suficientes elementos linguísticos (tais como a gramática, etc.) e num possível retrocesso no desenvolvimento cultural da criança. Factores que não contribuiriam para o sucesso desta iniciativa.

Com isso, reflecte-se uma nítida evidência da orientação de valores que caracteriza de modo geral a sociolinguística.

Considerações sobre a situação sociolinguística da Guiné-Bissau

No concernente à situação sociolinguística da Guiné-Bissau, é bom referir que no caso das línguas nacionais, e com excepção do crioulo, vislumbra-se que na prática não há indícios que testemunham a primazia de uma delas em relação às outras. Os respectivos locutores de uma dada língua não sentem a necessidade de pôr em causa ou subestimar as outras línguas não obstante haver línguas mais faladas em conformidade com o peso demográfico dos seus locutores.

Exemplificando podemos citar as línguas balanta e fula com 24,5% e 20,3% da população global do país, segundo os dados do recenseamento de 1979. Quanto ao crioulo, língua nacional é a mais falada com 44,3% de locutores. De maneira que praticamente podemos considerar que todas as etnias da Guiné-Bissau a utilizam (de forma relativa ou absoluta) como meio de comunicação e de relações sociais entre os seus representantes. É indiscutível a importância deste idioma a nível nacional.

As regiões com maior percentagem de locutores do crioulo são o Sector Autónomo de Bissau com 86%; a região de Bolama com 79% e a região de Quínara com 57%.

Somos de opinião de que a enorme predominância do crioulo no Sector Autónomo de Bissau é devida a concentração urbana, proveniente do mosaico étnico e de diversas camadas sociais que por necessidade de comunicação e convivência social entre si são obrigados a utilizarem um meio de comunicação comum. Neste âmbito, o papel desempenhado pelo crioulo com o seu raio de acção particular e sobretudo de dinamizador linguístico de uma aglutinação.

No que se refere a Bolama, como é sabido, foi a primeira capital do país, num passado não muito remoto, sujeita a ter uma população muito heterogénea nesse tempo, originada por reiteradas migrações provenientes de outros pontos do país.

E daí provem as especificidades que antes referimos e que mantiveram uma tradição crioula ao longo dos anos.

A criouliização de Quínara é bem mais difícil de descortinar. Quase uma incógnita. Supomos, no entanto, que a relativa cercania às regiões anteriores e a riqueza do seu solo para a agricultura, tenham motivado uma corrente migratória para essa região de alguns grupos étnicos num período histórico recente, condicionando um ambiente favorável à expansão do crioulo. Outro factor importante terá sido o papel da guerrilha e das regiões libertadas como elemento novo da expansão do crioulo.

Verificamos um detalhe curioso: as três outras zonas linguísticas de maior relevância no país, agrupando os locutores balanta, fula e madinga, compreendem aproximadamente ao Oio, Gabú e Bafatá, e que baseando-nos nos dados do recenseamento, «parecem constituir um obstáculo à difusão do crioulo». (?) Ora é nestas regiões que o crioulo possui as percentagens mais baixas de locutores, respectivamente, 32%, 31% e 18%. A pouca influência de crioulo nestas regiões justifica-se: no Oio pela elevada percentagem de locutores monolíngues de idioma balanta; em Gabú e Bafatá talvez pelo peso do islamismo; o carácter estanque das respectivas línguas maternas destas regiões teria contribuído a uma estabilidade linguística monolíngue com a vantagem de influência dos países vizinhos, onde tanto o fula como o mandinga são línguas nacionais.

Estas limitações à propagação do crioulo e ao desenvolvimento de outras línguas no contexto nacional, não são significativas. No entanto não é menos certo que o crioulo apesar da sua popularidade, é sobretudo a segunda língua.

Realidade que é, sem margens para dúvidas, ambígua. Contudo, analisando-a nos marcos do passado, compreende-se a sua razão de ser: a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau, impôs sempre a utilização do português na escola, como única língua. Promovendo o seu estatuto social muito por cima das línguas nacionais. Como um meio de alienar uma certa camada da população, levando-a a desvalorizar o crioulo e as demais línguas maternas. E a aderir ao português e aos valores culturais que veiculam. Que no fundo não são mais que valores coloniais.

A ambiguidade existente entre a popularidade do crioulo e a posição do português, tido como língua oficial, tende a prevalecer por uma margem de tempo ainda indefinida.

A atracção que uma percentagem da população sente pelo crioulo, está sujeita a uma desestabilização periódica ou contínua, produto da tendência de associar o crioulo-falante a um estatuto social desprestigianete na sociedade guineense.

A oficialização do crioulo e a sua adopção como língua de ensino nos primeiros anos escolares, seria um mecanismo apropriado para a sua contínua legitimação pela população. No entanto, as tendências actuais procuram a manutenção do português como língua oficial. Como língua de ensino neste caso.

Ora muito embora seja meio de comunicação corrente em actividades de carácter oficial académico e administrativo, etc., de maneira consciente ou não, é também sobrestimada em relação às línguas nacionais para outro tipo de necessidades.

Às vezes o seu correcto domínio e uma expressão fluída subentende a possessão de vastos conhecimentos culturais e académicos. Para além disso reflecte em certa medida a integração ou a inspiração de indivíduos a um determinado estatuto social e a reafirmação de uma elite. Assim, a língua e classe social estão definitivamente interligados devido à expressão cultural do fenómeno linguístico num país recentemente independente.

Um exemplo típico desta realidade, é a cidade de Bissau que pelas suas características socioculturais e sociolinguísticas, constitui um lugar privilegiado para a manifestação destes fenómenos. Podemos pois concluir que o português mantém ainda uma posição de realce no seio das línguas faladas no país. Facto que contraria as versões que ultimamente alguns meios de comunicação social portugueses têm estado a fazer eco, afirmando que o português está a perder terreno na Guiné-Bissau em benefício do crioulo, francês e demais línguas nacionais.

O essencial da questão não deve ser visto desta óptica. Interessa muito mais questionar-se sobre as causas do português deficiente ensinado nos estabelecimentos oficiais de ensino. E também saber o porquê das comunicações escritas em francês em instâncias oficiais da Guiné-Bissau. Só assim poder-se-á ajuizar e chegar a conclusões acertadas, desprovidas de emotividade e que não deturpem a realidade.

As características do crioulo e do português, como línguas com especial destaque no seio das línguas faladas no país, irão reforçar-se com mais ou menos realce, em função do tempo e da política que as instituições ou autoridades competentes tomarem a seu respeito.

Consideramos portanto, prematuro avançar de mais prognósticos atendendo aos condicionalismos das circunstâncias actuais.

NOTAS

(²) Rubinsten, J.L., «Princípios da Psicologia General», Pueblo y Educacion, La Habana, 1981, 758, p. pág. 385.

(²) Marr, op. cit., pág. 464.

(³) Jespersen, op. cit., pág. 465.

(⁴) Watson, op. cit., pág. 461.

(⁵) Ministério da Coordenação Económica e Plano da Guiné-Bissau — «Recenseamento Geral da População e da Habitação, 16 de Abril de 1979, resultados provisórios — Fase II», Lisboa, 1981, p. pág. 144.

(⁶) Idem, pág. 145.

(⁷) Idem, pág. 158.

A PESQUISA-DESENVOLVIMENTO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA

Por JEAN-PIERRE LEPRI (*)

Este documento propõe-se reunir alguns elementos de reflexão sobre o porquê e o como da pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação para o desenvolvimento na Guiné-Bissau. Estas reflexões nascem duma experiência não só prática mas também teórica, apoiam-se nela, mas não reflectem contudo nem uma prática efectiva, nem uma teoria acabada (1). Trata-se apenas de propostas podendo servir como marcos provisórios para uma prática e teoria ainda por desenvolver. É esta a única ambição destas reflexões. É também o seu limite.

O documento é produzido no quadro dum projecto dirigido pelo Ministério da Educação, Cultura e Desportos da Guiné-Bissau, executado pela UNESCO com a ajuda dum empréstimo do Fundo Africano de Desenvolvimento. O PNUD contribuiu na sua publicação em português. Contudo ele não reflecte necessariamente os pontos de vista destas instituições.

(*) Diplomado em Ciências de Educação e Sociologia pelas Universidades de Paris V e Paris VII, e técnico do INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação) e colaborador do INEP. É membro do Comité de Redacção de «Soronda».

(1) Trata-se de «elementos para uma teoria». Entendemos por teoria, um conjunto organizado de ideias, sobre um assunto particular que é descrito e explicitado por este conjunto. A teoria organiza uma certa visão das coisas e orienta a acção.

1. A educação para o desenvolvimento

O conceito veiculado pela expressão «educação para o desenvolvimento» pode parecer ambíguo à primeira vista. Com efeito, o termo «educação» é geralmente portador de valores positivos de elevação e progresso. Imagina-se dificilmente uma educação que não seja «para o desenvolvimento». Quando muito, poder-se-ia compreender uma educação «para o subdesenvolvimento», como se poderia compreender uma «má» educação, visto que se trataria precisamente de inverter os valores tradicionalmente reconhecidos à educação. Para evitar o pleonasma, é preciso então compreender o «desenvolvimento» mais como um conteúdo, uma matéria de ensino, do que uma finalidade da educação. Para simplificar e num primeiro tempo, diremos que este «desenvolvimento» seria o que os países ditos «sub-desenvolvidos» não têm e que os países «desenvolvidos» precisamente têm. A literatura actual designa a «educação para o desenvolvimento» mais concretamente como a educação, ou então o ensino ministrado em países «desenvolvidos» sobre (a propósito de) países «não (ainda?) desenvolvidos». Salientar-se-á portanto que a «educação para o desenvolvimento», pelo menos em toda a sua acepção corrente, exclui o ensino do desenvolvimento:

- nos países «subdesenvolvidos», para o seu próprio desenvolvimento
- nos países «desenvolvidos», para o seu próprio desenvolvimento
- nos países «subdesenvolvidos»; para o desenvolvimento dos países «desenvolvidos».

Ora logicamente a expressão «educação para o desenvolvimento» deveria poder abranger e exprimir as quatro possibilidades. A redução semântica assim estabelecida — que se torna um desvio semântico — só pode ser fonte de confusão. Assim, é importante precisar e gravar no espírito que entendemos, aqui, a educação para o desenvolvimento em países «em desenvolvimento», como:

a educação
dada em países «em desenvolvimento»
em matéria
como em vista
ao desenvolvimento
(dos países «em desenvolvimento»
como dos países «desenvolvidos») ⁽¹⁾

Depois de precisado este primeiro aspecto, resta-nos, bem entendido, esclarecer e definir os conceitos de «desenvolvimento» e de «educação», tal como os entendemos após a nossa própria experiência mediata e imediata.

⁽¹⁾ Na medida em que existisse nomeadamente uma ligação orgânica entre países «desenvolvidos» e países «em desenvolvimento» que não permitisse isolar o estudo de uns do estudo dos outros, na medida também em que certas considerações nascidas dum tipo de país pudessem ter um alcance mais geral.

2. O desenvolvimento

Se se considerar o desenvolvimento duma planta, dum animal ou mesmo dum volume (em geometria) pode-se observar que este desenvolvimento depende essencialmente de dois tipos de factores. Por um lado, este desenvolvimento produz-se a partir de certas propriedades já inscritas na planta, no animal ou no volume: assim, um bolbo de tulipa não dará uma rosa ou um gatinho e um cubo não dará triângulos . . . Por outro lado, isto depende também de factores que lhe são externos: temperatura, humidade, alimentação, habilidade do géometra . . . Pode-se então compreender que o resultado do desenvolvimento não será idêntico senão quando os caracteres que lhe são próprios e as influências externas forem ao mesmo tempo rigorosamente idênticos ou então, se esta condição não fosse suficiente, ela fosse ao menos necessária.

A outra possibilidade de obter um mesmo resultado com elementos internos e /ou factores externos diferentes continua ainda improvável (pelo menos enquanto a pedra filosofal não for inventada). Os casos de rigorosa identidade dos elementos internos e dos factores externos, por sua vez, são absolutamente excepcionais e não podem, de maneira nenhuma, ser erigidos em regra geral. Se no entanto se deve aceitar e utilizar o conceito universal de desenvolvimento, é então necessário aceitar que este conceito não abranja sempre a mesma materialização, que não se reveste sempre do mesmo aspecto.

Com efeito, o conceito de «desenvolvimento» só tem um valor universal para designar, duma maneira genérica, a evolução que um corpo ou um organismo sofrem, a partir dos seus caracteres próprios e sob a influência de factores externos aos quais é sensível. Trata-se portanto de um *processo* que pode conhecer várias entidades, mas cujo resultado não se traduz, necessariamente, pela observação duma mesma realidade. Parece que vulgarmente há tendência para confundir o processo com o resultado do processo e a tomar desta forma o resultado do processo pelo «desenvolvimento». Assim o «desenvolvimento» é muitas vezes compreendido como as qualidades que os países (auto-denominados) «desenvolvidos» possuem. Tratar-se-ia então de ter as mesmas características que estes países «desenvolvidos» para ser «desenvolvido». Isto é absolutamente impossível, na medida em que tanto os caracteres que lhes são próprios como as influências externas não são os mesmos na Guiné-Bissau, no Togo ou em Portugal, por exemplo.

Compreender o desenvolvimento como um estado particular (relativamente acabado) e não como um *processo* (em curso) ⁽²⁾ é confundir o resultado duma acção com a própria acção. Nesta ordem de ideias, e tendo em conta os critérios adoptados para a avaliação (do sucesso), é comprometer-se a constatar necessariamente os «insucessos» ou a conhecer os «infortúnios» — quer se seja «terceiro-mundista» ou «contra-terceiro-mundista» (com efeito, é esta constatação o único ponto comum

⁽²⁾ Mesmo sob este ponto de vista, é forçoso constatar que os únicos países «em desenvolvimento» são os países ditos desenvolvidos e que, nos países ditos em desenvolvimento, a única coisa que aí se desenvolve é o «subdesenvolvimento». Tais manipulações lexicais só são possíveis por razões ou desvios semânticos.

destas duas tendências). Raciocinar deste modo, considerando o resultado da acção e não a própria acção, é ainda observar necessariamente as diferenças e não uma semelhança (ao nível do processo). Na medida em que estas diferenças estão evidentemente inscritas na ordem das coisas, é fazer com que não haja remédio para o «subdesenvolvimento» e que se seja sempre o «subdesenvolvido» do outro (porque diferente dele) — o único remédio só poderia, efectivamente, situar-se ao nível dos critérios retidos para a definição do conceito. Poder-se-ia ter a pretensão de compreender porquê e como a este resvalar de sentido — de acção a resultado — pode introduzir-se e impôr-se. O termo «desenvolvimento» e as suas derivações nascem num espaço e numa época bem marcados. Sabe-se que as palavras duma língua não são neutras, que elas traduzem uma concepção do mundo. Pode-se dizer, duma maneira um pouco esquemática — que o «desenvolvimento» sucedeu ao colonialismo, como o colonialismo sucedeu ao escravagismo. ⁽³⁾ A diferença das culturas é objectiva. Podemos ter a tentação de a exprimir de maneira mais ou menos desvalorizada ou mais ou menos valorizada. O que a língua do dominador não pôde evitar. Além disso, é preciso ver bem que a ajuda ao «desenvolvimento» provém dos países «desenvolvidos» ou de instituições intergovernamentais postas a funcionar por estes países, decalcados dos seus modelos e dos seus valores. Os meios técnicos, materiais, financeiros, humanos, então introduzidos a título de ajuda ao «desenvolvimento» só podem modificar a situação e orientá-la para um tipo de situação para o qual foram criados. ⁽⁴⁾ A chama do «desenvolvimento» é tomada, por sua vez, pelos beneficiários destes meios que são geralmente os detentores de poder de Estado, os quais, evidentemente, pedem mais. ⁽⁵⁾ Assim se cria um movimento contínuo de reforço recíproco que no entanto continua relativamente circunscrito. Com efeito, é preciso ver bem que o Estado, em África, é, na melhor das hipóteses, o Estado dos seus

⁽³⁾ «O mal causado pelo desenvolvimento é o resultado do mal causado pela epopeia imperial (. . .). O Estado do terceiro-mundo recebe o encargo de «desenvolver» como o Estado colonial tinha o encargos de «civilizar», quer dizer, como se dizia então «valorizar», ou mais cruamente «explorar» . . . (LATOUCHE S., «Le développement en question», *Revue Tiers-Monde*, Paris; PUF, n.º 100 — Out.-Dez. 1984, p. 729 e 730).

⁽⁴⁾ «Cada objecto técnico traz em si as informações relativas à «petrificação das relações sociais» que prevaleceram no momento da sua criação. A transferência dum objecto técnico duma sociedade para uma outra tem pois uma significação social» (a). Assim, «o conteúdo do comércio internacional vai modelar de maneira decisiva as formas de industrialização de consumo e de organização social dos países em desenvolvimento» (b).

(a) PERRIN J., «*Les transferts de technologie*», Paris: La Découverte, 1983, p. 32.

(b) OCDE, *Interfuturs, face au futur*, Paris, 1979, citado por PERRIN J., p. 91.

⁽⁵⁾ «Bem entendido e quando uma pessoa já não se conhece senão em termos negativos a título de colonizado, de pobre, etc., o seu objectivo é então ser colonizador, rico, etc.» (JAULIN R., «Tiers-Monde et ethnodéveloppement», *Revue Tiers-Monde*, Paris: PUF, n.º 100, Out-Dez 1984, p. 917).

próprios funcionários, formados sob o modelo dos países «desenvolvidos». (6) A grande maioria da população e do território desconhece ou, no melhor (ou no pior?) dos casos, aguenta e suporta este Estado.

Eles não «são este Estado». A África dos Estados é uma visão europeia. No melhor dos casos a África não passa de algumas ilhotas que tentam aproximar-se, tanto quanto possível, do modelo europeu. É a África dos que vivem do Estado, a dos «desenvolvidos». (7)

Portanto, se não se pode negar a diferença cultural e ecológica entre os países («desenvolvidos» ou «em desenvolvimento»), não se pode então iludir os problemas levantados pelas diferenças entre os valores ligados a cada um destas culturas. Se concebemos que não aceitaríamos viver como um Balanta também se deveria poder conceber que um Balanta não tenha nenhuma vontade de viver à «Europeia», vai opôr-se a isso, resistirá a essa ideia com toda a energia e astúcia de que é capaz. Quando se observa o resultado de cinco séculos de colonização, nada há a fazer senão aceitar esta ideia. Quando se vê estas catedrais industriais corroídas pela ferrugem, esses equipamentos e essas infraestruturas — entre as quais as escolas — não conservados pelas populações... temos que acabar por nos convencer disso. O problema, aqui, já não é «técnico». Ele situa-se ao nível dos valores culturais. (8) Como compreender de outra maneira que os Bijagós, equipados dum material de pesca de maior «rendimento» com vista ao «desenvolvimento» não tenham pescado maior quantidade de peixe, mas que tenham reduzido o tempo que dedicavam à pesca. Como compreender também que os Balantas não procurem um excedente agrícola, que, quando isso acontece, por efeitos da natureza, eles organizem uma grande festa (de vários dias) para o fazer desaparecer. Como poderíamos não nos apercebermos desta irredutibilidade dos valores culturais que se pode ainda encontrar mesmo nos mais aculturados? Como reagiríamos se nos quisessem obrigar a viver e tornar-nos Balantas? E que péssimo Balanta faríamos! (9)

(6) O facto que a Guiné-Bissau — que recebeu fundamentalmente o apoio dos países «de Leste» durante a sua luta de libertação nacional — tenha quadros formados «a Leste» e «no Ocidente» complica as coisas só superficialmente. No fundo, o Estado e a Nação são ideias ou realidades só para estes detentores do poder de Estado formados no exterior.

(7) Por incidência, nós vamos um pouco ao encontro, por outras vias, do ponto de vista de certos historiadores (DIKE, ALLEN, JOHNSON, BLAKF, segundo: *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*; Partie 2. Paris: UNESCO, 1978, p. 374), segundo os quais a colonização não teria tido nenhuma incidência na formação da «história» de África.

(8) «(Os) insucessos são demasiado rapidamente justificados pela falta de motivação dos trabalhadores» ou por uma incompatibilidade «congénita» de ordem intelectual ou mental. Esta falta de motivação dos trabalhadores para se encarregarem do funcionamento das unidades de produção concebidas sobre o modelo e as normas dos países industrializados (e as numerosas «avarias» que dele resultam) traduz implicitamente uma adesão a valores e a uma cultura que são negados pelo modelo de desenvolvimento transferido (PERRIN J., «*Les transferts de technologie*», Paris: La Découverte, 1983, p. 102).

Ao insistirmos deste modo sobre a dimensão e a significação sociológicas e culturais do «desenvolvimento», sobre a distinção entre o desenvolvimento como processo, colocamo-nos no próprio centro do tema. Efectivamente, se a «educação para o desenvolvimento», qualquer que seja o meio em que a situemos, é uma educação com vista ao desenvolvimento deste meio e neste meio, como poderia ela ignorar o que lhe é precisamente suposto servir? Parece, portanto, que a questão da educação para o desenvolvimento não pode ser resolvida antes da do próprio desenvolvimento; porque este determina aquela, e esta não é, em definitivo, mais do que um elemento ou um aspecto do desenvolvimento.

3. A educação

Da mesma maneira, o termo e o conceito de educação, que podem ter um valor relativamente universal, são empregados a maior parte das vezes de maneira restritiva, inclusivamente (e talvez sobretudo) pelos especialistas. Na maior parte dos casos, parece que se deve interpretar «educação» como o equivalente de «escola» ou «escolarização». Fala-se assim de «ministério da educação nacional», ⁽⁹⁾ para designar os ministérios da escolarização, fala-se das «ciências da educação», para designar as ciências do campo escolar, de «educação comparada» para a comparação de sistemas escolares... Contudo, aceita-se a ideia de que existem educações que não são «escolares», nem sequer «extra, post ou circum-escolares», ou ainda «não-formais» — referindo ainda estas à escola. É deste modo que se encaram as sociedades sem escola da África, da Ásia ou do Pacífico, ou ainda, na Europa, da educação familiar ou dos meios de difusão — pelo menos quando não têm uma relação directa com a escola. No fim de contas, a escola nunca é mais do que um meio, entre outros, da educação, elaborada numa dada sociedade, num contexto geográfico e histórico determinados e para este contexto específico. Ela não é a educação. Esta redução do sentido de «educação», esta amalgama entre «escola» e «educação», não são de molde a facilitar a análise e compreensão dos problemas. É preciso, portanto, reconhecer, aqui também, que podem existir e existem, pelo menos, tantas educações quanto os meios e que a redução semântica do conceito a um

⁽⁹⁾ Discute-se acerca das formas de desenvolvimento (económico, extrovertido, autocentrado...). Acontece que a primeira questão: «o desenvolvimento, sim ou não?», não é posta, ou então responde-se com um «sim», sem discussão e como se isso fosse evidente, e que deveria sê-lo. Acontece ainda que a discussão acerca das formas de desenvolvimento «não incide sobre as raízes metafísicas e culturais que instituíram o mito da acumulação como dominador comum de todas as sociedades» (a) e que seria também necessário começar a pensar a fundo nisso.

(a): ZAOUAL H., «Le paradigme du développement», *Revue Tiers-monde*, Paris: PUF, Out-Dez 1985, p. 833.

⁽¹⁰⁾ Muitas vezes revelando-se na prática a dita «educação» nos países «em desenvolvimento», mais como «estrangeira» que «nacional», e atingindo desta feita, uma fracção, por vezes largamente minoritária, da nação.

«modelo» relativamente único traz em si, tanto num país «em desenvolvimento», como, sem dúvida, num país «desenvolvido» os seus próprios problemas.

Efectivamente, a «escola» é um termo, um conceito, geográfica, histórica e sociologicamente marcado. ⁽¹¹⁾ Como não pensar que ele possa chocar — visto que na própria Europa, chocou e choca provavelmente ainda — com outros valores culturais, senão com outros interesses? Com todas as consequências, «decepções» ou «satisfações» (segundo o ponto de vista e o interesse do «beneficiário», que este choque pode implicar. Com efeito, é mais ou menos certo que nos oporíamos com todas as nossas forças a que o nosso filho recebesse uma educação Balanta e com muito mais razão ainda se esta educação tivesse de lhe ser ministrada num território outro que a região Balanta.

4. A pesquisa em educação para o desenvolvimento

Então, se a educação designa um processo comum a várias culturas, este processo não se confunde com os aspectos relativos à maneira como o entabular ou proceder para o realizar (e ainda menos com o seu resultado). Compreende-se que esta maneira (e estes resultados) dependerá dos meios e variará com estes meios. Se a educação não pode, em consequência, utilizar os mesmos procedimentos em Mansabá (Guiné-Bissau), no Porto ou em Moscovo, no pólo ou no equador, entre os Lapões ou entre os Bantus, como não compreender que, *a fortiori*, a «educação para o desenvolvimento», que não é mais do que um caso particular da educação, não tenha então o mesmo aspecto, ou até os mesmos objectivos, segundo os meios e as épocas. Isto não significa que este «particularismo» se opõe, por assim dizer, a uma necessária solidariedade mais extensa (inter-étnica, intra-étnica, nacional, inter-nacional, continental, inter-continental...) e que não lhe deixe o lugar que lhe pertence.

Então, como definir, organizar, implementar, controlar... está «educação para o desenvolvimento»? Se a educação aperfeiçoada e praticada na Europa pode eventualmente convir à Europa, se a educação dita «tradicional» ⁽¹²⁾ pôde eventualmente convir à África de outrora e de há pouco, se, para simplificar, uma serve «noutro lado» e a outra serviu «outrora», há poucas possibilidades de uma ou outra servirem «aqui e agora». O problema não é de fechar-se nesta alternativa ⁽¹³⁾ em que, qualquer que seja o termo escolhido, nos encaminhamos para a inadaptação e para o insucesso,

⁽¹¹⁾ A «escola» que é a escola do «não-trabalho» — em oposição à dita escola «tradicional» (na África) que é a escola do trabalho-ensina e pratica a dissolução do trabalho intelectual (valorizado) do trabalho manual (desvalorizado), reproduzindo e instituindo assim o modo de produção capital/trabalho, que é assim interiorizado (tanto na sua dimensão nacional que internacional). Por um lado, haverá, portanto, os que sabem e que pensam (e que têm os capitais), pelo outro, os que aplicam e produzem (pela sua força de trabalho). «A qui profite l'école?» (para retomar o título da obra de HALLACK J., Paris: PUF).

⁽¹²⁾ Por oposição à educação europeia auto-qualificada de moderna (?) mesmo que a Europa considere que entrou agora na época «post-moderna».

mas colocar esta mesma alternativa em alternativa com outro termo. Não é fácil sair da primeira alternativa e definir a segunda — quer dizer definir o segundo termo a opôr à primeira alternativa — se considerarmos que a tentação do mimetismo e da «reprodução» é muito forte. (14) Isto supõe um trabalho de verdadeira «produção». Porque esta educação para o desenvolvimento, em tal ou tal região do mundo, em 1985 e tendo em vista os próximos decénios, não pré-existe já toda pronta onde quer que seja. Se ela não pré-existe, é preciso construí-la, inventá-la. Esta construção e invenção, não podem ser fruto do acaso. Elas supõem uma pesquisa organizada, consciente, metódica, de grande fôlego, como praticamente toda e qualquer pesquisa. Esta pesquisa supõe, por sua vez, a existência de meios, logísticos certo, mas também teóricos, (15) necessários à sua realização.

É a esta pesquisa-desenvolvimento, ao seu conteúdo e aos seus meios, que nós nos dedicamos na sequência das nossas análises.

CONCLUSÃO: A TEMÁTICA

1. Princípios e premissas

Da análise do problema precedente ressalta que o objecto da pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação para o desenvolvimento é conceber, aperfeiçoar uma educação adaptada a um dado meio, as suas potencialidades, aos seus recursos, as suas dificuldades ou entraves, assim como ao meio circundante. Uma tal educação define-se numa declaração de política geral de educação, que se divide e se traduz em seguida em objectivos, em estratégia e em logística da formação. A determinação desta política resulta de um ajustamento entre o inventário das «necessidades» a satisfazer e os «meios» possíveis da educação. A determinação das «necessidades» a satisfazer resulta de considerações de ordem política, ecológica, económica e sociocultural, e provém duma análise o mais fina e completa possível do ou dos meios. Do mesmo modo, os «meios» da educação saem duma análise o mais fina e completa possível de todos os aspectos da educação. Cada um destes trabalhos dará permanentemente ocasião a uma formação à e pela sua pesquisa, a uma análise dos trabalhos existentes e dos saberes já constituídos, a uma divulgação dos trabalhos apresentando um interesse para o avanço da reflexão.

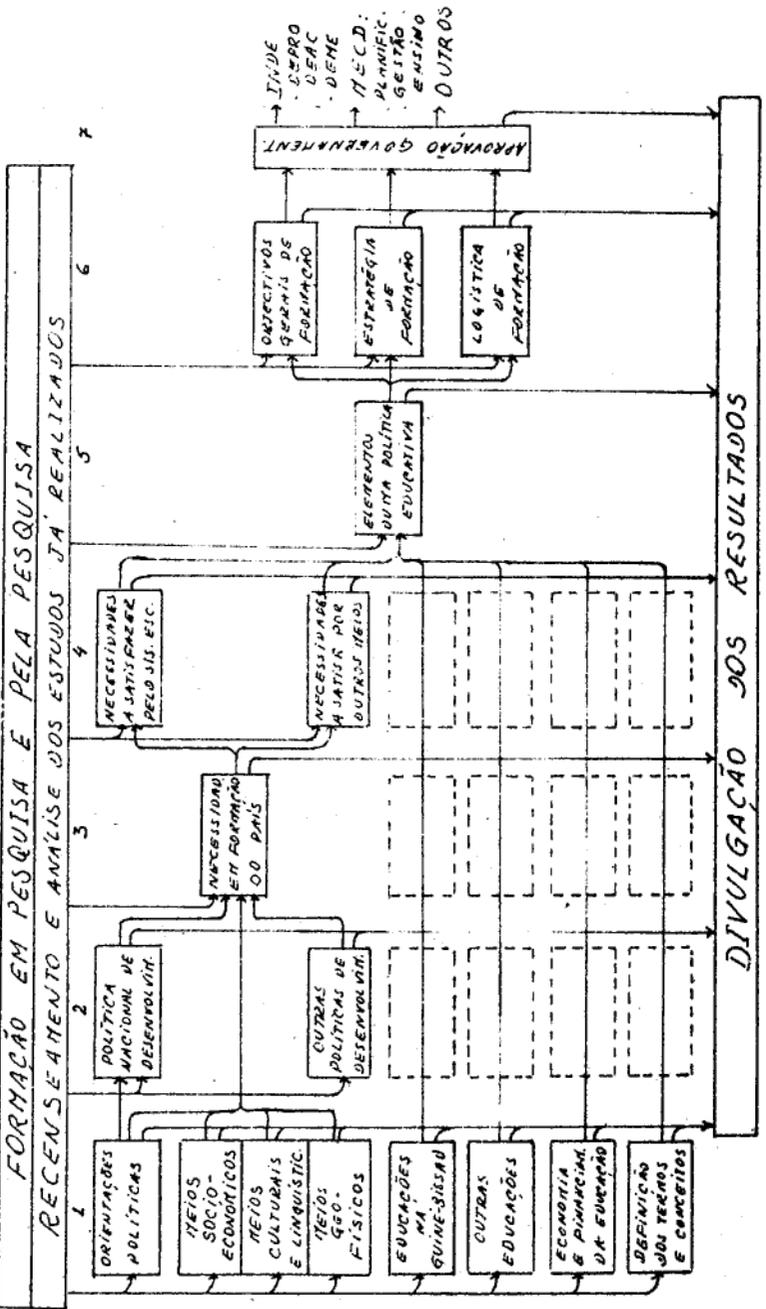
Estes princípios e premissas presidiram à organização dos temas da pesquisa em educação para o desenvolvimento — apresentada na página seguinte. Cada tema é em seguida, por sua vez, explicitado na mesma perspectiva — após a apresentação da organização geral.

(13) «Alternativa» é aqui empregada no seu sentido próprio de «situação em que não se pode escolher senão entre duas soluções possíveis» e não de segunda solução a opôr à primeira.

(14) Cf. notas (5) e (6) supra.

(15) Com efeito, nada nos diz que os conceitos e os métodos da pesquisa científica «ocidental» tornada «universal» (quid da ciência chinesa ou maia, por exemplo?) sirvam necessariamente em outras culturas e contextos.

ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA PÉQUISA EM EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO



3. Descrição

0.1. Formação à pesquisa e pela pesquisa

Esta formação, ao mesmo tempo teórica e prática, é contínua. Ela interessa tanto aqueles para quem a pesquisa-desenvolvimento é actividade principal, como às pessoas chamadas a contribuir, duma maneira ou de outra, para a pesquisa-desenvolvimento ou para a exploração dos resultados da pesquisa-desenvolvimento. Esta formação deveria abordar particularmente:

- O recenseamento e análise dos trabalhos já publicados sobre o tema.
- Os métodos documentais: recolha, análise, classificação, utilização...
- A exploração dos dados: bibliográficos, ficheiros, anuários, índices, bancos de dados...
- A situação e as tendências da pesquisa em educação para o desenvolvimento.
- Os métodos de pesquisa e sobretudo a pesquisa-acção, o inquérito, a análise de conteúdo...
- As noções elementares de estatística, de medida, de aferição, de amostragem...
- A apresentação e utilização dos resultados da pesquisa.
- O papel e a função da pesquisa científica e dos investigadores.
- A fenomenologia, a epistemologia, a heurística.
- Os elementos duma pedagogia da pesquisa e duma pedagogia de formação pela pesquisa.
- A divulgação dos resultados da reflexão sobre os pontos acima apresentados, sob a forma de brochura (s), de artigo (s), de seminário (s), de aula (s), pela contribuição de biblioteca e troca de publicações.

0.2. Recenseamento e análise dos estudos já realizados

Este trabalho incide sobre cada um dos temas tratados na pesquisa em educação para o desenvolvimento, incluindo os métodos e os próprios meios de recenseamento e da análise dos trabalhos já realizados.

Deveria ter como resultado a constituição dum ficheiro analítico, dum ficheiro temático, dum ficheiro dos investigadores e autores e duma biblioteca, com acesso reservado aos investigadores e incidindo sobre o conjunto dos subtemas que constituem a pesquisa em educação para o desenvolvimento.

0.3. Divulgação dos resultados

É uma etapa essencial para o interesse da pesquisa: sem divulgação, não há aplicação ou prosseguimento possível.

Esta divulgação pode tomar vários aspectos: artigos, brochuras, conferências, emissões radiofónicas, seminários ou colóquios, cursos, bibliotecas...

Supõe, portanto, uma informação e uma formação nos domínios dos métodos e

meios de difusão do pensamento, do arquivo e exploração dos documentos, bem como do seguimento e da avaliação dos efeitos da pesquisa.

Esta informação e formação darão lugar a uma análise dos documentos existentes, a possíveis trabalhos originais, a uma formação e a uma divulgação dos resultados directos e indirectos destas actividades.

1.1. As orientações políticas do país

Trata-se dum trabalho fundamentalmente documental que consiste em reunir os textos ou partes de textos mais ou menos oficiais incidindo sobre a educação e o desenvolvimento, tais como:

- programa do PAIGC
- decisões do III Congresso e do I Congresso extraordinários
- preparação do IV Congresso
- seminários dos quadros do Partido
- obras de Amílcar Cabral
- *Palavras de ordem do PAIGC*
- manual político do PAIGC
- Constituição da República da Guiné-Bissau
- *Boletim Oficial*
- programa e estatuto das organizações de massa
- discursos do Presidente do Conselho de Estado (a partir do 14 de Novembro de 1980)
- *O Militante*
- o «homem novo»

Este trabalho pressupõe uma preparação para a análise de texto (de conteúdo, nomeadamente), noções de economia, política, história e sociologia, bem como uma formação para o resumo, contracção e síntese de texto. Deve, portanto, prever-se uma informação e uma formação nestes domínios (em relação com 0.2.).

A divulgação da síntese feita sobre o assunto, poderia ser apresentada sob forma de brochura (s) e de relatório (s), de conferência (s) ou de apresentação (ões) verbal (ais), se necessário.

1.2., 1.3., 1.4. Os meios socioeconómicos, linguístico-culturais e geofísicos

A finalidade destes estudos é um bom conhecimento da situação, vista em todas as suas dimensões e na sua globalidade/complexidade, e com a maior objectividade possível.

O primeiro trabalho consistirá no recenseamento e na análise dos estudos já realizados, para em seguida se programarem os trabalhos a empreender ou a encomendar.

Acabados estes trabalhos, deveríamos possuir informações precisas principalmente sobre a organização social e económica, sobre as concepções e as manifestações culturais, sobre o estado da situação linguística . . . dos meios balantas, fulas, mandinga, manjaco, papel, mancanha, bijagós, crioulo e outros, tanto dum ponto de vista rural como urbano, bem como informações sobre as características físicas e naturais (solos, sub-solos, vegetação, relevo, hidrografia, clima . . .) das zonas económicas do país.

Estas informações deveriam então permitir a elaboração senão de uma síntese, pelo menos de uma contribuição para a definição da «nação» da Guiné-Bissau, da sua natureza, dos seus trunfos, dos seus entraves, dos seus projectos, das suas contradições e das suas convergências.

Esta síntese (pelo menos) deveria dar lugar a um esforço para uma importante divulgação através de brochura (s) [ou livro (s)], artigo (s), seminário (s), aula (s), conferência (s), emissão (ões) radiofónica (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

1.5. As educações na Guiné-Bissau

Cada meio tem o seu, e mesmo os «seus» sistemas de educação. Mosaico de povos submetidos a influências variadas, a Guiné-Bissau é muito rica neste domínio. O conhecimento do estado da situação permitir-nos-á compreender melhor as forças em jogo, atenuar, senão evitar, as confrontações e o desperdício que daí resultam, facilitar a cooperação no alcance dum interesse comum.

Se se tratar de conhecer bem sobretudo as educações contemporâneas da Guiné-Bissau: dos meios islamizados, dos diferentes meios ditos «animistas» (tal como os Balantas, os Manjacos, os Pepeis, os Mancanhas, os Bijagós . . .) e do sistema escolar que tem as suas origens na Europa, a educação encarada e praticada pelo PAIGC, no tempo da luta de libertação, pode igualmente revelar-se cheia de ensinamentos.

Primeiramente, recensear-se-ão e analisar-se-ão os estudos já realizados para em seguida se programarem os estudos a realizar ou a encomendar.

Estes trabalhos poderão ser sintetizados. A divulgação destes trabalhos e desta síntese será assegurada por uma (s) brochura (s), seminário (s), aula (s), emissão (ões) radiofónica (s), constituição duma biblioteca e troca de publicações.

1.6. Outras educações

O conhecimento de outros sistemas de educação aumenta as possibilidades de compreender e pode facilitar a construção de soluções bem adaptadas ao contexto da Guiné-Bissau.

Nesta perspectiva, devemos explorar os principais métodos e os principais resultados da «história», da «sociologia», da «etnologia», da «filosofia» . . . da educação, da educação comparada, das teorias da educação ou dos grandes pedagogos ou pensadores da educação.

Determinar-se-á, após o recenseamento e análise dos estudos existentes, quais os trabalhos que ficarão para serem empreendidos ou encomendados.

O resultado destes trabalhos, tal como a análise dos documentos já existentes, será divulgado através de brochura (s), artigo (s), seminário (s), aula (s), conferência (s) e programa (s) de rádio, constituição de biblioteca e troca de publicações.

1.7. Economia e financiamento da educação

O custo da educação constitui um problema real, que no entanto é muitas vezes desconhecido ou iludido em países como a Guiné-Bissau. A comparação deste custo com os resultados ou com os efeitos da educação constitui um outro problema. E enfim, o financiamento dos esforços de educação é um terceiro problema.

É pois importante fazer pesquisas que seriam, num primeiro tempo, documentais, sobre a economia da educação e sobre o financiamento da educação. A partir da análise dos documentos existentes e das próprias pesquisas efectuadas ou encomendadas, poder-se-á reunir então, em função da situação nacional, os elementos duma economia e dum financiamento da educação guineense.

A divulgação dos trabalhos intermédios e dos projectos terminais far-se-á através de brochura (s), artigo (s), seminário (s), aula (s), conferência (s), emissão (ões) radiofónica (s), relatório (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

1.8. Definição de termos e conceitos

O objecto deste trabalho é mais explicativo do que normativo. Trata-se, por um lado, de esclarecer o (s) significado (s) dos termos empregados, não só na literatura especializada em geral, mas sobretudo no quadro do conjunto desta pesquisa. E por outro lado, trata-se, se necessário, de «nomear» os conceitos ainda pouco ou não utilizados.

É conveniente precisar, num primeiro tempo, o (s) sentido (s) atribuído (s) ou retido (s) para os termos de uso corrente, tais como: educação, desenvolvimento, educação para o desenvolvimento, formação, ensino, pedagogia, aprendizagem, economia, política, necessidades, objectivos, métodos, estratégia, união-unidade, nação, estado, moderno, tradicional...

Por outro lado, far-se-á o inventário dos termos empregados nos diferentes trabalhos constitutivos desta pesquisa que podem dar origem a confusões e definir-se-lhes-á o sentido.

A definição pode constituir-se a partir de léxico e enciclopédias especializadas, mas também a partir de reflexão sobre uma realidade nacional específica.

A divulgação do resultado destes trabalhos far-se-á sob a forma de brochura (s), seminário (s), aula (s), relatório (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

2.1. Política nacional de desenvolvimento

Bem servir a política nacional de desenvolvimento supõe, pelo menos, conhecê-la bem. É este o objectivo deste estudo.

O documento fundamental para este estudo é o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, no seu conjunto, e não somente nas partes em que ele trata expressamente do «sector» educação. No entanto, será do nosso interesse conhecermos igualmente os documentos preparatórios do Plano, bem como as orientações políticas do país (cf. 1.1.).

Este estudo deveria resultar numa síntese, cuja divulgação seria assegurada por um (s) artigo (s), seminário (s), aula (s), relatório (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

2.2. Outras políticas de desenvolvimento

Trata-se aqui de conhecer e compreender outras políticas e outros tipos de desenvolvimento. Este estudo incidirá, por isso, sobre outros modelos, aplicados ou teóricos, e sobre as teorias e as «filosofias» do desenvolvimento.

Este tema já foi bem explorado. O essencial do trabalho será, pois, de tipo documental, mas poderá ser completado, se assim for necessário, por estudos de terreno ou reflexões próprias.

Este tipo de estudo permitirá uma melhor compreensão e, em todo o caso, situar bem a política nacional de desenvolvimento no leque de possibilidades, conhecer bem o que ela é, o que não é e o que não pode ser. Este poderia ser o espírito do documento de síntese.

Os estudos parciais e a síntese poderão ser divulgados através de artigo (s), seminário (s), aula (s), relatório (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

3.1. As necessidades de formação do país

Estas necessidades serão identificadas pelo menos segundo três pontos:

- as necessidades do Estado, que decorrem principalmente dos estudos 1.1. e 2.1.
- as necessidades das populações e dos diferentes grupos sociais os quais se podem conhecer a partir de inquéritos no terreno, que podem, nesse caso, ser realizados conjuntamente com os estudos 1.2., 1.3. e 1.4.
- as necessidades que nascem da situação estudada (principalmente em 1.2., 1.3. e 1.4.).

Distinguir-se-ão estas necessidades segundo as suas ordens de prioridade, de urgência, de importância.

Os estudos 1.8 e 2.2 deveriam facilitar a síntese. Do mesmo modo, a análise de estudos já existentes, sobre o tema, ou temas similares facilitarão tanto os estudos parciais como o trabalho de síntese.

Para a divulgação pode-se recorrer a uma (s) brochura (s), artigo (s), seminário (s), aula (s), conferência (s), emissão (ões) radiofónica (s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

4.1. As necessidades em formação a satisfazer principalmente por um sistema de tipo escolar.

4.2. As necessidades em formação a satisfazer por outros meios.

Com o apoio em estudos já eventualmente realizados sobre este tema ou temas similares, e a partir do estudo 3.1., distinguir-se-ão as necessidades em formação que o sistema escolar deveria principalmente satisfazer e as outras necessidades a satisfazer por outros meios.

No primeiro caso, tentar-se-ão classificar as necessidades em formação, primeiro por ordem de prioridade ou de urgência, em seguida segundo o nível de formação exigido *a priori*: inicial, intermédio ou avançado, e depois (ainda) segundo os domínios em que se situam estas necessidades. Finalmente, será necessário quantificá-los tanto quanto possível.

No segundo caso, apontar-se-ão as outras necessidades em formação que devem ser satisfeitas por outros meios (resultam da diferença entre 3.1. e 4.1.), sugerir-se-ão também meios que contribuam à satisfação das necessidades que o sistema deverá assegurar.

A divulgação do primeiro trabalho será feita sob a forma de brochura (s), artigo (s), seminário (s), aula (s), conferência (s), emissão (ões) de rádio, constituição de biblioteca e troca de publicações. Um tipo de relatório apresentará os resultados do segundo trabalho.

5.1. Proposta de elementos para uma política educativa.

Estes elementos nascem de pelo menos três tipos de trabalho:

- estudos já realizados, sobre o tema ou temas similares
- necessidades em formação a satisfazer principalmente pelo sistema escolar (cf. 4.1.).
- a experiência prática ou teórica, do funcionamento dos sistemas de educação (cf. 1.5., 1.6., 1.7. e 1.8.).

O projecto assim estabelecido será apresentado através dum relatório de difusão limitada.

6.1. Projecto de objectivos gerais de formação

6.2. Projecto de estratégia de formação.

6.3. Projecto de logística ⁽¹⁾ de formação

Trata-se de traduzir o projecto de política educativa em objectivos gerais de formação, segundo os níveis e domínios de realização por um lado e pelo outro em estratégia ou maneira de proceder para atingir estes objectivos e ainda em meios e actividades de apoio.

Os estudos realizados anteriormente sobre este tema ou temas similares, assim como os que foram realizados no quadro desta pesquisa-desenvolvimento facilitarão este trabalho.

As propostas serão reunidas num documento com difusão limitada.

7.1. Aprovação governamental

Esta actividade dará lugar a dois tipos de trabalho:

- de apresentação dos resultados da pesquisa, da sua explicação e da sua justificação sempre que necessário.
- da divulgação das decisões adoptadas, através de brochura(s), artigo(s), seminário(s), curso(s), conferência(s), programa(s) radiofónico(s), constituição de biblioteca e troca de publicações.

A divulgação dirigida às instituições e às pessoas-chave para a aplicação das decisões governamentais deverá ser estudada cuidadosamente e estabelecerá um plano de disseminação e de implementação das decisões adoptadas. Poderá ser acompanhada ou seguida dum plano de experimentação e de avaliação — podendo estas actividades constituir, na verdade, novos trabalhos 8.1., 8.2. ...

A PRÁTICA

A reflexão teórica sobre a maneira concreta de pôr em prática este programa temático, no quadro da problemática definida anteriormente, propõe-se distinguir as grandes linhas do que poderiam ser a natureza e o papel dos agentes da pesquisa-desenvolvimento que é aqui posta à nossa apreciação: os homens, os lugares, os métodos, o tempo, o orçamento e os meios.

⁽¹⁾ Parafraçando os dicionários e a arte militar, definiremos a logística de formação como:

«Parte da arte da educação que se relaciona com as actividades e os meios que permitem a uma força educativa cumprir a sua missão nas melhores condições de eficácia (abastecimento e armazenamento, transporte, manutenção, construção ... de prédios, equipamentos, mobiliários, fornecimentos ...)».

1. *Os homens*

A pesquisa supõe «investigadores» e «organizadores-coordenadores» da pesquisa — não pessoas empregadas e remuneradas como «investigadores» a tempo inteiro ou parcial, mas pessoas «qualificadas» para a pesquisa, sejam elas empregadas e remuneradas como «investigadores» ou não. A questão que se põe aqui não é verdadeiramente de tipo orçamental, mesmo que exista uma questão de custo a resolver, mas sim uma questão de qualidade, de qualificação — que não se reduza a uma questão somente financeira.

A Guiné-Bissau é um país jovem que não dispõe ainda destes investigadores. Esta deverá ser uma das questões a resolver em 1.º lugar, tanto mais se pensarmos que esta questão levará muito tempo a ser resolvida. Esta qualificação só poderá ser adquirida no exterior. Mas é preciso que tenhamos bem presente que a ciência mais «exacta» ou mais «neutra» não está, por este facto, despojada, em graus diferentes, de postulados metafísicos — mesmo que fosse só porque ela utiliza a linguagem que procede já a um certo corte das realidades (e não a qualquer outro). Saber reconhecer estes possíveis viés é talvez uma atitude mais científica do que negar a sua existência.

A primeira conclusão a tirar é que é preferível variar a natureza das influências externas. Isto não simplificará a construção de modelos que recolhem um consenso ⁽¹⁾. Mas será que isto é verdadeiramente um «mal»? Porque é que não se há-de tirar proveito disso para ir mais «longe», para analisar sobre o que é que incidem as diferenças e encontrar então uma terceira via (a via própria) que permita resolvê-las e recolher o consenso ⁽¹⁾.

A segunda conclusão é que ter-se-á necessidade de «controlar» a participação e a influência externas. Isto quer dizer que, num primeiro tempo, ela será fraca e que só aumentará em seguida na proporção do aumento das capacidades nacionais de pesquisa-aumento este que deveria igualmente, logicamente, levar por sua vez a uma diminuição da intervenção externa.

Por outras palavras, o fundo do problema é saber se o grupo dos investigadores e dos gestores da pesquisa deve estar essencialmente centrado na tarefa ou no grupo e nos membros que o compõem, quer dizer, se o que conta mais é o cumprimento do programa de pesquisa, ou se este programa deve ser cumprido sob controlo nacional. No primeiro caso, basta confiar a execução do programa a uma instituição exterior competente — que não faltam — a qual apresentará as suas conclusões num determinado prazo. Trata-se actualmente duma prática corrente de que se conhecem os resultados: notáveis relatórios que fazem a felicidade da comunidade científica e intelectual internacional, mas que continuam a ser desconhecidos ou letra morta na zona de que se ocupam ⁽²⁾. Se queremos ficar eficazes, temos de ser realistas e razoáveis. Devemos poder aceitar que este programa só seja completado num futuro imprevisível mas que conseguimos formar pessoas capazes de o realizar

⁽¹⁾ O consenso é provavelmente a característica fundamental do facto científico, do facto que não pode honestamente ser recusado.

um dia — quer este dia esteja próximo (quem não o deseja?) ou longínquo (o que importa antes de mais, é que ele chegue). Pelo nosso lado, estamos portanto mais perto de considerar este programa de pesquisa-desenvolvimento como um programa temático de formação à pesquisa do que um programa de pura pesquisa.

2. Os lugares

A pesquisa e a reflexão têm necessidade de gabinetes ou de salas de trabalho (os laboratórios), retirados do «mundo», mas não se podem confinar neles. Elas têm necessidade do terreno visto que é sobre este terreno que elas se constroem; mas é também para este terreno que elas se constroem; devem portanto voltar-se para ele. O ideal seria que elas se construissem com este terreno. O ideal seria que elas se fizessem em todo e qualquer lugar, nos campos, nas aldeias, nas oficinas, nas aulas, nas famílias . . . A pesquisa popular existe, não é uma utopia ⁽³⁾: se os grupos humanos ainda existem, é porque souberam encontrar, até hoje, soluções às condições adversas com que se depararam. O problema (um outro temo de pesquisa) é antes do mais saber como valorizar, utilizar, encorajar . . . este potencial de pesquisa popular? Parece-nos que seria preciso primeiramente voltarmo-nos para o terreno. É uma evidência que o não é (ao mesmo tempo) visto que a prática corrente é fazer apelo a especialistas estrangeiros ⁽⁴⁾. Portanto, pensamos que, se é necessário um lugar de reflexão, é necessário igualmente e sobretudo privilegiar o trabalho sobre e com o terreno.

3. Os métodos de trabalho

Excluimos toda a ideia de método ou de maneira de proceder único *a priori*. Não excluimos a ideia de lá chegar, se for necessário, mas somente se a prática ou análise demonstrarem o seu interesse.

É evidente que o pesquisador digno deste nome e qualquer que seja o seu estatuto, deve poder praticar com proveito:

⁽²⁾ Este documento e os nossos documentos anteriores não escapam a estas considerações. Pelo contrário, parece-nos que a acção de apoio à formação (de onde nascem estes documentos e que estes documentos alimentam por sua vez) deixa mais traços susceptíveis, estes, de ter efeitos.

⁽³⁾ Utopia 1: Projecto de pesquisa política ideal (primeiro sentido)

Utopia 2: Projecto considerado como irrealizável (sentido derivado corrente).

A pesquisa popular não é uma utopia 2 porque ela é realizável e realizada, mas é verdadeiramente uma utopia 1 (projecto ideal).

⁽⁴⁾ Assim se passa com a recuperação de bolanhas, a transformação dos produtos agrícolas, o comércio, a elaboração do Plano de desenvolvimento . . . para os quais os principais actores não são consultados. Um humorista já dizia: «Não temos necessidade de conselheiros: nós sabemos enganar-nos a nós próprios».

- a análise de documentos e a pesquisa documental
- a entrevista face-a-face e o inquérito
- o grupo de discussão
- a problematização e a sintetização
- a expressão do seu pensamento.

São estes os métodos que é preciso dominar bem.

O trabalho de pesquisa, já pelas possibilidades de formação e de estímulo mútuos, já pelo enriquecimento que permite, tem as nossas preferências. Não é necessário que todos os participantes nesta equipa sejam investigadores encartados. É mesmo desejável que uma parte dos investigadores exerça actividades práticas de ensino ou de formação, que uma outra parte pratique outras actividades (agricultura, artesanato, saúde . . .), que ainda uma outra parte participe em outras equipas de pesquisa, que, enfim, todos sejam chamados na sequência do trabalho a divulgar os resultados e as aquisições da pesquisa.

Uma reunião mensal de balanço e de orientação deveria reunir os responsáveis da pesquisa, ou mesmo o conjunto dos «investigadores». Estas reuniões são igualmente encaradas como actividades de formação mútua. Elas não excluem outras reuniões de formação mais específicas, centradas mais especialmente sobre tal ou tal aspecto técnico ou metodológico — que terá podido ser determinado no decurso destas reuniões mensais.

4. O tempo

Se se trata simplesmente de executar o programa de pesquisa, pode-se encontrar, com uma boa remuneração, organismos ou consultantes que se comprometam a apresentar o seu relatório em doze meses, seis meses ou menos ainda. Não é esta a finalidade procurada e sabemos qual será o seguimento que se dará a este novo relatório.

Se se trata de os nacionais realizarem este programa, mesmo que seja em cooperação, mas em cooperação «controlada», os prazos poderão ser longos e mesmo muito mais longos. Mas a comparação já não faz sentido aqui, porque já não se trata da mesma coisa, da mesma actividade, da mesma finalidade. Toda formação exige tempo — por vezes uma vida humana não é suficiente. Podemos portanto pensar que as primeiras etapas serão longas, dois ou três anos segundo a importância do esforço e do investimento nacional, para se acelerar progressivamente em seguida. A nosso ver, é um erro, apesar da urgência, querer «ir depressa», sobretudo a princípio. Só repetiríamos de novo os erros e os insucessos que já conhecemos. É preferível encarar o *statu quo* ou soluções provisórias e não mais em diferir o início dum trabalho de fundo, auto-gerado e auto-centrado, que será necessariamente longo, e até mesmo jamais acabado ⁽⁵⁾.

⁽⁵⁾ A escola europeia actual, por exemplo, levou vários decénios, e mesmo vários séculos para se construir, se definir em relação a uma situação económica específica, que além disso está sempre a mudar. A sua evolução não está terminada. Por outro lado, não teve necessidade, para se definir, para se desenvolver ou evoluir da contribuição ou da cooperação da educação Balanta, por exemplo.

5. O financiamento

Este programa de pesquisa-desenvolvimento, este tipo de pesquisa-desenvolvimento a dupla finalidade (de conteúdo e sobretudo de «capacitação-capitalização» ⁽⁶⁾) exige:

- homens
- edifícios
- equipamentos e material
- meios de troca

que se expressam também (mas não-somente) em dinheiro, em financiamento.

A Guiné-Bissau desenvolveu ou comprometeu-se a desenvolver um enorme esforço ⁽⁷⁾ na resolução deste projecto em construções, equipamentos e material, em meios de trocas internacionais e de formação internacional (bolsas de formação). Ela previu igualmente um importante orçamento anual de funcionamento para o ano de 1985 ⁽⁷⁾.

Ficaria então, hoje a:

- escolher os homens, nacionais ou expatriados, empregados a tempo completo ou a tempo parcial ⁽⁸⁾
- prever a manutenção dos edifícios (construções)
- completar o material (nomeadamente a biblioteca e o material de reprografia)
- abastecer-se em meios de transporte/comunicação intra-nacionais.

Tudo isto é pouco em comparação com o gigantesco esforço empreendido. Deve-se esperar que a ajuda externa «saberá» apoiar este empreendimento vital, portanto «sensível».

(Tradução de Maria Alice Castro Fernandes)

⁽⁶⁾ *capacitação*: por este neologismo, queremos designar a acção de adquirir ou de aumentar uma(s) capacidade(s) (aptitude, habilidade, competência), assim como o resultado desta acção.

capitalização: acumulação de riquezas e adição dos interesses produzidos por estas riquezas com vista a produzir outras riquezas — sendo o recurso humano a riqueza aqui considerada.

⁽⁷⁾ Mais de sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América (custo do projecto Educação I financiado com a ajuda dum empréstimo do Fundo Africano de Desenvolvimento) para o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (cf. Anexo I) e uma escola normal superior. O orçamento de financiamento aprovado, para o ano de 1985, para o conjunto deste projecto, eleva-se a 45 000 000 PG ou a 2 800 000 US — dos quais cerca de 4 000 000 PG ou 25 000 US\$ só para o Departamento da pesquisa (1 US\$ = 160 PG).

⁽⁸⁾ Este é provavelmente o ponto mais delicado, porque da escolha das pessoas dependerá a eficácia ou não das estruturas, das infra-estruturas, do material e das outras pessoas.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

- BASE — *Formation à la recherche sur l'éducation en Afrique, Zaïre*: Kisangani, 1978, 26 p.
- BIGELOW, R. E. — *African education research*, Madison, Wis. 1974, 3 volumes.
- LANDSHEERE, Gilbert de, *Introduction à la recherche en éducation*, Paris: A. Colin,
- LANDSHEERE, Gilbert de, *La recherche expérimentale en éducation*, Paris/Lausanne: UNESCO/Delachaux et Niestlé, 1982, 115 p.
- LANDSHEERE, Gilbert de, *Dictionnaire de l'évaluation et de la recherche en éducation*, Paris: P.U.F., 1979, 335 p.
- PERRIN, Jacques, *Les transferts de technologie*, Paris: La Découverte, 1983, 118 p.
- VÁRIOS AUTORES, *Le sujet et l'objet. Confrontation*, Paris: CNRS, 1984, 268 p. (ambiguïtés de la science)
- QUILLET, Monique, *Catalogue des ouvrages intéressant la méthodologie de la recherche en sciences d'éducation*, Paris: INRP (Centre de documentation recherche), 1980, 40 p.
- UNESCO — «Recherche en éducation pour le développement», in *Perspectives*, Paris: UNESCO, vol. XI, N.º 3, 1981, pp. 329-417, (dossier)
- UNESCO — *Répertoire des institutions de recherche en éducation*, Paris: UNESCO, 1980, 208 p. (Ibedata)
- UNESCO — *Répertoire des institutions de formation professionnelle et de recherche dans le domaine de l'éducation des adultes*, Paris: UNESCO, 1980, 211 p., ED. 80/WS/37.

ADITIVO

- Bibliographie sélective*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), *Pesquisa participante*, São Paulo: Brasiliense, 1984, (1981), 211 p.
- SHAEFFER, Sheldon, NKINYANGI, John A., *Les contextes de recherche en éducation dans les pays en développement*, Ottawa: CRDI, 1984, 290 p., IDRC — 213 f.
- VIELLE, J.P., *The impact of research on educational change*, Ottawa: CRDI, 1981, 34 p.

Organismes:

Participatory Research Group, 386 Bloor Street West, Toronto, Ontario
— CANADA M5 S 1×4

Réseau d'innovation éducative pour le développement en Afrique (NEIDA), B.P. 3311
DAKAR (Sénégal)

ABREVIATURAS UTILIZADAS (por ordem de aparecimento):

- PAIGC : Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, partido de Cabral (partido único no poder)
- INDE : Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação
- DEPOL : Departamento das políticas da formação (INDE)
- DEPRO : Departamento dos programas de formação (INDE)
- DEAC : Departamento das acções de formação do pessoal da Educação (INDE)
- DEME : Departamento dos meios de formação (INDE)
- MECD : Ministério da Educação, Cultura e Desportos
- MINEDAF : Conferência dos Ministros da Educação e dos Ministros encarregados da planificação económica dos estados membros da UNESCO da África.
- MINEDAF V: MINEDAF de Harare, 28 de Junho — 3 de Julho de 1982.

LISTA DOS ESTUDOS DO SR. JEAN PIERRE LEPRI

LISTA DOS ESTUDOS DO SR. JEAN PIERRE LEPRI

L'aide extérieure à l'éducation et à la formation professionnelle en Guinée-Bissau en 1986 et en projet.

Education et développement en Guinée-Bissau: Bibliographie.

L'enseignement en Guinée-Bissau en 1983-84: document de travail.

L'enseignement en Guinée-Bissau en 1984-85: document de travail.

Équipements et fournitures pour l'Institut de Formation et de perfectionnement du personnel de l'Éducation (IFPPE): Propositions.

A formação dos professores do ensino básico complementar: proposta de programas.

A formação dos professores de ensino secundário geral: Anteprojecto de programas de transições: documento de trabalho.

La formation des enseignants et l'Institut National de la formation: document de travail.

La formation des instituteurs de l'enseignement de base complémentaire: project de programmes.

Formation des maîtres, locaux et matériels scolaires et échec scolaire en Guinée-Bissau: document de travail.

La Guinée-Bissau en question(s): essai d'analyse sociale, économique: document de travail.

Liste des ouvrages de la bibliothèque de l'Institut de formation et de perfectionnement du personnel de l'éducation (IFPPE): Propositions.

Notes sur le système scolaire Bissau-Guinéen: document de travail.

Regionaliser l'enseignement national: Quelques positions: document de travail.

A pesquisa-desenvolvimento em matéria de educação para o desenvolvimento na Guinée-Bissau: elementos para uma teoria: documento de trabalho.

Pour une mise en valeur de la ressource humaine en Guinée-Bissau.

Quelle école pour la Guinée-Bissau?: essai d'analyse du système scolaire: document de travail.

La recherche-développement en matière d'éducation pour le développement en Guinée-Bissau: éléments pour une théorie: document de travail.

Résumés des études réalisées par Jean Pierre Lepri pour le compte du Ministère de l'Éducation National de la République de Guinée-Bissau.

Resumos dos estudos realizados por Jean-Pierre Lepri para o Ministério da Educação Nacional da Guinée-Bissau.

L'enseignement en Guinée-Bissau en 1985-86: document de travail.

Formação de professores, locais e materiais escolares e insucesso escolar na Guinée-Bissau: documento de trabalho.

Formation des maîtres, locaux et matériels scolaires et échec scolaire en Guinée-Bissau: document de travail.

BARRAGENS EM BOLANHAS DE ÁGUA SALGADA

Por RUI RIBEIRO (*)

A 27 de Fevereiro passado teve lugar no anfiteatro do INEP uma conferência proferida pelo autor que contou com a presença de numeroso público, entre o qual se contavam alguns membros do Governo.

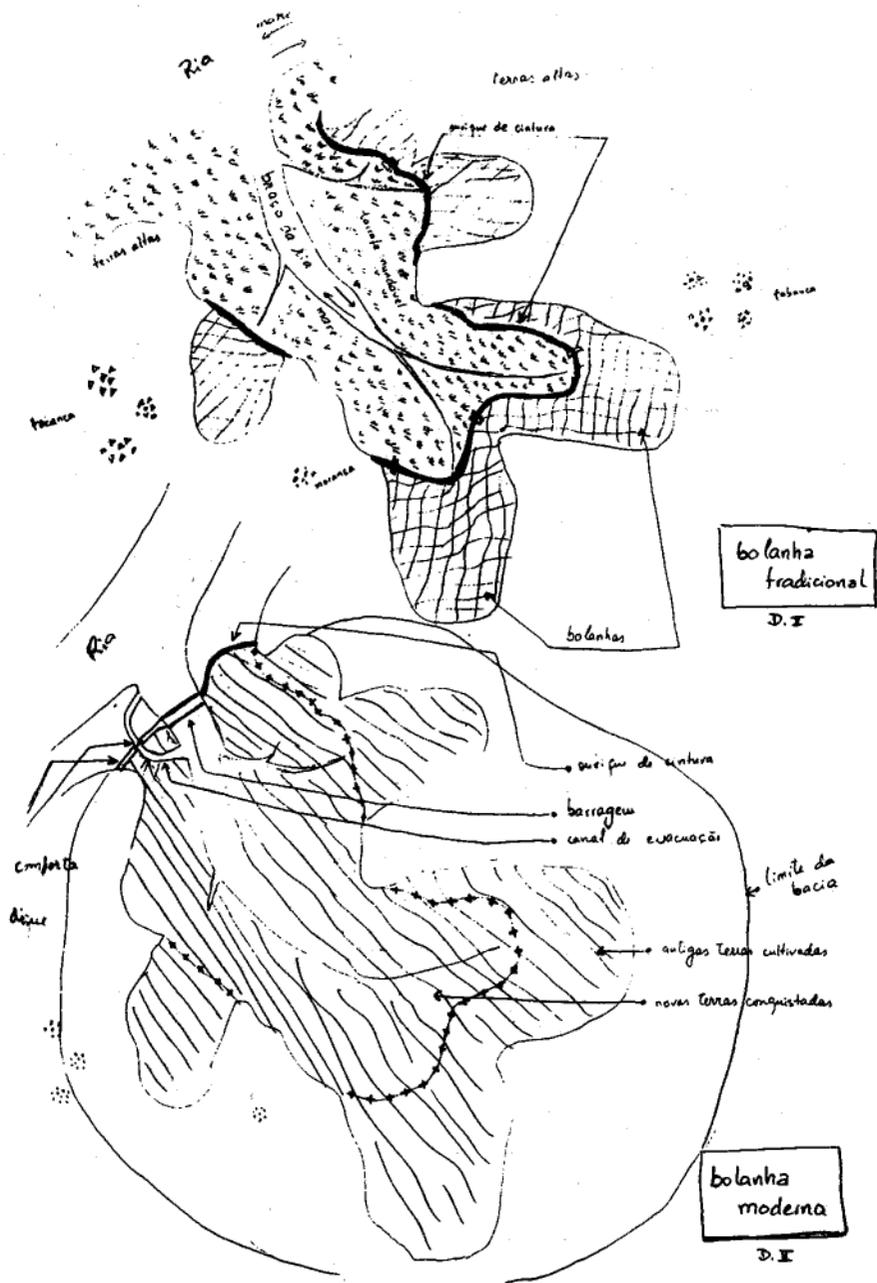
Efectivamente o interesse deste tema é grande na Guiné-Bissau e esteve na origem de um projecto conjunto de investigação entre o INEP e a Universidade Livre de Berlim, no qual se enquadrou este trabalho.

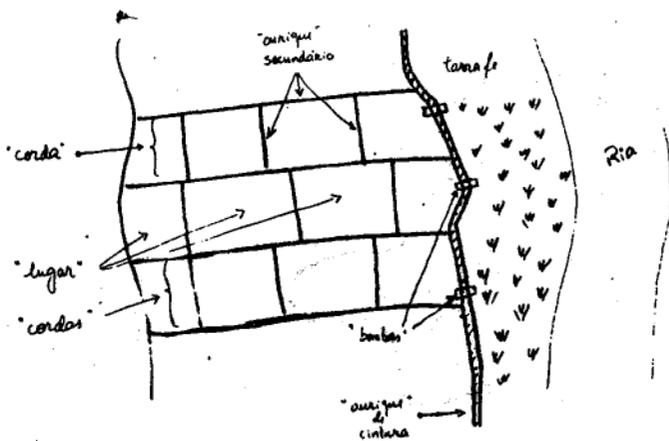
Não quisemos alterar o estilo coloquial que reflecte o ambiente da conferência e a natureza desta primeira abordagem.

O título «Barragens em bolanhas de água salgada», à primeira vista parece não dizer muito, mas diz tudo do que vai ser aqui dito. Não vos vou falar propriamente da produção nacional de arroz, nem da organização da mão-de-obra entre os Balantas. Vou-vos falar somente sobre as barragens em bolanhas de água salgada.

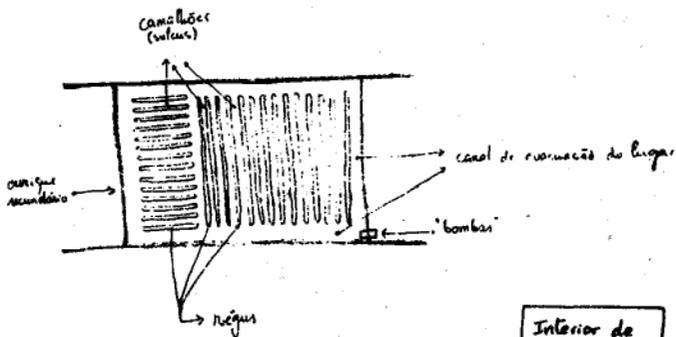
Actualmente parece que já se chegou ao ponto máximo da polémica sobre as barragens e suas implicações. Na última visita realizada à bolanha de Bula-João Landim pude conversar com um grupo de camponeses que pediam a destruição da

(*) Rui Ribeiro é licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de Lisboa, e investigador do Centro de Estudos Socioeconómicos do INEP.





Interior de uma bolanha
D. III



Interior de um lugar
D. IV

barragem existente nesta bolanha. Como é que se pode entender um pedido desta natureza, se tinha sido o mesmo grupo de pessoas que, há 15 anos atrás, havia pedido ao Estado Colonial a construção da mesma barragem?

O objectivo do texto que segue é propôr uma base de reflexão não só sobre os efeitos técnicos e socioeconómicos da introdução dos projectos de desenvolvimento nos meios rurais da Guiné mas, e sobretudo, uma reflexão sobre a origem: o porquê desses efeitos.

No caso do objecto em estudo, barragens em bolanhas de água salgada, vamos ver que foi o Estado (colonial e actual) quem introduziu e introduz as «barragens a tractor» nestas bolanhas. O problema reside em saber *qual foi ou é a entidade responsável pela manutenção destas barragens e pela gestão da bolanha: o Estado ou os camponeses.*

A comunicação encontra-se dividida em 3 partes: na primeira faço uma definição dos conceitos que vou usar; na segunda apresento uma análise histórica do aparecimento das barragens e um estudo sobre o seu estado actual; e na última parte faço uma abordagem sobre os principais estrangulamentos técnicos e socioeconómicos com que uma bolanha moderna se pode defrontar.

I. O QUE É UMA BOLANHA

a) Definição de Conceitos

Bolanha de água salgada é um conjunto de terras de tarrafe, conquistadas à maré através de uma barragem e de um dique ou ourique de cintura, cultivadas por proprietários pertencentes a uma mesma tabanca, ou diferentes tabancas.

Actualmente existem dois grandes tipos de bolanha: tradicional e moderna. O elemento principal de distinção reside no método de conquista utilizado. A bolanha tradicional baseia o seu método de conquista na energia humana. É a força muscular que constrói a barragem, o dique ou ourique de cintura para isolar o terreno a conquistar da acção das marés, e prepara o terreno para receber as plantas do arroz.

Na bolanha moderna o método de conquista utilizado tem por base o motor, como aparelho de tracção. Esta mecanização incide a sua actividade na construção de barragens que bloqueiam a ria, impedindo, deste modo, que a acção das marés se manifeste nas terras acima da barragem. Algumas vezes, como é o caso de Kan Balanta, no Sul, esta mesma força chega a construir também o ourique de cintura. Mas, normalmente, esta tarefa é deixada aos camponeses e é feita com base na energia humana. Portanto, como o processo de cultivo é idêntico, o elemento principal de distinção pode ser resumido no tipo de barragem que cada um utiliza. Assim, temos que a bolanha tradicional utiliza a «barragem a estacaria», porque os principais instrumentos utilizados são as estacarias, e a moderna «barragem a tractor», por ser este o meio principal de construção destas barragens.

Uma bolanha tradicional, para além da barragem a estacaria que pode ter ou não, é constituída por 9 elementos principais que se podem reagrupar em 2 níveis distintos: o interior da bolanha e o interior do lugar (ver desenho n.º). O interior de uma bolanha tem 5 elementos principais que se organizam da seguinte forma:

- 1.º *Ourique de cintura* (ou dique), tem por função impedir a entrada da água salgada que vem através das marés, para o interior da bolanha.
- 2.º *Cordas*, são as divisões de uma bolanha pelo seus proprietários. Cada corda corresponde à propriedade de uma morança ou família.
- 3.º *Lugar*, no interior de uma corda o proprietário faz outras subdivisões que corresponde a uma repartição do terreno da família pelos diferentes membros que a ela têm direito, ou a pessoas exteriores à família, através do arrendamento p.e. A essas subdivisões se chama lugar.
- 4.º *Ouriques secundários*, são elementos com dupla função. Ao mesmo tempo que fazem as separações entre os diferentes lugares, servem também como meio de controle da água doce, no interior da bolanha. Os lugares comunicam-se entre si; e, devido à inclinação do terreno a água doce excedentária é enviada de um lugar a outro, sucessivamente, até ao exterior do ourique de cintura, através das bombas.

Estes elementos já descritos (ourique de cintura, ouriques secundários) são feitos com a lama da própria bolanha e paus de tarrafe estrançados uns nos outros.

- 5.º E finalmente as *bombas*, são válvulas automáticas através das quais se faz a evacuação da água excedentária do interior da bolanha. Tradicionalmente utilizam-se dois tipos de bombas: *as canoas*, abertas em cima e nas 2 extremidades, têm uma porta no meio através da qual se faz a gestão da água. Atravessada no ourique, colocam paus de tarrafe na parte de cima a servir de suporte à lama da parte do ourique que lhe cobre; e o *tronco de cibe* aberto nas 2 extremidades e com uma bola de palha de arroz colocada na sua extremidade de fora. É preso por um fio, e funciona da seguinte maneira; quando querem baixar o nível da água no interior da bolanha a bola afasta-se ligeiramente do tronco, permitindo a saída de água doce e assim que a maré começa a encher, é a própria pressão desta que obriga a bola a colocar-se na boca do tronco impedindo, deste modo, a entrada da água salgada.

O interior do lugar tem 3 elementos. *Régus* são camadas de terra colocadas em cima da superfície de um terreno e em linha.

Como esta terra é extraída exactamente ao longo da linha dos régus provoca um sulco nesta terra. A esse sulco se chama *camalhão*. (Ver desenho n.º). O terceiro e último elemento, é o *canal de evacuação* que é um sulco muito mais profundo do que os camalhões e que serve para canalizar a água em direcção aos pontos de evacuação, de um lugar ou de uma bolanha.

A diferença de uma bolanha moderna em relação à tradicional reside nestes 3 aspectos:

- 1.º A bolanha moderna tem sempre uma barragem a tractor, que é feita de enorme quantidade de areia e cascalho a atravessar o rio. As tradicionais nem sempre têm barragens, e quando têm é feita manualmente, com lama e estacarias de tarrafe.

- 2.º Com a quantidade de água retida para ser evacuada é muito superior quando há barragem a tractor, estas bolanhas necessitam de comportas de betão por terem maior capacidade de evacuação, quando comparadas com as bombas tradicionais.
- 3.º Além disso, ainda necessitam de um canal de evacuação ligada à comporta que serve para encaminhar a água doce do rio para a ria que fica além da barragem.

b) *Metodologia de Conquista de uma Bolanha*

Metodologia Tradicional

Os povos orizicultores do litoral procuram de preferência, os solos marginais lodosos cobertos de vegetação halófica, normalmente designada por mangal ou tarrafe, para instalar os seus arrozais.

Dois factores interferem neste processo de selecção do local:

- 1.º *A inclinação do terreno.* Esta tem que ser de tal maneira que permite uma evacuação fácil da água. São as marés que através do seu movimento de vai-vem, duas vezes ao dia, provocam esta inclinação natural do terreno, aproveitado como meio principal de escoamento. Segundo T. Mota são elas que fornecem «... comodamente a diferença de nível precisa para as operações de purga da bolanha. Como a amplitude das marés chega a ser de 6 metros, o Balanta aproveita a baixa-mar, para assim eliminar para o exterior do arrozal a água doce em excesso depois de os aluviões pluviais se terem depositado». (B.C. n.º 18, p. 137)
- 2.º *O tipo de solo.* Na selecção dos solos, um dos critérios fundamentais é o tipo de tarrafe que o cobre. Dois tipos de tarrafe merecem uma referência especial: é o tarrafe avicenea que os camponeses caracterizam de «terra fêmea» pelo facto de nascer em terras aptas para o arroz; e o tarrafe rizophera, ou «terra macho» que significa terra menos apta.

Após a selecção do local iniciam-se os trabalhos de conquista gradual destes terrenos. São 4 as fases necessárias para a conquista de uma bolanha:

- 1.^a *Conquista dos terrenos* a acção das marés libertando-os da água salgada. Com a utilização da própria vasa (lama) e os ramos do tarrafe, constroem os diques ou ouriques de cintura de maneira a isolarem da acção das marés, uma zona a agricultar.
- 2.^a *Desbravamento.* Após o isolamento, deixam então secar o mangal que assim fica separado da água salgada, cortando-o depois.
- 3.^a *Dessalgamento.* Tal como já foi referido, ao longo do ourique são colocadas as bombas que só abrem de dentro para fora. Vindas as chuvas, a água doce retida pelo ourique vai subindo, e é purgada automaticamente pelas válvulas logo que atingem determinado nível. «O terreno é desta forma,

sucessivamente dessalgado, e ao mesmo tempo, os aluviões trazidos pelas chuvas depositam-se nele enriquecendo-o todos os anos e permitindo assim uma cultura intensiva de arroz». (Mota, B.C., n.º 18, p. 136).

- 4.^a *Divisão das cordas* e preparação dos régus e camalhões, assim como, dos ouriques secundários.

Metodologia Moderna

A única diferença se encontra na 1.^a fase, isto é, no momento da selecção e conquista de novas bolanhas. É que os projectos de recuperação não fazem a selecção sobre bolanhas virgens. Daí que o projecto se denomine de recuperação e não de conquista. Então a questão para eles é a definição das bolanhas em que vão actuar, através da construção de barragens a tractor e aumento da superfície dos arrozais.

O método de conquista difere do tradicional. Enquanto este utiliza o método da conquista gradual em que o ourique de cintura vai-se aproximando cada vez mais da ria, conforme as necessidades e o aumento da capacidade em mão-de-obra, a conquista moderna utiliza o método global e simultâneo. Uma determinada porção de terra é conquistada antes de se saber, p.e. qual a quantidade de mão-de-obra disponível para os novos terrenos ou quais os critérios a utilizar para a distribuição das novas terras. Na Região de Quíbara e mais concretamente em Bissassem, existe a bolanha de Nhala que foi recuperada através de uma barragem a tractor, e em que o Comité da Tabanca foi responsável pela divisão dos terrenos. Esta pessoa tem 120 lugares na nova bolanha!

c) *Manutenção de uma Bolanha*

Manutenção Tradicional

Os arrozais dos orizicultores da Guiné exigem, além do enorme esforço de construção inicial, um trabalho anual de manutenção. Todo o sistema de retenção e gestão da água das chuvas provoca um desgaste natural nos principais meios de controle (que são os régus, os ouriques secundários, as bombas e ouriques de cintura). A exigência principal reside na manutenção dos ouriques de cintura dado que são eles que se encontram mais expostos a esse desgaste natural já referido.

As causas fundamentais que provocam esse desgaste e quebras nos ouriques de cintura são:

- 1.^a variação brusca da quantidade absoluta da água das chuvas, porque provoca uma alteração no anterior equilíbrio existente entre a pressão de fora (das marés) e a pressão de dentro (da água das chuvas);
- 2.^a inclinação desfavorável da bolanha, que pode provocar uma concentração da maior parte da água a evacuar num único local do ourique e levar à quebra regular do ourique nesse local;

- 3.^a insuficiente capacidade das bombas para evacuar, em curto espaço de tempo, determinada quantidade de água, o que pode levar à sua acumulação numa única zona do ourique e, conseqüentemente, a fragilidade desta;
- 4.^a afundamento natural do ourique, dado que está assente sobre lama. Este processo de afundamento natural é ligeiramente acelerado pelo peso das pessoas que transitam pelo ourique;
- 5.^a além disso, nota-se uma subida natural da lama exterior à bolanha, devido aos detritos que a maré vai depositando no seu movimento quotidiano de vai-vem;
- 6.^a e finalmente a vaca e os crustáceos (Cakri e Djapuf). Enquanto a vaca desgasta a encosta do ourique no seu movimento de pasto, o segundo provoca furos nos ouriques que dão origem a infiltração da água das marés. O mais pequeno descuido dos camponeses na revista constante dos ouriques leva a que os furos se alarguem até provocarem a quebra do ourique.

Manutenção Moderna

Quando a bolanha passa à categoria de moderna, isto é, quando tem uma barragem a tractor e uma comporta de betão a substituir o ourique de cintura e as bombas, os camponeses perdem toda a iniciativa e talvez capacidade endógena de manutenção. Normalmente o movimento da água através da comporta e do canal provoca uma erosão da zona entre a comporta e a terra ao redor dela. Se não se tomam medidas para impedir a continuação desse processo de erosão 2 a 3 anos depois a comporta quebra e deixa de haver capacidade de controle da água no interior de uma enorme bolanha.

A grande mudança reside no facto de os utilizadores (camponeses), no momento da passagem das bombas para as comportas de betão, terem perdido a capacidade de fazerem uma auto-manutenção. Dizem não ter capacidade para se organizarem, comprarem cimento e chamarem um pedreiro (operário especializado) para fazer a manutenção; em contrapartida, os projectos não pretendem continuar com os trabalhos de manutenção em todas as bolanhas modernas, «não têm meios».

II. a) *Aparecimento das Barragens. Sua Evolução e Críticas*

Tal como o nome indica, uma barragem é um obstáculo de terra que se atravessa a rio para impedir que a água salgada continue a invadir a parte de cima do rio. O obstáculo denomina-se «aterro» e é constituído de terra e cascalho. Devido ao volume de «aterro» utilizado, este trabalho só se podia fazer, de facto, com um tractor.

Vejam agora a origem histórica destas barragens. Começamos pelo contexto político.

A denominação colonial efectiva começa na Guiné após as campanhas ditas de «pacificação». Só nessa altura, e pela primeira vez na história, os portugueses

dominam as estruturas políticas dos povos do litoral da Guiné. Pode-se situar este período como tendo início após 1915.

Quando a estrutura política colonial, através dos seus agentes (cipaios, chefes de posto, administradores e governadores), lança o seu poder sobre as sociedades étnicas do litoral, estas vão reagir de maneiras diferentes. O que é natural porque têm diferentes formas de politicamente se organizarem. A ignorância dos colonizadores levou-os a, numa primeira fase, tentar substituir as estruturas encontradas em cada etnia e a colocar em seu lugar as suas próprias estruturas coloniais. Porém, rapidamente compreenderam que não tinham nem meios humanos nem materiais para exercer uma administração directa tão extensa. Então mudaram ligeiramente a forma de actuar. Passaram a interferir nas políticas internas das etnias e a tentar regulamentá-las sob novas normas. Vejamos um exemplo: a eleição de régulos e chefes de povoações, o regulamento para a concessão de terrenos e o problema da propriedade e do arrendamento.

Segundo a Portaria n.º 167, de 28 de Junho de 1924 (B.O. n.º 31) fixou-se o seguinte:

Considerando que é urgente (...) estabelecer o regime a seguir (...), para pôr cobro às constantes questões levantadas entre os indígenas por causa das «bolanhas» e dos «palmares», que dificultam a acção administrativa (...), pelo tempo que toma a sua resolução, e dão lugar a abusos por parte das autoridades indígenas, sob o pretexto dos «usos e costumes».

Determina-se:

Art. 4

- a) «As bolanhas serão anualmente arrendadas aos indígenas em hasta pública presidida pela Comissão Municipal ou pelo Administrador...»
- b) «Os régulos ou chefes de povoação independente têm direito conforme o respectivo administrador entender conveniente a uma das melhores bolanhas, ou parte dela, existente na área de sua jurisdição, que lhes ficará pertencendo somente enquanto exercerem as funções de autoridade indígena, *sendo-lhes expressamente proibido aliená-las por qualquer forma, ou alugá-las*».
- c) «A importância dos arrendamentos constituirá um fundo destinado a instrução pública e assistência dos indígenas da circunscricção em que foram feitos». (Carreira, «Relatório...» p. 56-58)

Impor arrendamentos de bolanhas em hasta pública, ou proibir os régulos de alugar bolanhas, ou ainda desviar a importância dos arrendamentos para um fundo destinado a instrução pública significa simplesmente, uma ignorância absoluta, pelo menos, do complexo pensamento religioso destes povos. Porque «a propriedade da terra e o seu arrendamento andam associadas a cerimónias mágico-sociais de grande influência, onde o régulo, o chefe, e o homem notável são na realidade tidos como os intermediários indispensáveis... (Mota, «Notas sobre o povoamento...», B.C. n.º 23, p. 672).

Teremos a oportunidade de ver como é que, ainda hoje, este pensamento é uma realidade bem viva nos povos orizicultores onde sempre existiu. O fracasso desta política colonial de tentativa de mudança das estruturas socioeconómicas e políticas não impediu, contudo, que estas mesmas estruturas tivessem sofrido uma séria desestruturação. Havia portugueses que até tinham consciência desta situação. Em 1948 Manuel Baptista escrevia a propósito do apoio que o Estado colonial tinha dado para a recuperação da bolanha de Pikil, em Biombo, que o seu abandono reporta-se à data de ocupação portuguesa devido ao desprestígio dos antigos reis e régulos. (B.C. n.º 12, p. 896).

«De notícias dos velhos indígenas, fácil se verifica que em certas regiões existiram longos trabalhos de diques (ou ouriques), trabalhos levados a efeito pelos antigos réis ou regulados. Os diques (ou ouriques) exigem uma fiscalização cuidadosa, persistente e caríssima, só possível nas ditaduras dos antigos regulados. Com o desprestígio daquelas autoridades (...), veio o abandono e a falta de continuidade progressiva dos trabalhos, o que motivou grandes alterações na economia de certas regiões. (Ibid.)

Teixeira da Mota confirma esta posição quando em 1951 defendia que foi com a ocupação portuguesa que as estruturas étnicas sofreram um forte abalo. Segundo ele, «muitos régulos e chefes foram depostos, e em seu lugar colocados outros do agrado das autoridades mas não dos indígenas, que os consideraram usurpadores. Em muitos casos as sociedades secretas encarregavam-se de os eliminar (...). Isto tudo acarretou largos reflexos na propriedade e exploração da terra». (B.C. n.º 23, p. 673). A concluir afirmou que «o que é indispensável é que, desagregando-se o sistema de regulados, as autoridades administrativas *se passam a ocupar com acerto da orientação social* e económica dessa população. Caso contrário, será o caos». (Ibid.)

É isso que vamos estudar. De que maneiras o Estado colonial começou a ocupar o lugar dos régulos nos arrozais do litoral da Guiné?

«A recuperação de terrenos para a cultura do arroz, bolanhas, teve início em fins de 1945 na ilha de Bissau, no Biombo». Segundo T. Mota, «em 45 dias de trabalho milhares de indígenas ergueram da vasa marinha (lama) uma barragem (ourique) de 14 km de extensão, 4 metros de base e 4 de altura. Recuperaram-se mais de 1000 ha de bons terrenos para o arroz». (B.C., n.º especial, p. 476).

Nos dois anos seguintes, de 1945 a 47, foram recuperados pelo menos 61 bolanhas: 33 em Bissau, 7 em Mansoa, 8 em Pecixe, 13 em Fulacunda além de Catio, para os quais não se dispunha de elementos completos.

O método seguido para a construção das barragens e ouriques era o mesmo que o tradicional: consistia na vedação das bocas das rias, impedindo assim a entrada de água salgada, e a reparação, com o mesmo objectivo, dos lugares danificados no ourique. Os materiais de construção mantêm-se: lama e paus de tarrafe. A grande mudança registada foi ao nível da entidade que organiza e dirige esses trabalhos colectivos: «Agora, segundo T. Mota, já não são (...), os régulos, os chefes

religiosos e os conselhos de anciões que fomentam e dirigem os trabalhos — o seu antigo papel foi energicamente retomado pelas autoridades administrativas». («Habituação Indígena», 1948, p. 125).

Daqui é que começou o erro de perspectiva, que sobreviveu até aos dias de hoje. Os camponeses passaram a ficar dependentes dessa atitude do Estado colonial ou do Estado pós-colonial, para conseguirem realizar os trabalhos de recuperação. Contudo, como são constantes esses trabalhos de manutenção (ano a ano) a atitude pontual do Estado colonial não resolveu o problema. Até agravou a situação porque deu a falsa ideia de que podia ocupar-se de facto do papel dos régulos. Na verdade, o primitivo aproveitamento destas várzeas (bolanhas) e a sua constante defesa só podiam ter sido conseguidos através dos séculos mercê do esforço conjugado e auto-disciplinado das populações interessadas, que teriam de se reunir aos milhares para os trabalhos de conquista e manutenção. Uma vez perdida essa coesão a solução devia ser a recuperação dessa coesão, em vez de os convencer de que a administração podia desempenhar a função do régulo. Conclusão: a administração colonial quando intervém é só para ajudar a recuperar uma bolanha abandonada ou em vias de ser. Não se preocupa em organizar os camponeses para as tarefas da manutenção constante. O resultado é que, anos depois a bolanha volta a ser abandonada. A mesma bolanha de Pikil recuperada em 1945 voltou a ser recuperada o ano passado, depois de muitos anos de completo abandono.

A segunda fase de intervenção da administração colonial nas bolanhas situa-se nos meados da década de 50, e caracteriza-se pela introdução do tractor. Tal como veremos mais à frente a introdução da barragem a tractor era vista como uma simples substituição das barragens a estacaria. Aliás, este pressuposto ainda hoje se reproduz nas nossas mentes. Mas é falso, e mais à frente terão a oportunidade de perceber porque razão é falso.

O que prova a minha afirmação é o facto de ter constatado, com base na avaliação que fizemos em 16 barragens a tractor, que em nenhuma das bolanhas modernas construídas na época colonial e por nós visitada, se tinha colocado alguma comporta. Tenho conhecimentos de algumas excepções, particularmente no sul, mas só vêm confirmar a regra. Se pensarmos que o Estado ao não construir comportas não era porque lhe faltavam meios, então a conclusão que daqui extraímos é que nunca houve investigações a anteceder a construção das barragens a tractor; porque senão, ter-se-ia descoberto logo que as barragens a tractor têm uma capacidade de retenção de água muito superior que as de estacaria, e que por isso mesmo necessitam sempre de ser acompanhadas pela construção das respectivas comportas.

Tal como na época colonial, ainda hoje o defeito de realizar projectos de desenvolvimento nos meios rurais sem os devidos estudos continua a ser uma realidade. Iremos ver, através da apresentação dos dados de avaliação, que só a partir de 1980 é que a realização das barragens começa a ser acompanhada da construção das respectivas comportas. De 1974 a 1980 viveu-se uma fase de transição. Havia barragens que eram acompanhadas de uma comporta de betão (é o caso da barragem de Breme, em Biombo) e havia barragens que não tinham comporta. Temos o exemplo da barragem da Ponta José da Silva (1976/77), Bissator (1978/79).

É assim que o pressuposto em como as barragens a tractor não constituem nada mais do que uma simples substituição das de estacaria começa a ser questionado. Afinal, necessitam de comportas porque a sua capacidade de retenção da água doce é muito superior à capacidade de retenção das de estacaria. O que implica necessariamente a substituição também das bombas tradicionais por terem uma capacidade muito limitada de evacuação da água doce.

Vejam os outros pressupostos em que se apoia a filosofia de construção de barragens. Exemplo do projecto FAO (1933) para a construção de 29 barragens no sul do país. Segundo eles, «...o projecto constitui um melhoramento das técnicas de protecção dos arrozais, conduzindo a uma poupança considerável dos trabalhos executados pelos camponeses, o que lhe vai permitir o *cultivo de superfícies muito maiores*». (p. 11).

No que se refere ao impacto do projecto sobre a produção orizícola diz-se o seguinte: «sobre os 29 sítios escolhidos para serem equipados pelo projecto, a superfície actualmente cultivada é de 5270 ha. Depois da recuperação das terras de tarrafe (...) será de 14 630 ha (9360 ha recuperados) *haverá uma triplicação*.» (p. 23)

Amílcar Cabral, em 1959, perante a política do governo colonial de aumento do número de hectares de bolanha cultiváveis, já havia exposto a sua oposição da seguinte forma:

«...recentemente (1959), parece que a actividade dos Serviços Agrícolas tem-se orientado no sentido da recuperação de terrenos para a agricultura (cultura do arroz). *Na fase actual do complexo agrícola guineense, tal ocupação é inútil, quando não prejudicial. Na verdade, o que importa actualmente, é aumentar o rendimento das áreas cultivadas e, depois, estruturar o melhor processo de aumentar essas áreas. Evidentemente melhorar a produção agrícola de uma região é tarefa bem mais difícil do que abrir novas áreas ao cultivo, mas há-de convir-se em que a primeira atitude é a que serve os interesses do agricultor e a economia da região.* (revista «Agros», n.º 4, p. 348).

Nada mais claro do que este argumento de um conhecedor da agronomia guineense. E para não deixar margens a confusão, Cabral sublinha logo a seguir que «criar bolanhas (de eficiência aliás discutível) para obter produções baixas, é tarefa inútil, quando comparada com a de conseguir que cada parcela de terreno produza o máximo compatível com as características do meio.» (Ibid.)

b) *Análise de uma Amostra*

Para que se tenha uma ideia concreta e mais actualizada das implicações a que Cabral se referia quando falava da criação de bolanhas novas mas de eficiência discutível, vou apresentar uma análise feita com base numa amostra de 15 casos de barragens a tractor, nas bolanhas de água salgada da Guiné.

Para este inquérito, a unidade estatística escolhida é a barragem a tractor. Não se conhece a totalidade das barragens feitas na época colonial. Os da época actual

são, pelo menos, em número de 15, segundo o mapa de barragens construídas pelo DHAS do MDRP.

Dessas 15 barragens a tractor escolhidas 7 foram construídas durante a época colonial (1955 a 1974) e 6 foram realizadas no período pós-independência. Duas tiveram obras nas 2 épocas históricas. Esta amostra foi escolhido aleatoriamente e tem a seguinte constituição por regiões: das 9 barragens realizadas na época colonial, 4 localizam-se na actual região de Cacheu (Pete, Ponta L. Cabral, Bajop e Fei), 2 na região de Oio (Chuluf e Iuncum), 2 na de Biombo (Breme e Sidja), e 1 na região de Quínara (Galecunda). Das 8 realizadas no período actual: 5 pertencem à região de Biombo, 2 à região de Quínara e 1 à região de Tombali.

O conteúdo do inquérito abarca 3 campos distintos embora interligados: a história da bolanha, até ao momento em que se realizou a barragem a tractor; os dados técnicos sobre a bolanha, a partir do momento em que se construiu a barragem; e as implicações socioeconómicas daí originárias. Abordarei só os dois últimos devido à limitação do tempo, e ao facto de serem mesmo indispensáveis.

1. Aspectos Técnicos

Neste domínio isolamos 3 elementos principais de modo a permitir uma análise mais pormenorizada (Barragem, Comporta e Ourique de cintura).

Barragens

67% das barragens da época colonial estão em bom estado. As restantes 35% encontram-se danificadas. São três as explicações fornecidas pelos camponeses sobre esta situação:

- 1.^a Conflitos entre tabancas devido ao problema da gestão da água. É o caso da barragem de Chuluf. Foi destruída pela tabanca que se encontra mais afastada da barragem. Segundo os camponeses de Chuluf (tabanca que faz a gestão da água por ser a tabanca mais próxima das bombas), a barragem foi furada pelos camponeses de Nhacra Teda que vieram abrir um buraco exactamente na zona de ligação entre a barragem e o ourique de cintura. Nesse ano (1974), o arroz de Chuluf ficou sem água e estragou-se completamente. Houve um sério contencioso entre as duas tabancas e se não tivesse havido a intervenção das autoridades locais ter-se-iam matado mutuamente.
- 2.^a Explicação refere-se aos erros técnicos: incapacidade do tanque em evacuar a água doce excedentária e sua colocação muito próxima da barragem. É o caso da barragem de Bajop. Tal como no caso anterior a construção desta barragem não foi acompanhada pela construção de uma comporta de betão. Em lugar deste, colocaram 4 tanques ligados um ao outro e abertos nas 2 extremidades. A pressão da água doce era superior à capacidade do tanque. Resultado: como a colocação do tanque estava muito próxima à barragem, a

força da água doce arrastou consigo os tanques, e a erosão sucessiva foi provocando uma gradual destruição da própria barragem.

- 3.^a Explicação refere-se à irregularidade na manutenção devido ao estado de guerra (período da luta de libertação nacional). É o caso da Ponta Luís Cabral. A história desta barragem tem um interesse especial. A barragem foi construída depois de o governo colonial ter obrigado a população a mudar a tabanca do local original para próximo da estrada. É curiosa esta atitude ambígua do governo colonial. Mas não deixa de ser sintomática, pelo facto de que muitas barragens foram construídas neste período, por razões puramente políticas: mobilização dos camponeses em época da guerra.

Relativamente às construções realizadas no pós-independência temos a seguinte conclusão: 100% destas barragens se encontram em óptimo estado.

Comportas

Nenhuma das barragens feitas na época colonial tinha comporta. Para a evacuação da água excedentária utiliza-se as canoas, cibes ou tanques. No que se refere às construções de pós-independência, houve um período de transição (1974/80), em que podiam ter com não. Só a partir de 1980 é que todas começaram a ser construídas com as respectivas barragens. A situação das comportas é a seguinte: são duas as que funcionam bem (Nhala e Kã-balanta). Entre elas, só uma (Nhala) está em bom estado; a outra (Kan) corre o risco de se estragar dentro de 1 a 2 anos se não for recuperado pelo Departamento. A terceira, é a comporta de Breme. Além de estar estragada está colocada a um nível tão alto que não permite uma evacuação segundo as necessidades dos camponeses.

Ourique de Cintura

90% dos ouriques de cintura construídas em barragens realizadas na época colonial estão estragados. A única excepção é a barragem de Iuncum. Recebeu uma comporta em 1983, 10 anos depois da sua construção. É muito provável que seja esta construção realizada pelo projecto de Zona 1, que veio salvar esta bolanha. Porque os camponeses viam-se muito aflitos para conseguir a evacuação e um suficiente controlo da água doce no interior da bolanha.

Nas barragens da época actual 100% dos ouriques de cintura encontram-se em bom estado. O único ourique que corre o risco de se estragar brevemente é o da barragem da Kan-balanta no Sul.

Conclusão

Quer-me parecer que a função da barragem é impedir a entrada da água salgada. No entanto, as conclusões indicam que, quando esta função de impedir a entrada de

água salgada é conseguida, com êxito, os solos desencadeiam um sério processo de acidificação, a que os camponeses denominam de «contra».

Todas as bolanhas invadidas pelo «contra» tem a barragem e o ourique de cintura em óptimo estado. Se não fossem as duas excepções do Sul, o caso de Kan e de Nhala, diria mesmo que, todas as bolanhas onde a barragem e o ourique de cintura estão em bom estado se encontram invadidas pela acidez. É provável que estas excepções se expliquem pelas diferenças no estado e na capacidade de cada comporta, na quantidade absoluta da água das chuvas ou no tipo de solos. Contudo, um facto é que, em quase nenhuma das bolanhas recuperadas na época colonial se encontra actualmente o «contra». Isto porque em quase todas elas, salvo o caso de Breme, os ouriques se encontram estragados e a acção da água salgada nas bolanhas continua normalmente como se não existisse a barragem. Bolanhas em avançado estado de acidez dos solos encontram-se no grupo pós-independência. Breme, Ponta José da Silva, Tór, são os exemplos mais flagrantes. Dois meses depois da transplantação da planta do arroz para a bolanha, estas ficam completamente queimadas.

Em reacção a esta situação os camponeses pedem a entrada da água salgada para o interior das bolanhas. E agora, ficamos sem saber qual deve ser o verdadeiro papel da barragem, quando nos dizem que também no sul há indícios de contra nos solos das bolanhas recuperadas.

2. Aspectos Socioeconómicos

Como mais à frente vou apresentar explicações mais detalhadas, neste ponto vou-me limitar à exposição das conclusões que resultaram da análise dos dados do inquérito. Em 25% das bolanhas visitados, a barragem e o ourique de cintura deixaram de ter qualquer acção. Os camponeses continuam a cultivar as terras mais altas; no fundo era como se não existisse a barragem e o ourique. Só 25% das bolanhas têm tido resultados positivos com a acção da barragem. E em 50% a acção da barragem e do ourique tem sido negativo, porque dá origem a um rendimento nulo, abaixo do rendimento destas bolanhas, antes da introdução das inovações.

E como se isto não fosse suficiente, todas as bolanhas onde as barragens têm tido uma acção positiva, defrontam-se com sérios conflitos ao nível da gestão e do controlo de água no interior da bolanha. Os casos demonstrativos são Nhala e Kan-Balanta. A única que parecia controlar bem este conflito é Bissator. Nesta existe um responsável técnico tradicional da bolanha. É ele o responsável supra-tabanca, embora tradicional.

À primeira vista devia ser o contrário porque esta barragem não tem comporta. Segundo os camponeses a quantidade de água doce a evacuar é enorme e as bombas tradicionais apesar de serem 8 não aguentam. Então são obrigados a cortar o ourique durante 6 dias (mas só no período do dia), para permitir a evacuação necessária. É evidente que se tivessem uma comporta de betão seria mais eficiente. Contudo, é exactamente esta bolanha aquela que parece ter mais controlo perante os potenciais conflitos à volta da gestão de água. A explicação parece residir na existência desta autoridade tradicional, um autêntico administrador da bolanha.

Para que se tenha uma ideia completa do problema vou tecer algumas considerações teóricas sobre os principais estrangulamentos com que se defronta a bolanha moderna no seu funcionamento.

III. ESTRANGULAMENTOS PRINCIPAIS DE UMA BOLANHA DE ÁGUA SALGADA

No campo estritamente técnico são 8 os principais estrangulamentos que afetam o funcionamento normal de uma bolanha: a erosão dos ouriques, a salinidade, acidez ou «contra», a insuficiente capacidade de evacuação das bombas, a palha, as pragas, a irregularidade das chuvas e as variedades de sementes. Para o que nos interessa neste momento vou-me cingir ao problema de acidez dos solos dado ser aquele que mais se evidencia nas conclusões do inquérito.

Os solos das bolanhas de água salgada são solos ácido-sulfatados o que significa que em determinadas condições podem desencadear um processo tal de acidificação, capaz de impedir o crescimento a qualquer planta de arroz. Quais são as condições em que tal fenómeno se pode verificar? Segundo o eng.^o Hesselink este tipo de solos precisa estar sempre húmida. Porque quando muito seca, a lama fende-se e permite a penetração do oxigénio. Quando este entra em contacto com o sulfato desperta diversas componentes químicas que anteriormente estavam estacionados dando início assim a uma maior mobilidade do ácido no solo.

Nas bolanhas tradicionais é mais raro verificar-se este fenómeno químico. Os camponeses têm formas próprias de os controlar. Assim, nestas bolanhas como movimento do rio não foi bloqueado as primeiras águas das chuvas levam esse ácido e deitam-no ao rio. Este no seu movimento de vai-vem carrega, por um lado estes elementos químicos permitindo um nível estacionado de acidez nos solos da bolanha e por outro permite um certo nível de água subterrânea que por sua vez, impede que a bolanha fique completamente seca. Quando se constrói a barragem esta dupla função de água salgada é cortada. O nível da água subterrânea baixa na bolanha e o «contra» que em princípio devia ser transportado pelo movimento das marés passa a acumular-se no fundo do rio.

Em consequência:

1.^o) torna-se necessário uma maior quantidade de água doce (da chuva) para encher e lavar a bolanha uma vez que o nível de água subterrânea baixou imenso.

Na bolanha de J. Landim os camponeses explicam este problema dizendo que o solo «engolia» toda a água doce e ainda continuam rijo.

2.^o) existe maiores probabilidades de se verificar uma avançada acidificação dos solos devido ao maior tempo em que permanecem secas, o que torna impraticável qualquer nível de cultivo.

Perante estas situações os camponeses têm proposto a ruptura da barragem para que a água salgada e as marés possam voltar a cumprir a sua função de equilíbrio dos solos.

No campo estritamente socioeconómico vou-me referir apenas a três dos principais estrangulamentos de uma bolanha, o primeiro deles são as classes e interesse

de classe, em pelo menos, 2 das sociedades orizícolas do litoral (os Manjacos e Papéis).

Amílcar Cabral escreveu o seguinte em 1959: «a estrutura agrária caracteriza-se fundamentalmente pela propriedade colectiva da terra. Para os povos da Guiné, a terra é bem comum e a propriedade privada incide apenas sobre os bens produzidos pelo indivíduo ou pela família». Segundo ele «leis alicerçadas na tradição regulam as relações do homem com a terra. Cada família ou indivíduo tem o direito de cultivar a terra necessária à sua subsistência e de acordo com as suas forças, e a área por ela ocupada fica sujeita à sanção da opinião pública ou entidades para tal competentes. Nas zonas de maior densidade populacional esses limites são previamente fixados por normas geralmente respeitados. «(Agros, n.º 4, p. 344).

Se Cabral tivesse dedicado ao estudo do sistema da propriedade dos povos da Guiné, iria reconhecer que se esta sua afirmação é válida para os povos Fula, Mandinga e Balanta não é de todo válida, pelo menos, para os Manjacos, Papéis e talvez os Mancanhas. O que nos leva a pensar assim é que durante os trabalhos de campo realizados na ilha de Pecexe pude descobrir que em todo o regulado de Pintampil (na ilha só há 2 regulados) só existe 11 proprietários de bolanhas. Todas as outras pessoas arrendam bolanhas para lavar e pagam tributo. A moeda clássica de pagamento é a vaca. Mas também se aceita o porco, a cabra e até o dinheiro, às vezes. Pude registar que havia pelo menos um proprietário que tinha 20.1 rendeiros na sua bolanha. Havia ainda o caso de uma pessoa que quando herdou o lugar encontrou 86 rendeiros e distribuiu a terra a mais 10.

Ainda não realizei o inquérito em Biombo mas pelas informações que já reuni é-me possível afirmar que a situação não será muito diferente.

Para que possam avaliar do poder destes proprietários de djorsson (linhagem) vou-vos contar que quando chega o momento de pagar o tributo (renda: 6 em 6 anos, ou vitalício) e o rendeiro não cumpre é-lhe retirado pura e simplesmente a terra (a bolanha).

Conheço o caso de um rendeiro que devia pagar duas vacas porque tinha dois lugares. Como só pagou uma, o proprietário tirou-lhe um dos lugares.

É verdade que os projectos se queixam da pouca participação dos camponeses nos trabalhos de recuperação das bolanhas. Agora pergunto: qual é a motivação de um camponês rendeiro em ajudar a recuperar terras que não lhe pertence e pelos quais paga um tributo? É evidente que a classe dos proprietários estará sempre muito interessado nos trabalhos da recuperação. São eles que solicitam a intervenção dos projectos.

2.º Estrangulamento: Noção de Propriedade

Quando o dono de um lugar de bolanha está ausente ninguém ousa cultivar esse lugar. Quando existe uma bolanha virgem, propriedade de uma tabanca nenhuma pessoa de outra tabanca pode desbravar e aproveitar esse terreno.

Em Bissassema, a propósito da bolanha de Nhala um colaborador de secção explicou-me o problema da seguinte forma: «A bolanha de Nhala tem terreno maior que suficiente para todos lavrarem. A zona cultivada é menor que a zona não

cultivada. O Problema está no vínculo da família à terra: *é do meu avô, é do meu pai*. Mesmo que o dono não esteja, e mesmo que a parte da família que ficou não tenha suficiente poder económico para o lavrar».

3.º Estrangulamento: Diferenças, Etnias e Conflitos

Etnias agricultores podem cumprir o ciclo agrícola de maneira ligeiramente diferente no tempo. O momento de início de cultivo não é o mesmo para todas as etnias.

É que existe diferentes tipos de articulações entre a religião e a bolanha. Existem etnias em que sem a realização de determinadas cerimónias nenhum camponês lança a sementeira à terra. É o caso dos Papéis de Biombo.

Não tenho dúvidas em como estes hábitos cerimoniais se encontram abalados. Contudo, é de reconhecer que ainda jogam um papel importante na determinação do início do ciclo agrícola.

A introdução da barragem não toma em conta esta diversidade. O que é que acontece? A barragem une a situação tradicional de gestão da água de diversas parcelas da bolanha que podem pertencer a etnias com diferentes ciclos agrícolas. As necessidades e interesses em água vão variar consoante o momento de início do ciclo e não consoante o nível do terreno. Resultado: são os conflitos entre etnias. Porque quando iniciam o ciclo agrícola em momentos diferentes vão precisar determinado nível de água em certos momentos descoincidentes com as necessidades de outras parcelas. E não existe autoridade algum, supra-tabancas ou supra-etnias para executar esta complicada gestão.

A segunda questão ligada aos diferentes étnicos tem a ver com o tipo de relacionamento existente entre a etnia dona do chão e a etnia emigrante. O Caso da bolanha de Bula. J. Landim é muito demonstrativo desta situação. Os Mancanhas são os donos do chão e os Balantas são os emigrantes. Os Mancanhas não lavravam as bolanhas porque não têm a técnica necessária. Os Balantas pediram os terrenos virgem aos Mancanhas e construíram as bolanhas, sob determinadas condições. Vou citar o exemplo de uma das condições que se manifesta actualmente, que é o arrendamento: O Balanta executa todo o ciclo agrícola e no fim da colheita a quantidade obtida é dividida ao meio entre o dono do chão e o lavrador Balanta.

Conflitos muito sérios têm-se desenvolvido à volta desta bolanha, originados principalmente de uma articulação económica inter-étnica muito desajustada.

A finalizar este capítulo vou apresentar o estudo de um problema que articula de uma forma particular os aspectos técnicos e socioeconómicos. Este problema denomina-se gestão da água no interior da bolanha. Para não me alongar muito vou falar somente de um dos aspectos principais que explicam porque razão a gestão da água é um problema sério para as bolanhas.

DESCOINCIDÊNCIA DA INCLINAÇÃO DA BOLANHA EM RELAÇÃO AO RIO

(Ver o Desenho) Contrariamente à ideia geral que as pessoas podem ter, a inclinação da bacia (bolanha) não acompanha a inclinação do rio. Enquanto que o leito do rio é mais alto a montante e muito baixo a juzante, o terreno à volta do rio tende para uma inclinação contrária: é mais baixa a montante do rio e mais alta nas terras a juzante do rio. Nesta situação o que é que acontece quando se coloca uma barragem a tractor? Se nas bolanhas tradicionais cada parcela de uma bolanha faz a sua evacuação de forma independente, portanto sem ter que consultar outros proprietários ou outras tabancas; nas bolanhas modernas por causa da barragem a tractor a evacuação de todas as parcelas de uma bolanha ficam dependentes de uma única comporta; verifica-se portanto uma concentração do sistema de evacuação e do controlo da água que obriga a uma concertação constante entre os camponeses, que não existe. Resultado: Como há diferenças de nível de inclinação no terreno como um todo e diferentes momentos de iniciar o ciclo agrícola, quando um grupo de camponeses precisa de mais água para o desenvolvimento normal do seu arroz (que é o caso das terras mais próximas à barragem, as terras altas) os camponeses das terras baixas (mais afastadas da barragem) já têm excesso de água e precisam evacuá-la. Os primeiros não aceitam abrir a comporta para baixar o nível de água na bolanha porque ainda não tem água suficiente; os das terras a montante do rio exigem que se faça uma evacuação para evitar que o seu arroz morra por causa do excesso de água. Qual a solução?

Conclusão

Por ser difícil apresentar conclusões numa matéria que ainda continua com muitas questões em aberto, vou começar por vos apresentar algumas dessas questões.

No campo técnico são pelo menos 4 as questões em aberto:

1.º) Qual tem sido a verdadeira variação das chuvas e, em que medida ela pode ser entendida como o estrangulamento principal da orizicultura da Guiné?

2.º) Até que ponto é verdadeira a hipótese de que a construção de barragens, ao impedir a entrada da água salgada em solos ácido-sulfatados, está a ocasionar o aparecimento do «contra» nas bolanhas?

3.º) Como as comportas não são concebidas para permitir a entrada da água salgada; até que ponto vale a pena respeitar a prática dos camponeses concebendo comportas que possam permitir a entrada da água salgada quando necessária nas bolanhas?

4.º) Qual deve ser o nível de profundidade ideal para uma comporta. As bombas tradicionais têm níveis em função do nível da bolanha, porque só controlam a água do interior das bolanhas. As comportas controlam o nível da água do próprio rio. Nesta situação uma questão em aberto é de saber se o nível da comporta deve ser medido em função do nível do terreno da bolanha ou em função do nível de profundidade do rio?

Questões socioeconómicas em aberto:

1.º) Existe ou não a propriedade privada de bolanhas? Em que zonas e como se manifestam?

2.º) Existe ou não bolanhas suficientes para os camponeses?

3.º) Nas sociedades orizícolas do litoral da Guiné, a quem beneficia estes projectos de recuperação, que só se preocupam com o aumento do rendimento através do aumento do número de hectares cultiváveis?

4.º) Como introduzir mudanças nos usos e costumes destes povos? A terminar, é de reconhecer que devido ao desconhecimento das implicações técnicas e socioeconómicas que uma inovação pode provocar nos meios rurais, a introdução da barragem a tractor, que em princípio podia funcionar como factor de união de etnias diferentes, está a funcionar como reforço das identidades étnicas e ponto de conflito.

Esta inversão das expectativas explica-se pela visão unidimensional e sincrónica que caracteriza de uma maneira geral os projectos de desenvolvimento. No caso concreto podemos ver que a introdução da barragem a tractor devia ser acompanhada pela criação de estruturas supra-tabancas com a responsabilidade de fazer a manutenção e a gestão da bolanha. Na minha opinião, foi justamente a inexistência dessa dimensão social que explica grande parte dos fracassos acabados de ser apresentados.

NHOMINGAS E BIDJOGOS (1)

— DA PESCA DE «SUBSISTÊNCIA» À PESCA «COMERCIAL»

Os «projectos de desenvolvimento» das ilhas de Bijagós estão ligadas a duas unidades de produção distintas, com idades diferentes: a fábrica de óleo de palma e o projecto de pesca artesanal. As sedes destas unidades de produção situam-se na Vila de Bubaque, na ilha do mesmo nome, mas o seu campo de acção alarga-se para todas as outras ilhas do arquipélago. A fábrica de óleo de palma, fundada em 1913, é característica das empresas da época colonial, e encontra-se desde há alguns anos em estado de agonia. A segunda empresa, o Projecto da Pesca Artesanal de Bubaque, é característica do período pós-colonial, tendo iniciado as suas actividades com os pescadores em Novembro de 1979. (2) O nosso artigo tem por objectivo analisar as relações entre esta empresa e os pescadores assim como as diferenças de comportamento social que os pescadores Nhomincas e Bidjogos manifestam perante ela.

1 — O CONTRATO COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE OS PESCADORES E A EMPRESA

A empresa de pesca fornece aos pescadores o motor fora de bordo e os materiais de pesca — bóias, redes, cordas, chumbos, etc., mediante um contrato de compra e de venda. Este contrato é estabelecido perante duas testemunhas e dois fiadores, que, em geral, são pescadores destacados ou funcionários da empresa. O contrato menciona a lista dos materiais, de pesca, os instrumentos de trabalho, o preço total destes materiais, e o quantitativo correspondente às amortizações mensais. O único juro é o de demora. Este juro tem um efeito dissuasivo, pois, o pescador contratante,

em caso de pagamento fora do prazo estipulado pelo contrato, deverá pagar o dobro do montante correspondente à prestação devida. Este juro, até à data, nunca foi aplicado, devido ao pagamento regular efectuado pelos pescadores. As cláusulas do contrato estipulam que o material deverá ser *obrigatoriamente* utilizado para a «pesca artesanal», que o peixe capturado pelo contratante deverá ser *obrigatoriamente* vendido à empresa de pesca, e que, em caso de avaria do motor fora de bordo, este deve ser *obrigatoriamente* reparado pela empresa. Em caso de «paralisação das actividades» do pescador, a empresa «poderá vender livremente o pescado capturado» e, o último parágrafo (o oitavo) dá à empresa o direito de expropriar o pescador contratante de todos os materiais incluídos no contrato sem reembolso das amortizações já efectuadas, em caso deste não respeitar as cláusulas anteriormente mencionadas. A empresa tem deste modo o controlo total das condições de realização do contrato e dispõem de todos os meios para fazer prevalecer o *monopólio da compra de peixe capturado*, e, o *monopólio das reparações técnicas* sobre o motor fora de bordo.

O contrato é a expressão de uma relação entre os pescadores e a empresa pela qual, esta fornece os instrumentos de trabalho com excepção da canoa Nhomincas, os materiais acessórios, as peças sobressalentes, as matérias-primas auxiliares — óleo, gasolina, gasóleo e o conhecimento técnico necessário à reparação dos motores.

Os pescadores fornecem a sua capacidade de trabalho, o principal instrumento de trabalho — a canoa, e o produto da realização da sua força de trabalho, o pescado, que é vendido à empresa.

Os elementos fornecidos pelo Projecto de Pesca Artesanal são produtos dos processos de trabalho do «modo de produção especificamente capitalista», provenientes, sobretudo, das empresas suecas.

Os elementos fornecidos pelos pescadores resultam das transformações inerentes aos processos de trabalho, realizados pelos Bidjogos e pelos Nhomincas. O processo da pesca dos Bidjogos é, sobretudo, o de «subsistência», ou melhor, dirigido *para o consumo no interior das relações sociais de linhagem*. Ao contrário o processo de pesca dos Nhomincas tem por objectivo principal a venda no mercado. A transformação que se está a operar resulta da introdução, nos processos de trabalho dos Bidjogos, de elementos do processo dos Nhomincas tornando-as assim mais adaptados à «pesca comercial». Os elementos fornecidos pelos Nhomincas são materiais, — os instrumentos de trabalho — e, técnicos, um maior conhecimento das técnicas.

Um exemplo desta circulação de elementos entre Nhomincas e Bidjogos consiste na utilização por estes últimos das canoas Nhomincas. As canoas «tradicionais» Bidjogos empregues na pesca de subsistência ao longo das costas, são feitas de troncos de certas árvores (Pau de Bitchu — *Chlorofora excelsa*, Pólon — *Céiba Petandra*, Bíssilon — *Khaya Senegalensis*), e são conduzidas a remos. As canoas Nhomincas, que são o produto de transformação das canoas «tradicionais» podem ser adaptadas com motor fora de bordo. Elas são mais adequadas à pesca «comercial», como será analisado mais à frente. Quanto à transmissão dos conhecimentos, a grande maioria dos pescadores Bidjogos que hoje se dedicam à pesca «comercial»

começaram por ser aprendizes junto dos pescadores Nhomincas que têm mais experiência neste género de pesca.

O contrato reflecte, assim, uma relação pela qual a empresa procura a transformação de pesca de subsistência em pesca comercial, a partir da transformação dos processos de trabalho resultante da circulação de meios de produção e do saber-fazer entre os pescadores Nhomınca e Bidjogo.

O teor dos contratos mudou ao longo dos anos de existência da empresa. Num primeiro momento, de 1981 a 1984, a empresa fornecia sob forma de crédito todos os materiais necessários para equipar uma canoa sem pagamento inicial. Num segundo momento, de 1984 a 1985, a empresa começou a exigir um pagamento inicial de 40% e amortizações mensais sobre o restante. Num terceiro momento, em 1986, perante o aumento do número dos contratos, a direcção da empresa passou a exigir um pagamento inicial de 80%. Face às reclamações de um grande número de pescadores que não podem aceder às novas condições, a direcção da empresa encara apresentar, brevemente, um novo modo de pagamento inicial de crédito que deve estar compreendido entre 50 e 60%.

O número de créditos incluindo o motor, atribuídos durante estes anos, é o seguinte:

1981	1
1982	27
1983	13
1984	25
1985	28
1986	61

Em Junho de 1986, houve uma mudança na direcção da empresa. Assim, de Janeiro a Abril houve 31 contratos, e no mês de Maio, não houve nenhum devido ao esgotamento dos motores. Com a nova direcção, de Junho a Dezembro, houve 30 contratos. O aumento substancial dos contratos em 1986 está relacionado com a introdução no sistema de crédito de um novo motor, Johnson, de fabrico americano em substituição do motor Volvo-Penta, de fabrico sueco, que sofria de avarias frequentes devido ao seu rápido desgaste de utilização. Os motores Volvo-Penta para além de serem mais fracos, foram também muitas vezes utilizados sem adequação com a tonelagem da canoa, e sem a manutenção necessária à sua conservação. Com os motores Johnson, há uma utilização mais adequada e mais cuidada do que anteriormente. Com excepção da queda verificada em 1983, podemos afirmar que houve um aumento do número de contratos ao longo dos anos de existência da empresa. A queda de 1983 foi devida a problemas ligados com a direcção da empresa — ausência temporária do primeiro director e demora na sua substituição.

O projecto da pesca põe a circular uma grande massa monetária, pela compra do pescado capturado, pelo sistema de crédito, pelo monopólio dos serviços técnicos de reparação e pela venda dos materiais de pesca, de combustível, de bens alimentares e vestimentários. De 1984 a 1985, a parte do capital destinada à compra do pescado capturado passou de 9.401.607,00 PG para 41.030.650,00 PG. Esse aumento deve-

-se ao grande incremento dado à produção com a subida do preço oficial do peixe, em Junho de 1985.

Através deste circuito entre a produção e o consumo dos pescadores, a empresa apropria-se da mais-valia e realiza o seu lucro.

O incremento da circulação das mercadorias e do dinheiro favorecido por este circuito impõe aos camponeses/pescadores Bidjogo novas estratégias de adaptação a um novo processo de trabalho e às relações sociais de produção na medida em que, até agora, o seu sistema dominante de circulação de bens assenta, sobretudo, na permuta ou troca directa.

2 — OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO: A CANOA, AS REDES E O MOTOR

2.1 — As canoas

As embarcações utilizadas actualmente pelos pescadores podem ser classificadas da seguinte forma:

- a) a canoa «tradicional» Bidjogo.
- b) a canoa Nhominca com motor fora de bordo.
- c) o bote «brasileiro» com motor Diesel.

a) A canoa «tradicional» Bidjogo

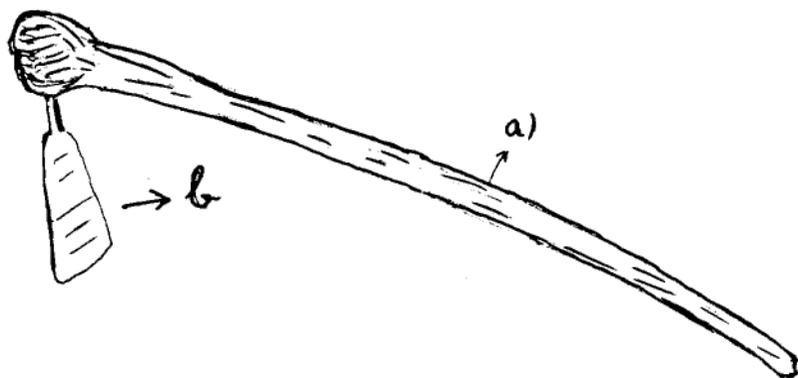
a) A canoa «tradicional» pode ser construída a partir de três árvores principais — o Pólon, o Bissilon e o Pau de Bitchu. Ela serve, sobretudo, para a pesca de subsistência ao longo da costa e o seu funcionamento a remos depende da *energia muscular* dos pescadores. Quase todas as tabancas «Bidjogos» têm uma ou duas canoas «tradicionalis». O processo de trabalho para a sua construção realiza-se em forma de cooperação simples alargada que reúne os homens adultos das linhagens de uma tabanca. Este processo é dirigido por um construtor de canoa que é um agricultor com mais experiência do que os outros neste género de trabalho. Não se trata aqui de um artesão especializado, mas, de um «homem grande» (ancião) com experiência suficiente para dirigir o processo de trabalho. Ele recebe, do dono da canoa, uma vaca para efectuar este trabalho.

A construção da canoa «tradicional» implica o abate do tronco apropriado, o seu transporte até ao local, onde se vai proceder à sua construção, o desbravamento do tronco, e a moldagem do fundo e das paredes.

O construtor da canoa escolhe a árvore a ser abatida, com excepção do Pólon. Esta aproveita-se quando cai porque, em qual, nunca é abatida devido ao seu carácter sagrado. (Hoje, as grandes canoas de Pólon que foram uma arma da época «guerreira» dos Bidjogos, desapareceram). Depois do abate que dura um dia ou dois e que pode ser feito por duas ou três pessoas munidas de machado, seguem-se as fases de maior cooperação. O transporte do tronco, que pode levar entre vinte e trinta homens, o desbravamento realiza-se durante quinze dias por cerca de dez homens equipados de

machado e a moldagem do fundo e das paredes da canoa efectua-se durante sete dias por sete homens equipados de «inçon» (4) Esta última fase é mais delicada e a utilização do «inçon» exige mais experiência que a do machado. A moldagem exige, assim, mais «especialização» que o desbravamento.

O «inçon» é um instrumento que se apresenta da seguinte forma:



- a) cabo em madeira (103 cm de comp. e 11 cm de largura)
- b) lâmina em ferro (17,5 cm de comp. e 11 cm de largura)

(extraído do Rogado Quintino — Prática e utilização agrícolas na Guiné, pp. 95-96).

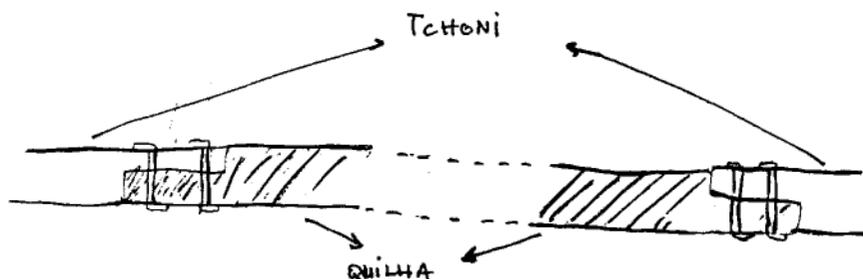
Este instrumento de trabalho é feito a partir de um ramo forte de árvore (Pau de Tagarra — *Alsternia Congensis*) que forma o cabo de madeira com um suporte esférico na sua extremidade cujas dimensões são variáveis, sendo de cabo curto ou longo e onde se fixa a lâmina de ferro. A face alargada da lâmina fica virada no sentido vertical e anterior, como indica a figura e tem um espíão para encaixe no cabo. O «inçon» é fabricado pelo ferreiro, «Odinki», (5) o mais especializado dos artesãos Bidjogos. Os remos das canoas são feitos de ramos de árvores resistentes que são alisados com uma faca. Estas canoas têm dimensões variáveis podendo oscilar entre 5 e 15 m de comprimento e 40 a 80 cm de largura. Elas podem transportar entre seis a vinte pessoas nas pequenas médias, e vinte a cinquenta pessoas nas grandes. No fim das operações antes de lançar a canoa ao mar, faz-se uma cerimónia propiciatória custeada pelo dono da canoa. Este e os membros da sua linhagem para além de fornecer a força de trabalho na execução das tarefas devem assegurar a alimentação, durante toda a sua duração, de todos os trabalhadores.

i) As canoas *Nhomincas*

Estas canoas resultam da transformação da canoa tradicional e da sua adaptação às exigências da pesca comercial. Este trabalho parece ter sido efectuado pelos

pescadores Nhomincas, no Senegal, e através deles, a sua utilização estendeu-se ao arquipélago. (Os «homens grandes» Nhomincas, declararam estar nesta região desde 1932).

A canoa Nhominca tem uma base, a quilha, feita em tronco de árvore. Esta base é preparada como se se tratasse de uma canoa «tradicional» Bidjogo. Adapta-se, em seguida, a este tronco duas extremidades, que são dois outros troncos que terminam em pontas aguçadas que dão à canoa o seu aspecto particular. Estas duas partes «tchoni» (6) ligam-se à quilha (tronco de base) por sobreposição das extremidades que são entrecortadas para este fim e pregadas com oito pregos fortes que se dobram por baixo e por cima da quilha. Esta ligação apresenta-se da seguinte forma:



Os bordos laterais inferiores são feitos com duas folhas de madeira sobrepostas, ligadas entre elas e à base por barras de ferro de 1,5 cm de diâmetro que os atravessam de cima para baixo através de orifícios previamente construídos. As ranhuras das folhas inferiores ficam encaixadas aos rebordos inferiores das folhas superiores e impedem assim a sua eventual deslocação. Nas canoas grandes, com mais de 15 m, as duas folhas dos bordos laterais inferiores são largas. Nas canoas de tamanho inferior com 15 m ou menos, a folha superior do bordo lateral inferior é estreitada. As ligações entre as folhas de madeira do bordo lateral inferior e da base apresentam-se da seguinte forma:

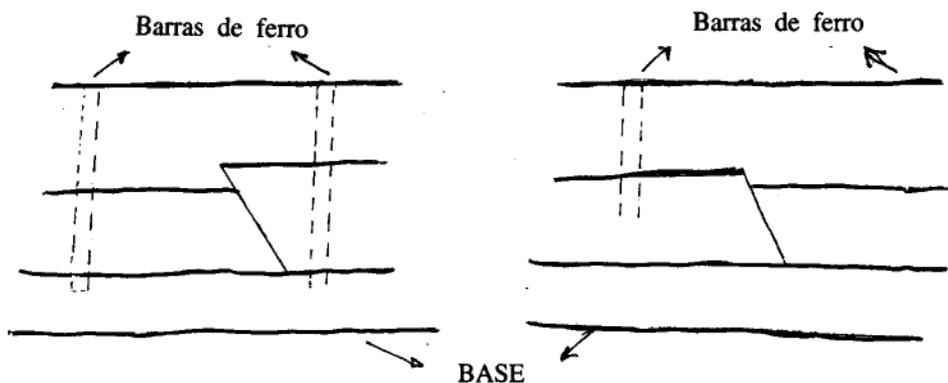


Fig. 3

Este bordo lateral inferior faz um ângulo de 45° em relação à base.

Os bordos laterais superiores são lateralmente pregados aos bordos laterais inferiores. Esta ligação apresenta-se assim:

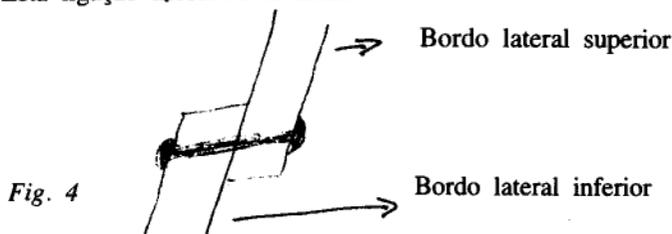


Fig. 4

O bordo lateral superior faz um ângulo de 60° com a base.

Em seguida, executam-se as operações de colocação das travessas no interior da canoa e das ripas de madeira sobre os bordos superiores, da construção do leme, da «casa» do motor, da estufagem dos orifícios e, finalmente, da pintura. A construção das canoas pequenas leva cerca de oito dias e de uma canoa grande cerca de quinze dias. O horário diário de trabalho é de oito horas por dia.

Os instrumentos de trabalho empregues são: uma cambota manual com uma broca de 12 mm, um «inçon», uma serra, um «pé de cabra» (alavanca), um martelo, uma marreta e uma plaina. Estes instrumentos são simples, mas muitos deles são adquiridos apenas no comércio. Sucede, por vezes, que o carpinteiro só tem uma broca e, quando esta se quebra, não se consegue encontrar no comércio local, que sofre de rupturas frequentes de stock. O carpinteiro tem que ficar parado toda uma manhã, ou mais, até conseguir soldá-la. Actualmente, esta reparação é feita pela empresa de pesca por cerca de 500,00 PG.

Nos acampamentos Nhomincas, nas ilhas de Rubane e Sôga, as canoas são construídas por um carpinteiro especializado, o «oxaxambus»⁽⁸⁾, que vem de tempos a tempos do Senegal, da mesma «tabanca» que os pescadores. O «oxaxambus» trabalha por encomenda. O solicitador da canoa fornece todos os materiais necessários à sua construção, com excepção dos instrumentos de trabalho, que pertencem ao carpinteiro. Segundo os preços actuais, o dono da canoa deve forne-

cer 10 folhas grandes de madeira, no valor total de 100 000,00 PG, os pregos e a estufa, no valor de 10 000,00 PG. O transporte da madeira das serrações do Sul até ao arquipélago é também da sua responsabilidade. Além disso, o dono da canoa deve alimentar o carpinteiro durante o período em que realiza o seu trabalho. O «oxaxambus» cobra cerca de 1200 FCFA por cada metro de canoa construída.

O primeiro carpinteiro Bidjogo especializado na construção destas canoas aprendeu com um carpinteiro Nhomınca instalado num acampamento na ilha das Galinhas. Trata-se de Banco Quebá Gomes, da «tabanca» de Ametite, que, adoptado pelo homem/grande Nhomınca, segundo as regras do sistema de «criação»⁽⁹⁾, quando era ainda criança, durante dezoito anos. Ele aprendeu primeiro a pescar e, depois, junto do seu «mestre», na terra aprendeu o ofício de carpinteiro de canoas. Durante a guerra de libertação nacional, a PIDE — polícia política portuguesa — perseguia os Nhomincas e, muitas vezes, Banco foi preso e aliciado a denunciar o seu «mestre». Devido à sua forte resistência, a PIDE teve sempre que o libertar. Ele teve que fazer face, também, às pressões familiares, em particular as do pai, que não queriam que ele continuasse a aprender o seu ofício.

Banco transmitiu depois os seus conhecimentos ao seu irmão Beto e hoje instalaram, num terreno contíguo à empresa de pesca, uma pequena carpintaria sob as árvores. Neste local encontram-se a trabalhar, como aprendizes, os seus filhos e as crianças da vizinhança. Num dado momento, beneficiaram dos instrumentos eléctricos da Secção de Desenvolvimento da empresa de pesca, mas, desde que recusaram a proposta desta Secção de pagar 6000,00 PG por canoa construída, voltaram aos seus instrumentos manuais. Com estes instrumentos, eles são capazes de fabricar duas canoas grandes — de 15 e mais metros — por mês, mas, com as brocas e serras eléctricas, eles conseguem fabricar mais uma. Por cada canoa de 15 m, eles cobram cerca de 60 000,00 PG, para além do arroz necessário à alimentação.

O processo de trabalho de construção da canoa Nhomınca é um exemplo de *cooperação complexa*, na qual os carpinteiros agem como especialistas e executam os trabalhos mais complexos. O grupo, constituído por cinco ou seis homens, que são o futuro dono da canoa e os seus familiares, realiza os trabalhos mais simples. À volta deste grupo encontra-se o grupo das crianças aprendizes que auxiliam nas tarefas simples.

Estas canoas Nhomincas, equipadas com motor fora de borda, constituem os instrumentos fundamentais da pesca comercial nesta região.

c) *Os botes «brasileiros»*

São um número muito reduzido. Foram introduzidos pela empresa da pesca nos seus primeiros anos de funcionamento mas, rapidamente, foram abandonados em proveito das canoas Nhomincas. Eles são mais pesados, menos compridos e mais largos do que as canoas Nhomincas. A sua construção dura cerca de um mês e pode-se-lhe adaptar um motor Diesel, a gasóleo, dentro do bordo. A construção destes botes tem sido feita pela pequena empresa de pesca dos padres italianos instalados no arquipélago, dirigida pelo padre e etnólogo Luigi Scantamburlo. São necessários cerca de vinte e quatro folhas de madeira para a sua fabricação. A

quilha deste bote dispensa os troncos de árvores, pois é feita com vigas de madeira de 8 cm de espessura, 25 cm de largura e 8,5 m de comprimento. A quilha é plana e os bordos são largos e pregados as *travessões* assentes sobre a quilha. O corte vertical do bote apresenta-se assim:

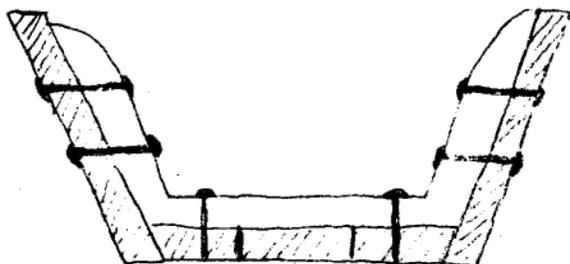


Fig. 5

Este bote tem a capacidade de 3 toneladas e o seu custo é de cerca de 250 000,00 PG. Tem 2,5 m de largura e 9 m de comprimento. A sua vantagem é de poder ser adaptado com motor a gasóleo, que é um combustível mais barato que a gasolina. Na carpintaria da referida empresa as condições de salário são as seguintes: os seis carpinteiros ganham, mensalmente, entre 18 000,00 PG para o carpinteiro-chefe e 7500,00 PG para os ajudantes de carpintaria. (Para além dos botes eles fabricam móveis para Missão Católica). A carpintaria, equipada de material moderno — uma serra-fita, um «universal» que agrupa uma serra de disco, uma entropia, um desengroçador e uma garlopa, uma máquina de afiar os dentes da lâmina, uma máquina de soldagem de lâmina, um compressor de ar, um estofo de Black and Decker e um gerador a gasóleo Liester, de 30 cv.

2.2 — As redes

Podemos distinguir três tipos de redes: a rede de mão, a rede de «tainha» e a rede de «bicuda». A rede de mão é feita a partir dos ramos de árvore. Ela é lançada a partir das canoas «tradicionais» e serve, sobretudo, para a pesca de subsistência.

As redes de tainha e de bicuda são compradas sob a forma de bandas de rede no comércio.

A armação destas redes é feita por pescadores «especializados» nesta tarefa e cobram cerca de 10 000,00 a 20,000 PG para a sua realização. O solicitador da rede fornece as bandas de redes, as bóias e os chumbos necessários à sua confecção. Estes materiais, assim como a agulha de rede de plástico, são vendidos aos pescadores pela empresa de pesca. A rede de «tainha» pode ter até 6 bandas de rede e a rede de «bicuda» pode ter até 10 bandas. As diferenças entre estas duas redes estão nas malhas, nas bóias, no peso e na utilização.

A rede de «tainha» tem uma malha de 30 mm de lado, o peso da bóia é de 121 g e as cordas têm entre 8 e 10 mm. Por cada bóia na corda superior corresponde um chumbo na corda inferior na rede. Ela vai para o fundo do mar, apanha o peixe e é, em seguida, arrastada por 6 ou 8 pescadores que retiram os peixes para dentro da canoa. A rede de «bicuda» tem uma malha de 70 mm de lado, o peso das bóias é de 350 g e é utilizada por quatro pescadores que a puxam no fim do acto da pesca. A rede de «bicuda» é flutuante, ela é amarrada à canoa, parte com a maré cheia e regressa com a maré vazia.

A rede de «tainha» apanha cerca de 70 a 80% de tainhas e o resto em «cor-cor»⁽¹⁰⁾, bica, etc. Estes peixes são classificados pela empresa como de 2.^a, 3.^a e 4.^a qualidades. A rede de «bicuda» apanha um grande número de bicudas e também sereias, «bacalhau», «djoto»⁽¹¹⁾, etc. A maior parte destes peixes são classificados pela empresa como sendo de 1.^a e 2.^a categorias. A rede de «bicuda», embora seja usada por um número mais reduzido de pescadores, ela exige, na sua utilização, maior experiência.

Os maiores utilizadores destas redes são os Nhomincas que melhor conhecem os hábitos dos peixes, os períodos de captura e a localização dos cardumes. Os pescadores Bidjogos utilizam, sobretudo, as redes de mão e as redes de «tainha».

Os preços dos materiais necessários à confecção das redes são os seguintes:

— uma banda de rede de «tainha»	9 500,00 PG
— uma banda de rede de «bicuda»	26 900,00 PG
— uma corda de 10,100 kg	2 996,00 PG
— 50 bóias	4 000,00 PG
— 1 linha n.º 36	530,00 PG
— 2 linhas n.º 6	1 000,00 PG
— 30 kg de chumbo	10 500,00 PG

Estes materiais são muito dispendiosos e, apesar das condições de crédito, a sua aquisição é mais fácil para os pescadores com mais anos de trabalho e de poupança, quer dizer, os que estiverem há mais tempo integrados à pesca comercial, os Nhomincas.

2.3 — Os motores

Estas são as mercadorias mais sofisticadas do modo de produção capitalista que a empresa de pesca integra no processo de trabalho «tradicional» dos pescadores.

Os primeiros motores foram o Volvo Penta e o Archimedes, de fabrico sueco. Estes motores gastaram-se rapidamente e são hoje sujeitos a múltiplas reparações. Ultimamente, desde Março de 1986, o Projecto de Pesca Artesanal forneceu aos pescadores os motores Johson que têm sido objecto de uma grande procura. A capacidade destes motores varia de 14, 15, 25 e 40 cavalos. Pode-se também encontrar na região cerca de 60 pescadores equipados com motores de fabricação

americana. Evinrud, de 7,5, 15 e 25 cavalos, fornecidos pela empresa do padre Luigi. Os preços actuais dos motores Johnson são os seguintes:

14 cavalos	204 000,00 PG
25 cavalos	256 500,00 PG
40 cavalos	331 800,00 PG

Estes preços resultam de um aumento ocorrido no mês de Julho de 1986. Os preços anteriormente praticados eram, respectivamente, de 167 000,00 PG, 241 300,00 PG e 291 600,00 PG.

As reparações técnicas aos motores Volvo, Archimedes e Johnson são efectuadas pela oficina do Projecto de Pesca Artesanal, onde trabalham 5 mecânicos. Estes recebem salários compreendidos entre 18 000,00 PG para o mecânico-chefe, 8900,00 para três mecânicos e subsídios de 3500,00 PG para dois aprendizes. As reparações do motor Evinrud são feitas pela empresa dirigida pelo padre Luigi. O custo das reparações era, em 1985, de 200,00 PG/h, mas, em 1986, passaram a ser de 500,00 PG/hora.

Os armazéns do Projecto de Pesca têm peças sobressalentes para os motores Volvo e Johnson. No caso de avaria dos motores das outras marcas, o dono do referido motor deve procurar as peças sobressalentes pelos seus próprios meios. Isso sucede com os motores Yamaha, adquiridos pelos pescadores Nhomincas, que compram as peças necessárias à sua reparação no Senegal.

Em 1984, o total das vendas dos materiais de pesca efectuado pelo Projecto foi de 7 082 846,00 PG. Em 1985, o valor total desta venda aumentou para mais do que dobro, sendo cerca de 15 194 004,00 PG.

O combustível vendido aos pescadores em 1984 era cerca de 2 799 274,00 PG, e em 1985 passou para 3 413 308,00 PG.

As peças sobressalentes e os serviços de oficina passaram de 172 920,00 PG em 1984 para 1 968 213,00 PG, ou seja, cerca de dez vezes mais.

Estes montantes reflectem o aumento do valor das mercadorias, produtos de modo de produção especificamente capitalista, que são introduzido nos processos de trabalho «tradicional» de pesca.

3 — O PESCADO COMO PRODUTO DO PROCESSO DE TRABALHO

3.1 — A produção

O processo de trabalho, tal como se efectua nesta região, pode-se decompor nas seguintes fases:

- a) Preparação dos instrumentos de trabalho e das condições materiais e espirituais necessários à partida para o mar alto.
- b) O transporte até ao local onde se realizará a captura dos peixes.

- c) A instalação do acampamento num ponto de apoio sobre a costa da ilha mais próxima do local da pesca.
- d) A primeira captura (durante a maré alta).
- e) A refeição nocturna e um ligeiro repouso no acampamento — tempo de espera de nova maré alta.
- f) A segunda captura (durante a segunda maré alta).
- g) O regresso.

Este processo de trabalho dura, geralmente, vinte e quatro horas e é marcado pelo tempo das marés. Em cada acto de captura lançam-se as redes várias vezes, com vista a atingir os objectivos fixados. No caso da pesca de subsistência, a quantidade de peixes procurada corresponde às necessidades da alimentação da família ou da tabanca onde habita o pescador. No caso da pesca comercial, pretende-se preencher a capacidade máxima da canoa e obter, assim, o máximo rendimento monetário. Actualmente, tem-se generalizado a utilização no processo da pesca de duas canoas. Os Nhomincas formam dois grupos de pesca cada um com sua canoa Nhomınca. Os Bidjogos combinam dois grupos, um na canoa Nhomınca e outro na canoa «tradicional». A canoa maior fica parada no alto mar e vai recebendo o pescado capturado pela canoa menor. Este método permite aumentar o número dos peixes capturados.

Quando a pesca se realiza num local afastado de Bubaque, os pescadores encontram-se confrontados com um problema de conservação de peixe. Muitos compram gelo à empresa, mas tem sucedido várias vezes que o pescado chega estragado.

O pescado capturado e vendido à empresa tem variado deste modo ao longo dos quatro últimos anos (ver quadro I) e figs. 6 e 7. ⁽¹²⁾.

QUADRO I — CAPTURAS EM TONELADAS

	1983	1984	1985	1986
JANEIRO	95,5	36,1	36,9	82,6
FEVEREIRO	97,4	42,3	40,4	81,0
MARÇO	72,8	42,3	50,7	48,7
ABRIL	69,6	58,9	42,3	54,9
MAIO	62,1	18,6	33,3	67,0
JUNHO	40,1	41,2	48,3	55,0
JULHO	14,3	35,4	68,7	49,2
AGOSTO	19,2	34,3	54,3	40,4
SETEMBRO	17,9	17,6	54,5	18,9
OUTUBRO	28,3	18,5	61,4	59,3
NOVEMBRO	60,3	43,5	84,5	106,9
DEZEMBRO	64,9	40,3	79,2	141,9
TOTAL	642,4	429,0	654,2	805,8

Captura 1983, 1984, 1985, 1986

Toneladas

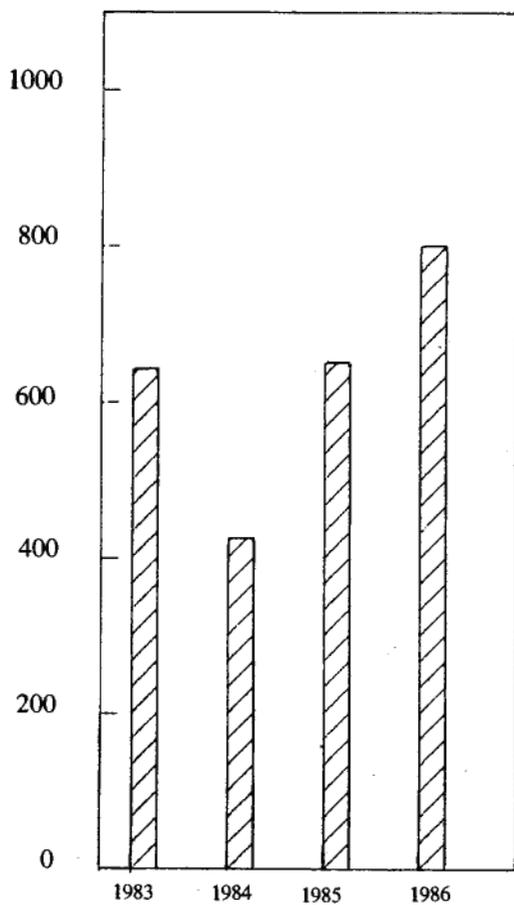


Fig. 6

Captura 1986

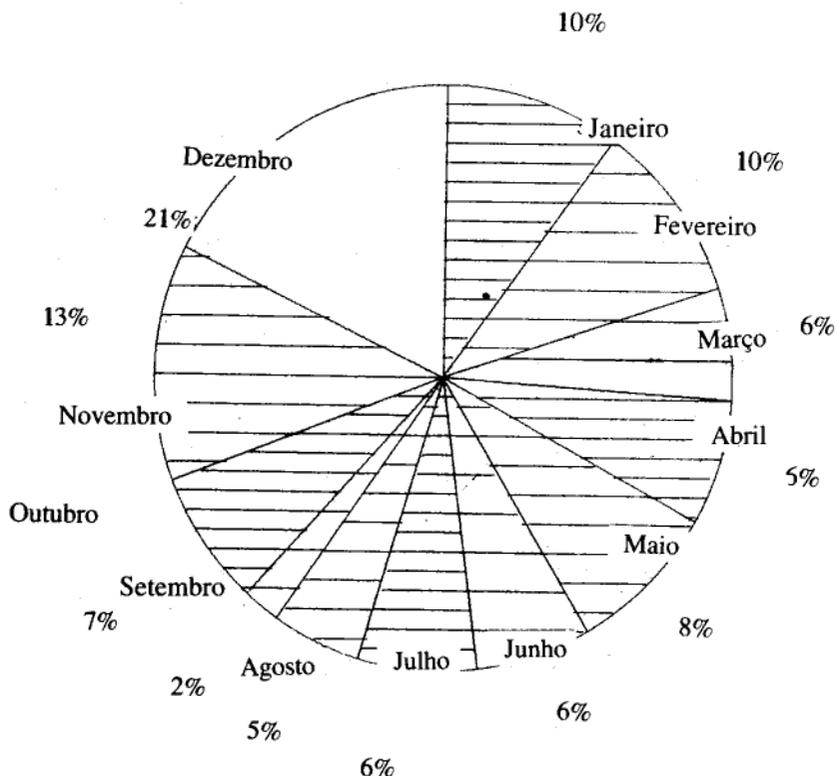


Fig. 7

A captura dos peixes variou muito de 1979 (Novembro) até 1984, com períodos de aumento e de baixa.

Os dados que apresentamos no Quadro I permitem verificar a queda registada entre 1983 e 1984. A partir de 1985, sobretudo no seu segundo semestre, as capturas dos peixes têm tido tendência a aumentar. Este aumento está relacionado com o aumento do preço de peixe em Junho de 1985, que funcionou como detonador de corrida. Em 1986, confirmou-se esta tendência com algumas diferenças em relação ao ano anterior, como passaremos a analisar. De uma maneira geral, as capturas de peixe durante os meses do trabalho agrícola são inferiores às dos outros meses. Podemos considerar o semestre que vai de Maio a Outubro como o correspondente aos meses de trabalho agrícola, sobretudo, da lavoura do arroz. Constatamos

mos que, no semestre de trabalho agrícola capturou-se 28,3% do total anual em 1983, 38,6% do total em 1984, 48,9% em 1985 e 36% em 1986. A tendência foi de 1983 a 1985 para um aumento crescente, com particular relevância em 1985, ano do aumento dos preços do peixe.

A baixa verificada em 1986 indica um novo reequilíbrio entre as actividades da pesca e da agricultura.

A necessidade da força de trabalho para a produção de arroz de bolanha no Uno e em Orango e do arroz de sequeiro ('npan-'npan) nas outras ilhas, mobiliza a maior parte dos Bidjogos durante os meses de Maio a Outubro/Novembro. Os pescadores Bidjogos são, em primeiro lugar, agricultores.

Aqui reside um ponto de diferença fundamental com os pescadores Nhomincas. Estes deslocam-se ao país Nhomincas, no Senegal, para os trabalhadores agrícolas durante três meses, Agosto, Setembro e Outubro.

Podemos constatar esta diferença verificando o número dos pescadores em exercício durante o ano de 1986. (Quadro II — Fig. 8).

QUADRO II — NÚMERO DE PESCADORES EM EXERCÍCIO

(1986)

	NHOMINCAS	BIDJOGOS	TOTAL
JANEIRO	37	182	219
FEVEREIRO	44	164	208
MARÇO	35	108	143
ABRIL	35	75	110
MAIO	54	91	145
JUNHO	45	100	145
JULHO	51	110	161
AGOSTO	12	122	134
SETEMBRO	5	74	79
OUTUBRO	20	124	144
NOVEMBRO	30	163	193
DEZEMBRO	29	280	309

Número de pescadores em exercício Janeiro até Novembro de 1986

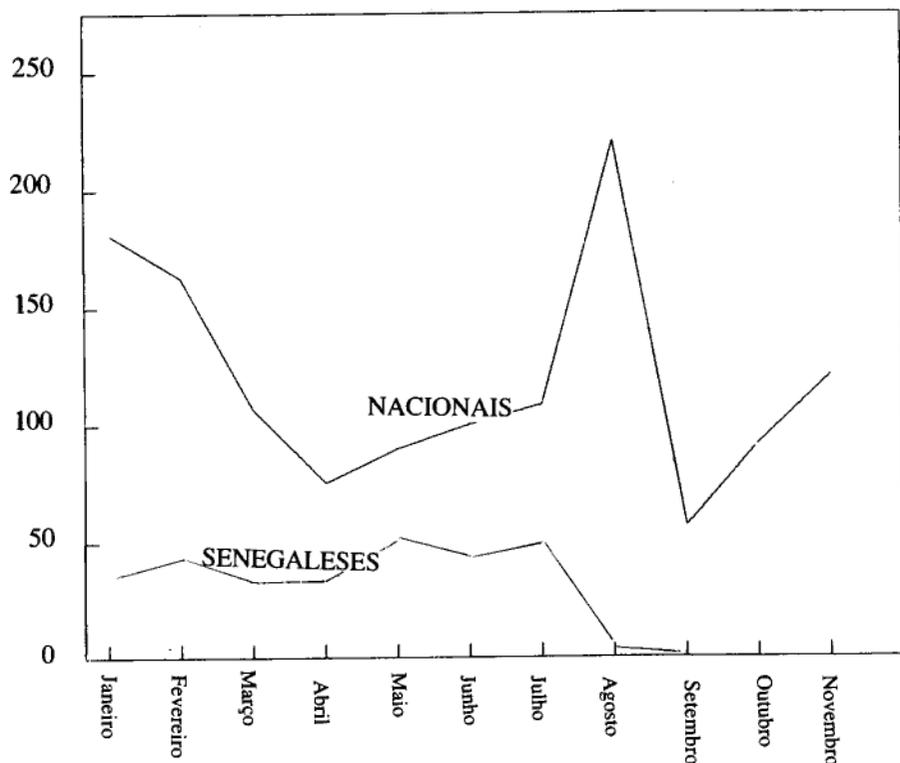


Fig. 8

Podemos constatar que o número dos Nhomincas diminui durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro e os pescadores Bidjogos durante os meses de Maio a Outubro. A diminuição nos meses de Março e Abril foi devido, sobretudo, à crise de combustível. Podemos verificar as consequências desta crise no Quadro I, com as baixas de peixes capturados durante estes dois meses.

A diminuição dos pescadores nos meses de lavoura é também acompanhada da diminuição do número de operações de pesca por pescador. Estes dados são-nos dados pelo Quadro III e pelas Figs. 9-20, em anexo.

*QUADRO III — NÚMERO MÉDIO MENSAL DE VIAGENS
POR PESCADOR (1986)*

	NHOMINCAS	BIDJOGOS	TOTAL (mensal)
JANEIRO	5,5	1,2	3,4
FEVEREIRO	3,7	1,7	2,7
MARÇO	2,9	1,6	2,3
ABRIL	2,8	1,9	2,4
MAIO	3,9	1,5	2,7
JUNHO	3,8	1,6	2,7
JULHO	3,3	1,9	5,2
AGOSTO	5,5	1,0	3,3
SETEMBRO	2,8	2,1	2,5
OUTUBRO	2,3	2,9	2,6
NOVEMBRO	3,6	2,9	3,0
DEZEMBRO	5,0	1,5	1,9
TOTAL (anual)	3,8	1,8	2,9

Podemos ver que a média das operações mensais de pesca por pescador no ano de 1986 é, para os Nhomincas, de 3,8 e para os Bidjogos de 1,8. O número mensal de vezes que um pescador Nhomincia se lança ao mar para pescar durante um mês é mais de que duas vezes superior à dos pescadores Bidjogos.

A maior frequência e a maior intensidade da pesca feita pelos Nhomincas fazem deles os maiores fornecedores de peixe à empresa. Esta diferença pode ser verificada no Quadro IV.



Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



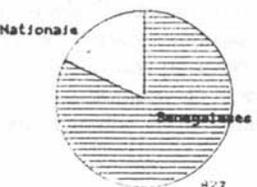
Captura média por pescador



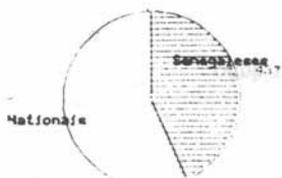
Número de viagens



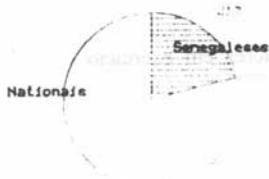
Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



Captura total em quilo m kilo



Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



Captura total em quilo



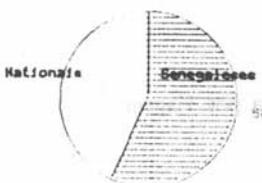
Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



Número de viagens



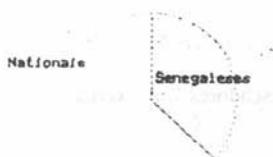
Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



Captura total em quilo



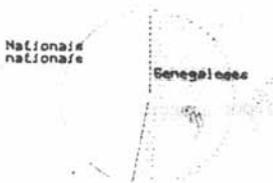
Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



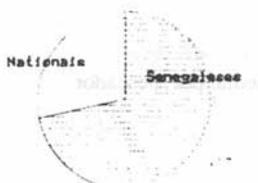
Número de viagens por cada pescador



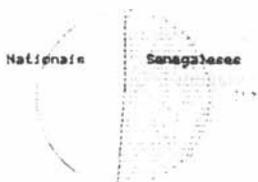
Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



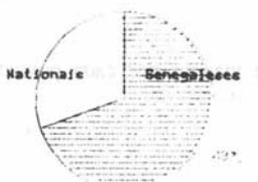
Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



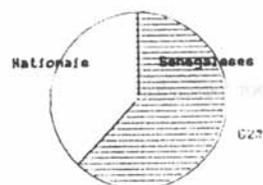
Número de viagens por cada pescador



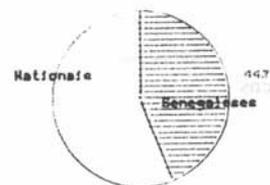
Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



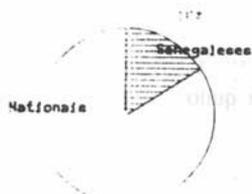
Número de viagens



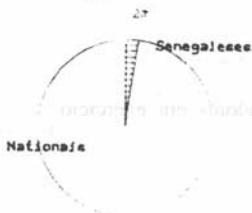
Captura média por viagem



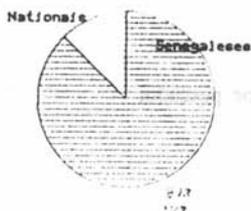
Número de viagens por cada pescador



Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



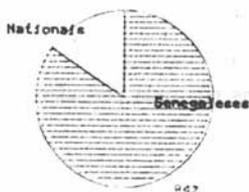
Captura média por pescador



Número de viagens



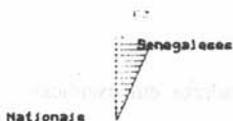
Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



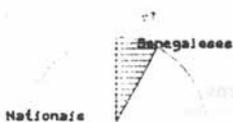
Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



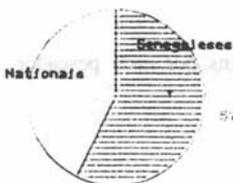
Captura média por pescador



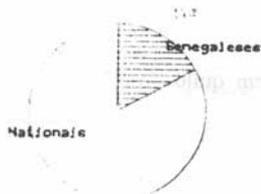
Número de viagens



Captura média por viagem



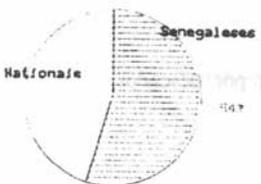
Número de viagens por cada pescador



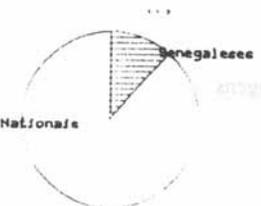
Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



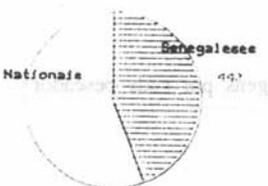
Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador



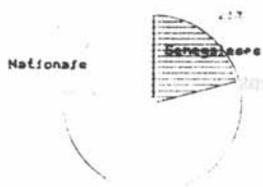
Captura total em quilo



Número de pescadores em exercício



Captura média por pescador



Número de viagens



Captura média por viagem



Número de viagens por cada pescador

Mês	Nacional	Senegaleses	Métrica
JANUÁRIO	377	289	Captura total em quilo
FEBREIRO	385	274	
MARÇO	402	252	Número de pescadores em exercício
ABRIL	399	219	
MAIO	452	274	
JUNHO	419	228	Captura média por pescador
JULHO	410	183	
AGOSTO	310	207	
SETEMBRO	310	207	
OUTUBRO	310	207	Número de viagens
NOVEMBRO	310	207	
DEZEMBRO	310	207	
MÉDIA TOTAL	310	207	
			Captura média por viagem
			Número de viagens por cada pescador

*QUADRO IV — A CAPTURA MÉDIA MENSAL EM QUILOS
POR PESCADOR (1986)*

	NHOMINCAS	BIDJOGOS	TOTAL
JANEIRO	906,5	269,5	377
FEVEREIRO	807,2	276,9	389,4
MARÇO	603	255,5	340,6
ABRIL	895,7	313,9	499
MAIO	783	271,9	462,2
JUNHO	652,8	255,8	319
JULHO	419,6	253,4	306
AGOSTO	1 109	152	177
SETEMBRO	511,5	295,5	310
OUTUBRO	633,8	528,9	544,4
NOVEMBRO	1 450,2	571,9	727,2
DEZEMBRO	1 661,4	334,6	459,2
MÉDIA TOTAL	869,5	315	592,2

Os pescadores Bidjogos consideram a agricultura como a actividade principal, mas, durante os meses de trabalho agrícola continuam a pescar, mas com uma intensidade inferior à dos outros meses. Para eles não há grandes oscilações nas horas de trabalho dedicadas à pesca.

Uma diferença fundamental entre os pescadores Bidjogos e Nhomincas consiste no emprego, por estes últimos, de jovens Bidjogos como assalariados das canoas. Em geral, para a pesca da tainha, quatro dos oito pescadores de uma canoa são jovens Bidjogos assalariados que acompanham os Nhomincas. Estes jovens são aprendizes de pesca e recebem mensalmente um salário que varia entre 4000,00 a 4500,00 PG, para além da alimentação, quando partem para pescar e uma certa

quantidade de peixe, entre 10 e 15 kg, para a família quando regressam às tabancas. Estes «assalariados» e as crianças Bidjogos que vivem em sistema de «criação» nos acampamentos Nhomincas são os principais elementos de transmissão de conhecimentos entre os dois grupos.

Os pescadores Bidjogos formam, em geral, em cada canoa, grupos de pesca familiares, e o pescado ou as receitas provenientes da sua venda, são redistribuídos segundo as regras de reciprocidade, cabendo ao dono da canoa, em geral o chefe de família, a maior parte.

Os pescadores Nhomincas associam o grupo familiar com o sistema de assalariamento dos jovens Bidjogos. Este assalariamento é temporário porque os jovens Bidjogos desde que conseguem os meios necessários para a aquisição da sua canoa, deixam os seus lugares a outros jovens.

3.2 — A venda

A venda do pescado recebeu um grande incremento com o aumento dos preços do peixe em Junho de 1985. Os preços anteriormente praticados por quilo de peixe eram os seguintes:

	Compra ao produtor	Venda em Bubaque	Venda em Bissau
1. ^a categoria	45,00 PG	55,00 PG	90,00 PG
2. ^a categoria	37,50 PG	47,50 PG	70,00 PG
3. ^a categoria	22,50 PG	32,50 PG	50,00 PG
4. ^a categoria	19,50 PG	29,50 PG	36,00 PG
5. ^a categoria	15,00 PG	25,00 PG	30,00 PG

A partir de Junho de 1985, os preços passaram a ser:

	Compra ao produtor	Venda em Bubaque	Venda em Bissau
1. ^a categoria	132,00 PG	137,00 PG	175,00 PG
2. ^a categoria	110,00 PG	115,00 PG	145,00 PG
3. ^a categoria	94,00 PG	99,00 PG	117,00 PG
4. ^a categoria	78,50 PG	83,00 PG	97,50 PG
5. ^a categoria	74,00 PG	79,00 PG	91,00 PG

Em Bissau, os preços «reais» praticados são muito mais elevados que os preços «oficiais». Este aumento dos preços de peixe foi acompanhado de um aumento geral dos preços dos produtos e dos serviços vendidos ao pescador. Em 1980, o preço do litro de gasolina era de 21,00 PG/litro, o gásóleo era 10,00 PG/litro, o óleo de motor era de 50,00 PG/litro.

Em 1986, estes artigos passaram a ser, respectivamente, 114,00 PG/litro, 58,30 PG/litro e 250,00 PG/litro.

Em 1980, o preço da rede de tainha era de cerca de 2500,00 PG por cada banda, em 1986, ele custa cerca de 9500,00 PG por cada banda. As reparações de motor eram 200,00 PG/hora, e, em 1986, passaram a ser 500,00 PG/hora. Em 1985, o preço do quilo do arroz era de 50,00 PG/Kg e o seu preço «oficial» em 1986 é de 65,00 PG. Até 1985 os pescadores tinham direito a comprar nos armazéns da empresa cerca de 25 kg de arroz por mês. Este ano (1986) este direito foi-lhes retirado, e só podem comprar uma pequena porção que é retirada do arroz destinado aos funcionários. Este arroz serve-lhes para a sua alimentação quando estão na Vila de Bubaque para vender o peixe, comprar gasolina ou materiais de pesca e reparar o motor.

Até Junho de 1985, cerca de 30 a 35% dos peixes capturados eram revendidos pela empresa na Vila de Bubaque. A partir desta data, as compras de peixe nesta vila reduziram-se até 11% no total das vendas em Agosto para Setembro de 1985.

A grande maioria dos peixes comprados pela empresa são revendidos em Bissau. Para além disso, uma grande parte dos peixes vendidos em Bubaque é encaminhada para Bissau através de particulares «bideiros» ou funcionários de Estado com família nessa vila, e serve geralmente para a revenda especulativa.

4. ALGUNS ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

Esta análise tem consequências a dois níveis:

a) para a compreensão de sistema de produção e reprodução dos dois grupos em que estão; b) para o esclarecimento de questões de ordem teórica nomeadamente de dois conceitos elaborados por K. Marx, o de submissão formal do trabalho ao capital, e o de submissão real do trabalho ao capital.

a) Sobre o primeiro aspecto podemos afirmar que o pescado capturado e vendido à maior empresa desta região constitui um elemento secundário na reprodução da força de trabalho dos pescadores/agricultores Bidjogos.

O essencial desta reprodução é assegurada nas tabancas pela realização dos processos de trabalho agrícolas, pela colheita dos cachos de «chabéu», e pela pesca de subsistência. O rendimento monetário que os homens Bidjogos conseguem adquirir com a pesca comercial serve-lhes para pagar os impostos, enviar os filhos à escola e comprar alguns artigos de primeira necessidade (vestuário, açúcar, arroz, etc.), e custear as despesas de cerimónias. Na alimentação diária dos Bidjogos podemos distinguir três elementos principais — o arroz, o azeite de palma (citi) e o combé (um molusco). Relativamente à produção do arroz, com excepção dos grandes trabalhos

de preparação dos terrenos («pabi»), as mulheres estão presentes em todas as outras fases do processo de trabalho.

Na produção do azeite de palma, com excepção da colheita do cacho, são as mulheres que asseguram a sua transformação em óleo.

Na apanha de «combé», são as mulheres e as crianças que a fazem ao longo das praias. Em todas estas actividades, a mulher joga um papel essencial. A maior contradição desta empresa de pesca consiste em beneficiar uma actividade essencialmente masculina pondo à sua disposição um elemento de poder, o dinheiro, em desvantagem das mulheres que asseguram nas tabancas o essencial da reprodução da força de trabalho dos pescadores. Este mundo masculino que é a pesca comercial tem limites que lhe impõe as mulheres Bidjogos. A relação de forças sociais entre os homens grandes e os jovens, entre as mulheres e os homens Bidjogos não permitiu até agora uma especialização dos pescadores Bidjogos. Os homens devem participar activamente junto com as mulheres nas actividades agrícolas necessárias à reprodução social.

A situação dos pescadores Nhomincas é diferente. Nos seus acampamentos nas ilhas de Rubane e Sôga as mulheres só se ocupam da reprodução e educação das crianças e da confecção dos alimentos. À volta destes acampamentos não há culturas agrícolas. Os pescadores Nhomincas trazem diariamente uma parte do pescado e, com o dinheiro adquirido com a venda dos peixes capturados à empresa, eles compram no mercado os artigos necessários à reprodução da sua força de trabalho.

Com a facilidade de movimentos que lhes confere as canoas a motor, eles deslocam-se a Ziguinchor (Senegal) para comprar os artigos que faltam nos mercados de Bubaque em Bissau.

Durante nove meses num ano, os homens trabalham como profissionais da pesca, e só no Senegal, durante os três meses restantes, eles se dedicam à cultura do arroz de bolanha. Este trabalho é feito em cooperação com as mulheres que permanecem no país Nhominka. O arroz que cultivam no Senegal é armazenado no local e serve para a alimentação da família que continua no país. Findo estes três meses fazem a viagem de regresso e transportam com eles para os seus acampamentos nas ilhas Bidjagós os artigos de primeira necessidade que compram no Senegal. As viagens de ida e volta são feitas nas suas próprias canoas e gastam nelas cerca de 1200 l de gasolina. As despesas necessárias ao funcionamento deste circuito são muito dispendiosas e exigem grande acumulação de riqueza. Essa acumulação torna-se possível graças à realização da força de trabalho dos Nhomincas enquanto pescadores profissionais, e, com a exploração da força de trabalho dos jovens Bidjogos. Como podemos verificar as diferenças de atitudes face à pesca comercial manifestadas entre os pescadores Nhomincas e Bidjogos têm como fundamento as relações de força sociais, e em particular, o papel social que cabe às mulheres no quadro das relações sociais específicos a cada uma destas sociedades. A análise deste problema de uma forma mais aprofundada será objecto de um próximo artigo.

Sobre o segundo aspecto — b) Este estudo é uma contribuição ao esclarecimento de dois conceitos fundamentais de Karl Marx e das suas aplicações no campo antropológico. Como definimos estes dois conceitos — o de submissão formal do trabalho ao capital e o de submissão real do trabalho ao capital? Karl Marx explicou

que na submissão formal do trabalho ao capital, «o processo de trabalho torna-se simples meio de valorização e de auto-valorização do capital, simples meio de produção da mais-valia: ele não lhe está simplesmente subordinado, ele faz parte do seu próprio processo.

O capitalista participa nele como dirigente e chefe. Trata-se no seu conjunto, para ele, de um processo de exploração do trabalho de outrem. ⁽¹³⁾ A partir desta definição Marx procede à distinção entre o processo de trabalho e processo de produção, e caracteriza o que constitui a especificidade do modo de produção capitalista, a produção de mais-valia. Na submissão formal há uma transformação dos processos de produção na medida em que os actores sociais neles envolvidos são, também, transformados. Por um lado o capitalista torna-se um funcionário do capital pelo cumprimento das tarefas de direcção e controlo. Por outro lado, a classe explorada sofre também transformações, por exemplo, o camponês, outrora independente, passa a colocar a sua força de trabalho, como factor do processo de produção, sob a dependência do capitalista que o dirige e controla. O seu emprego depende de um contrato que ele deve, enquanto possuidor de mercadoria — sua força de trabalho — estabelecer, de antemão, com o capitalista, possuidor do dinheiro. (No nosso caso, não se trata de um capitalista individual mas de uma empresa estatal).

Da mesma forma, o antigo escravo e o artesão tornam-se assalariados. Estas transformações das relações sociais de produção não são acompanhadas, na submissão formal do trabalho ao capital, de uma transformação qualitativa do processo de trabalho em relação aos modos de produção anteriores. K. Marx explica que «estas mudanças não afectam, no seu conjunto, o conteúdo e os métodos técnicos reais do processo de trabalho e de produção. Ao contrário, é normal que o capital submetta o processo de trabalho tal como existe, quer dizer, na base dos processos de trabalho desenvolvidos pelos diferentes modos de produção arcaicos». ⁽¹⁴⁾

Na base da submissão formal do trabalho ao capital, a classe capitalista só tem um meio para se apropriar da mais-valia, trata-se da extensão da duração do trabalho ou do aumento da sua intensidade. Esta mais-valia absoluta corresponde, assim, à submissão formal do trabalho ao capital.

Um outro elemento característico desta submissão é a redução das relações entre os possuidores do capital e da força de trabalho a uma relação de compra e venda ou relação monetária. K. Marx assinala também que só existe uma diferença formal entre os capitalistas deste período e as classes dominantes dos modos de produção anteriores no que diz respeito à «contrainte» exercida na produção do sobretrabalho — «a obrigação de criar necessidades e os meios de os satisfazer», e, um «tempo livre com vista ao desenvolvimento distinto da produção material». ⁽¹⁵⁾

No que diz respeito à submissão do trabalho ao capital ou «modo de produção especificamente capitalista», ele constitui uma «revolução completa do modo de produção, da produtividade do trabalho e das relações entre capitalistas e operários». Estas transformações do processo de produção efectua-se com «o desenvolvimento das forças de produção social do trabalho e graças ao trabalho à grande escala, aplicação da ciência e do maquinismo na produção imediata». ⁽¹⁶⁾ Se submissão formal sub-sistemas trabalhadores independentes, na submissão real, há uma perda do carácter individual do trabalho e do capital, e a determinação do seu carácter social

e antagónico. A realização da tendência «produção para produção», só se efectua totalmente neste período. As revoluções «tecnológicas» não param de ganhar ramos industriais novos e, particularmente, as da construção das máquinas, a prima «motos» cíclica. É a mais-valia relativa que corresponde à submissão real do trabalho ao capital. Graças ao maquinismo, ao emprego das ciências, à força produtiva do trabalho social, a classe capitalista consegue diminuir o trabalho necessário, pela diminuição do valor dos bens necessários à reprodução da força social, e aumentar a mais-valia. Os limites à produção não são fixados pelas necessidades mas pela contradição inerente ao modo de produção especificamente capitalista (as crises, a sobreprodução, etc.), a oposição entre o capital e o trabalho. A submissão formal é a condição prévia para a submissão real do trabalho ao capital e, inversamente, esta não pára de agir sobre a primeira transformando-a no sentido da submissão real.

Há uma interferência dos processos de produção correspondentes nos modos de produção diferentes, quer, por um lado, entre eles, quer por outro, no interior de cada um deles, pelas relações múltiplas de convergência ou de tensões que aliam ou opõem classes ou fracções de classes.

As definições destes dois conceitos permitem de melhor situar a relação entre o Projecto de Pesca, e os pescadores/camponeses Nhomincas e Bidjogos, como sendo uma ilustração do conceito de submissão formal do trabalho ao capital.

Este exemplo da relação entre o capital e o trabalho apresenta-se sob a forma de compra e venda do pescado e dos materiais de pesca. A relação salarial não surge de forma transparente mas ela funciona sob forma de salário à peça. O equivalente monetário recebido por cada pescador ou dono da canoa no valor variável segundo a quantidade de peixe fornecida é correspondente ao Capital variável.

Bissau, 24/4/87.

Raul Mendes Fernandes

NOTAS

(²) Os Nhomincas são uma etnia aparentada aos Sérère, originários do Senegal. São islamizados e, sobretudo, pescadores.

Segundo as informações recolhidas, eles estão na Região de Bolama-Bijagós desde 1932. Os Bijagós são a etnia que povoa o Arquipélago do mesmo nome. Eles foram reputados como guerreiros durante a época pré-colonial e conhecedores das técnicas de navegação a longa distância.

A sociedade Bidjogo é caracterizada pela sua organização em classes de idade, e pela descendência matrilinear. Eles são aparentados às etnias do litoral guineense. (Papel, Felupe, Mandjaco, Nalu). A sua origem é controversa, podendo ter sido uma reunião de grupos provenientes de várias localidades do litoral que se refugiaram no arquipélago. Segundo o recenseamento de 1979, a população da Região de Bolama-Bidjagós é de 26 598 habitantes.

(²) A A.S.D.I. — Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, é a principal fonte de financiamento deste Projecto. Em 1986, o capital investido, por esta agência, elevou-se a 9 800 000 Coroaas Suecas (³), repartida da seguinte forma:

Cooperantes	2 170 000 CS
Consultores	310 000 CS
Formação	350 000 CS
Material e investimentos encomendados até 31/9, que serão pagos em 1986	<u>6 810 000 CS</u>
TOTAL	9 800 000 CS

O investimento de capital previsto pela ASDI para 1987, equivale a 9 310 000 Coroaas Suecas.

O Projecto conta com os seguintes serviços:

a) a «Secção comercial» — dispõe de uma secretaria, um armazém, uma oficina mecânica, três câmaras-frias, uma câmara de gelo, um depósito de combustível e um grupo gerador.

b) a «Secção desenvolvimento» — possui um aparelho que funciona à base de energia solar onde se faz a fumagem e a secagem do peixe, uma carpintaria para a construção de canoas, e o «Teste de Pesca» que forma jovens pescadores.

(³) 1 Coroa Sueca = 103.370 pesos (4/5/87). Os dados numéricos utilizados neste trabalho foram recolhidos junto dos Serviços de Contabilidade e Estatística do Projecto de Pesca Artesanal de Bubaque.

(⁴) Termo Kriol.

(⁵) Termo Bidjogo.

(⁶) Termo Kriol, em português é corvina.

(⁷) Com as consequências nefastas devido à desflorestação.

(⁸) Termo Nhominka.

(⁹) Sistema que consiste em entregar uma criança para ser educada por uma família considerada «superior».

(¹⁰) Termo Kriol.

(¹¹) Termo Kriol.

(¹²) os gráficos foram elaborados a partir dos dados estatísticos fornecidos nos quadros.

(¹³), (¹⁴), (¹⁵), (¹⁶) Extractos de K. Marx, Chapître Inédit.

NOTA — Os preços indicados neste trabalho são de 1986.

SOBRE A MEDICINA TRADICIONAL E FORMAS DA SUA COLABORAÇÃO COM A MEDICINA MODERNA

Por EVE CROWLEY (*)
RUI RIBEIRO (**)

Este trabalho foi feito em forma de relatório pelos investigadores citados como contribuição a um melhor conhecimento dos resultados do Seminário de Djambacosses e curandeiros tradicionais que decorreu em Janeiro deste ano na cidade de Canchungo, Região de Cacheu. Nesta ocasião foram analisados não só os métodos de tratamento, como também os regimes e condições logísticas dos tratamentos ministrados pelos Djambacosses e curandeiros.

INTRODUÇÃO

Nos dias 1 e 2 de Dezembro, realizou-se em Canchungo um seminário com os curandeiros e djambacosses da Região de Cacheu. Este seminário enquadra-se num conjunto de actividades que têm vindo a ser desenvolvidas por uma Comissão dirigida pela Dr.^a Clotilde Silva. Participaram neste encontro 13 curandeiros/djambacosses (ver Anexo I) e os trabalhos foram orientados por técnicos do INEP, signatários deste relatório, que foram convidados para o efeito pelo enfermeiro-chefe da Região.

(*) Graduada em Antropologia pela Universidade de Yale e investigadora associada do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP.

(**) Licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Socio-Económicos do INEP.

Segundo as instruções recebidas directamente da Dr.^a Clotilde Silva, responsável da célula de investigação do Ministério da Saúde Pública ligada ao assunto, o objectivo da reunião era tentar explorar os conhecimentos que estes especialistas tradicionais possuem no domínio de ervas e raízes medicinais assim como no domínio da ortopedia. A intenção desta Comissão é não-só a obtenção destes conhecimentos mas também o ensaio das modalidades da sua integração na medicina moderna.

Ao assumirmos a direcção dos trabalhos o primeiro problema que se nos apresentou na preparação da ordem dos trabalhos foi o seguinte: como conseguir logo num primeiro encontro obter os conhecimentos farmacológicos e ortopédicos que nos interessavam? Ao chegarmos à conclusão de que seria difícil, no primeiro encontro, atingir este objectivo resolvemos alterar ligeiramente o enfoque da reunião. Propusemos então que o objecto do seminário fosse mais geral e passasse a ser o seguinte: *Quais podem ser as modalidades de cooperação entre as Unidades de Saúde de Base e os Curandeiros e Djambacosses? Como é que estas duas entidades podem trabalhar em conjunto?*

CONSIDERANDOS À VOLTA DO OBJECTO

No início do seminário, logo a seguir à explicação da razão da reunião começámos por abordar alguns aspectos que nos pareceram importantes como pontos de enquadramento dos trabalhos que se estavam a iniciar.

Pensamos que uma colaboração entre as medicinas moderna e tradicional devia constituir uma das linhas mestras do sistema nacional de saúde em criação. Isto porque estes dois sistemas não são contraditórios, complementam-se. Daí considerarmos que só através de uma colaboração e reconhecimento mútuo será possível transformar esses conhecimentos em recursos nacionais.

Uma justificação desta posição é o facto evidente de que a vasta maioria dos doentes que frequentam os Hospitais, os Centros de Saúde ou as Unidades de Saúde de Base o fazem paralelamente à consulta junto dos especialistas tradicionais. Estes exercem uma função muito importante no conjunto do pensamento e do comportamento dos guineenses e esta importância se não ultrapassa a dos Hospitais encontra-se pelo menos em perfeito equilíbrio. Senão vejamos: se a medicina tradicional é atrasada e passível de ser substituída pela medicina moderna, porque razão continua a existir e continua a ser tão procurada.

Uma segunda justificação é a insuficiência das estruturas «modernas» de Saúde. Acontece algumas vezes um doente com um osso partido chegar ao Hospital e não encontrar gesso ou não haver electricidade para se fazer o Raios X. A medicina tradicional depende somente dos recursos locais e disponíveis. Já se conhecem casos onde os próprios médicos ou enfermeiros do Hospital, por falta de materiais ou capacidades, aconselharam doentes, particularmente no domínio ortopédico, a consultar determinado especialista tradicional, por exemplo, o Sr. Bekassa de Caiomete. Além disso, este centro trata problemas que os hospitais não podem tratar. É o caso de problemas causados por injecções no nervo ciático que provocam

paralisias, possível de ser tratado por Bekassa. Portanto, estes especialistas têm um papel muito importante na provisão dos serviços de saúde da população da Guiné-Bissau, particularmente a camponesa. Por esta razão seria aconselhável identificar, reconhecer e aproveitar as potencialidades que existem na esfera tradicional, de maneira a reduzir a dependência externa da Guiné-Bissau no domínio da Saúde.

Durante a discussão dos curandeiros/djambacosses sobre as doenças que curam e os meios que usam para esse tratamento, houve um que afirmou que era capaz de curar a hepatite com base em raízes e ervas. Se é verdade que existe esta capacidade em alguns dos especialistas, porque não se tenta um aproveitamento deste conhecimento e a sua integração ao nível dos recursos nacionais.

Em coerência com a abordagem acima apresentada, começamos por esclarecer que o nosso objectivo não era «roubar» os seus conhecimentos tornando supérflua e ultrapassada a sua actividade a longo prazo. Antes pelo contrário respeitamos a forma que cada especialista tradicional usa para conservar a sua profissão e o seu prestígio. A nossa intenção com o seminário, era convidá-los para que em conjunto, e connosco, reflectissemos sobre as formas de desenvolver uma cooperação e um intercâmbio organizado entre a sua actividade e a medicina moderna.

Após a definição desta metodologia deu-se início às intervenções e discussões.

METOLOGIA DE TRATAMENTO

Tipos de Especialistas

A primeira destas intervenções consistia na apresentação de cada um dos seminaristas, sua origem, especialização e técnicas medicinais. Dos quatro sectores da região só o de Cacheu e o de Caió estavam representados.

Havia 3 tipos de especialistas: djambacosses, curandeiros, e mistos (especialistas que combinavam partes das 2 especialidades anteriores). Entendem por «curandeiros» especialistas não religiosos que tratam doenças na base do conhecimento de plantas medicinais e outras técnicas terapêuticas, tais como recolocação dos ossos, massagens, etc. Os djambacosses constituíam um grupo difícil de definir devido à sua heterogeneidade. Na sua essência, são especialistas religiosos que desempenham o papel de médios do irã. Citemos alguns exemplos da forma como podem desempenhar este papel:

1. diagnosticam a origem da doença do cliente através do «bota sorte» ou «alsamon» (com base na inspiração do irã);
2. identificam o lugar da doença e fazem o tratamento (que consiste na extracção de «coisas» dentro do corpo do paciente) através de um chifre sagrado chamado «Ukwot»;
3. solicitam a colaboração do irã durante todo o processo da cura do doente, quer na inspiração de novas técnicas para tratamento de casos mais difíceis, quer no apoio deste para um melhoramento mais rápido do paciente.

Os mistos (curandeiros/djambacosses) combinam estas funções, mas nem sempre acumulam a totalidade das mesmas.

Da totalidade dos 13 especialistas, 3 são só curandeiros, 3 são só djambacosses, e a maioria (7 especialistas) acumulavam as funções de djambacosses/curandeiros. É interessante reparar que os 3 curandeiros e os 3 djambacosses pertencem todos ao sector de Cacheu. Dos 7 mistos, 5 deles pertencem ao sector de Caió.

As Fases De Uma Cura Tradicional

De um modo geral podem atingir o número de 4, as fases por que passa uma cura tradicional nesta região do país. Estas fases são as seguintes: 1) antecedentes ao diagnóstico; 2) o diagnóstico; 3) o tratamento; e 4) o pós-tratamento ou manutenção/profilaxia de saúde.

Estas fases variam conforme os tipos de especialista. Os curandeiros nunca utilizam a primeira fase nem a última. E utilizam o diagnóstico e o tratamento como se fossem uma única fase. Os djambacosses simples, esses nunca utilizam a última fase. Só os mistos utilizam todas as fases.

Na primeira fase, os especialistas, assim que recebem um doente, dirigem-se com este para junto do irã, com o objectivo de o consultar sobre a possibilidade de cura que este doente tem com o especialista escolhido. A resposta do irã é expressa através do oráculo das glândulas da galinha. Se o irã recusa, isto significa que o especialista não se deve responsabilizar pelo tratamento deste doente. Neste caso, as duas glândulas da galinha ficam completamente escuras. Se aceita, as glândulas ficam claras, e significa que o especialista tem autorização e poder para tratar o doente. É importante referir que o especialista nesta situação é obrigado a aceitar independentemente de quaisquer outros obstáculos.

A segunda fase e a terceira quase que se confundem uma na outra. Mais à frente teremos oportunidade de as desenvolver. Convém desde já informar que existe um grupo de djambacosses que se especializa no diagnóstico da origem da doença. Exemplos típicos deste grupo não estavam representados no seminário, talvez devido ao enfoque que privilegiou principalmente a esfera de tratamento (aspectos técnicos não religiosas, em vez de a globalidade que inclui o psíquico, o físico, e o social).

A quarta fase reveste-se de um significado particular. Acontece que, os doentes que recebem tratamento num destes especialistas mistos necessitam de voltar todos os anos a este local (caso de Caió), num determinado período do ano que coincide com a época da colheita do arroz «preto» (fins de Novembro, princípio de Dezembro). Nesta ocasião, denominada «Kafak», todos os antigos doentes trazem vinho de palma (medida 10 l) e comida para agradecer ao irã e pedir a manutenção da sua saúde.

Tipos de Doenças Tratadas

Conforme os tipos de especialistas anteriormente definidos podemos agrupar as doenças da seguinte forma, respeitando os termos usados pelos especialistas:

- a) Os especialistas que são só curandeiros tendem a concentrar-se nas seguintes doenças:
1. ortopedia (ossos partidos, desvios de coluna, articulações deslocadas, paralisia, moleza, inchaço)
 2. dores (do corpo e da cabeça)
 3. feridas/problemas de pele
 4. impotência sexual
- b) Os especialistas que são só djambacosses tendem a concentrar-se em:
1. doenças e complicações internas
 2. eliminação do efeito de um «djanfa» ou «mezinho ofensivo» (*koworatori*)
- c) Os mistos tem uma variação maior e tendem a especializar-se no tratamento das seguintes doenças:
1. ortopedia (ossos partidos, desvios de coluna, articulações deslocadas, paralisia, moleza, inchaço)
 2. dores (do corpo e da cabeça)
 3. feridas/problemas de pele
 4. impotência sexual ou esterilidade da mulher
 5. infecções (ouvidos, olhos)
 6. doenças dos pulmões (tosse)
 7. doenças internas (complicações digestivas, diarreia, falta de apetite, «febre amarela»/hepatite, hemorragias)
 8. mordeduras de cobras.

A maioria das doenças tratadas pelos curandeiros e mistos concentra-se em problemas ortopédicos, resultantes das quedas das palmeiras e doenças (poliomelite ou febre reumática). É importante notar que estes especialistas identificam tipos de paralisia diferentes (e.g. paralisia induzido pela coluna partida ou pela doença).

Convém sublinhar um aspecto comum a todos os especialistas que é o facto de nenhum deles aceitar provocar um aborto. Esta é uma prática moralmente condenada não só pelos especialistas mas também pela sociedade Manjaca com um todo.

A variedade de doenças tratadas pelos djambacosses é mais restrita e incide principalmente em doenças de origem psicológica e psicossomáticas.

ADMINISTRAÇÃO E TÉCNICAS DE TRATAMENTO

As técnicas dos curandeiros e mistos aproximam-se muito mais entre si, do que a dos djambacosses. Daí a conveniência em tratá-los conjuntamente. Os curandeiros e mistos utilizam 8 técnicas e maneiras de administrar a medicação:

1. «djunda» (que significa puxar, recolocar no lugar ossos ou articulações)
2. «unta» (aplicação de uma mistura na região afectada). Esta mistura pode ser fabricada da seguinte forma: óleo de palma, «citi malgos», raiz ou folha

pilada e/ou fervida, às vezes misturada com aguardente de cana ou vinho de palma.

O objectivo desta técnica é deixar penetrar a medicação na zona afectada.

3. «ferga», consiste numa massagem ligeira ou rigorosa, com o objectivo de estimular a circulação do sangue na região afectada. Normalmente é feita com o apoio da medicação usada na técnica do «unta», anteriormente referida.
4. «marra», consiste em envolver a zona afectada com um pano, uma corda, e muitas vezes apoiada em talas, paus, ou travesseiros. Tem 2 objectivos principais: por um lado permite o isolamento da zona em causa e uma maior penetração da medicação aplicada, e por outro, a imobilidade da mesma zona, garantindo deste modo uma cicatrização mais rápida e segura.

A medicação consiste numa aplicação de folhas piladas, na zona em causa. Para evitar os efeitos secundários que as talas ou paus produzem na pele, os especialistas, juntam óleo de palma ou o «cabaço» de uma árvore especial para proteger a pele contra a irritação ou desfolha provocada pelas mesmas talas ou paus.

5. «fuma» é uma técnica que tem como objectivo provocar a penetração do calor e da medicação como através da pele ou da respiração. Quando se trata da pele, a medicação após a fervedura é colocada numa cova e a zona afectada cobre a superfície. Para evitar o desperdício do fumo colocam um pano a cobrir quer a zona afectada quer a boca do buraco. Nos casos de tratamento por via nasal e oral (respiração), só se utiliza o pano para evitar o desperdício.

O número de vezes ao dia em que se verifica este tratamento varia conforme os especialistas.

6. «laba», consiste em lavar o corpo ou a zona afectada por um líquido resultante da fervedura ou infusão de folhas, raízes, ou «cabaço». Tal como na técnica anterior o objectivo é permitir a penetração da medicação através da pele.
7. «bibí», consiste na infusão de raízes e «cabaço» em água ou aguardente e a sua ingestão pelo doente. O objectivo é a eliminação de dores e a limpeza e reequilíbrio do sistema interno.
8. «pinga», consiste na introdução de um líquido resultante da pilagem da pele de raiz, folhas ou «cabacu» que a seguir são espremidos através de um pano, permitindo a filtração da solução, e introduzidos no ouvido, no nariz ou nos olhos.

Os djambacosses concentram a sua actividade na identificação e extracção de corpos estranhos ao organismo do doente. Estes especialistas chupam estes corpos estranhos através do chifre (ukwot). Além desta, possuem ainda outras técnicas que permitem a eliminação do efeito de um «djanfa», por exemplo, identificar o lugar do mezinho ofensivo (*koworatore*) escondido, e cortar-lhe o efeito.

Vejamos agora o modo de aplicação destas técnicas às doenças anteriormente enumeradas. No que se refere às doenças tratadas pelos curandeiros e mistos, para cada caso de doença empregam uma combinação específica destas técnicas e medicações. Para o domínio da ortopedia existem duas subcategorias em relação ao

processo de tratamento: 1) ossos partidos e desvios de coluna; 2) paralisia, moleza e inchaço. Na primeira subcategoria o tratamento consiste na combinação das seguintes técnicas.

1. Puxar o osso partido ou coluna desviada.

Após a sua execução e depois de algum tempo faz-se a verificação. Caso não esteja correctamente colado, repete-se o puxar do osso.

2. «Unta».

3. «Ferga».

4. «Marra».

O *estilo* de amarrar depende de tipo de fractura ou desvio. Para ossos simples (braço ou perna) usam as talas na fase primária e na fase final utilizam os panos. Para uma clavícula partida usam um travesseiro no sovaco a servir de suporte do braço amarrado ao corpo com panos. Para os casos de costelas ou maxilares partidos utilizam só o pano.

Durante o período completo de cura de um osso partido a zona nunca é amarrada em permanência. O tempo completo de tratamento compreende períodos sucessivos em que se amarra o local afectado e períodos em que se deixa solto o mesmo local. À medida que a fractura melhora o tempo de permanência da amarra vai-se reduzindo. Um outro factor que também influencia este tempo de permanência da amarra é a necessidade de permitir a circulação e/ou a digestão dos alimentos em determinadas partes do corpo.

Estas necessidades tornam-se mais evidentes no caso dos desvios de coluna porque o pau é colocado em cima da coluna e amarrada no peito e na parte em baixo da barriga. O período de amarrar e os intervalos sucessivos também variam consoante os especialistas.

5. «Fuma».

O número de panelas empregues e o número de dias de fumação varia consoante os especialistas.

6. «Laba».

Faz-se normalmente ao fim do dia depois de um dia de «fuma».

7. «Bibi».

Esta técnica pode ser utilizada no princípio do tratamento para expulsar o sangue interno que resultou da queda. Pode ser utilizada periodicamente durante o tratamento para eliminar dores e promover uma cicatrização rápida. Pode ainda ser aplicada na fase final do tratamento para limpar e reequilibrar o sistema do organismo.

O tratamento da segunda subcategoria (paralisia, moleza, inchaço e articulações deslocadas) consiste numa combinação de todas estas técnicas descritas na primeira subcategoria, excepto a amarra. A eliminação da amarra é explicada pelo facto de acreditarem que a longo prazo conduziria à redução da flexibilidade.

Para o domínio das dores, no caso da cabeça aplica-se o «unta»; no caso do corpo aplica-se o «unta», «ferga», e «laba». O «bibi» aplica-se para os dois casos.

No domínio das feridas e problemas de pele, utilizam o óleo de palma como desinfectante da ferida e «untam» os furúnculos e outros tipos de doenças de pele para provocar a sua erupção.

Os problemas sexuais podem ser divididos em dois casos: no caso da impotência sexual ministra-se uma infusão para estimular a excitação sexual. É importante notar que este tratamento só funciona quando a doença não tenha sido provocada por uma terceira pessoa. No caso de esterilidade da mulher induzem a menstruação através da bebida, resultante também de uma infusão.

Relativamente às infecções dos ouvidos, aplica-se a medicação através da introdução de uma solução no ouvido provocando a redução da inflamação e das dores. No caso dos olhos normalmente aplica-se uma solução através do nariz ou da inalação do fumo para produzir lágrimas e, por conseguinte, limpar os olhos e os canais.

Com a tosse há um tratamento externo que consiste em esfregar e amarrar o peito, e um outro, que é interno que se subdivide em dois: «fuma» para facilitar a respiração, e «bibí» que serve de espectorante e de calmante. A combinação entre o tratamento interno e externo depende da gravidade da doença.

Para o caso de doenças internas, o tratamento é feito através da administração de infusões diversas consoante a doença. A quantidade e frequência do tratamento varia consoante o especialista e a gravidade da doença.

Nos casos de mordeduras de cobras o tratamento é feito através da ingestão de infusões que servem como antídotos.

Só um especialista afirma ter conseguido, uma vez, tratar a loucura, através da combinação do «ukwot» e do «unta». Devido à especificidade deste caso e a sua raridade, entre os seminaristas, resolvemos referi-lo de forma marginal.

REGIMES E CONDIÇÕES LOGÍSTICAS DE TRATAMENTO

São três os tipos de regime de tratamento: o regime de internamento que pode durar uma semana, um ano, ou mais, especialmente para o caso de doenças graves ou de pessoas que vieram de fora da comunidade; o regime de assistência ambulatório para os pacientes que vivem perto do especialista ou que excedem a capacidade logística do mesmo; e o regime de tratamento imediato e único.

Por causa das dificuldades em conhecer as informações sobre a média anual dos clientes que são tratados segundo estes regimes, limitamos as perguntas ao número de clientes que cada especialista estava a tratar no momento de partida para a reunião.

Todos os djambacosses simples que estavam presentes (3) tinham exclusivamente pacientes de consulta imediata e única. Os curandeiros tinham entre 0 a 1 doentes permanentes na altura da reunião. Entre eles, a maioria dos pacientes era ambulatório, constituindo uma média de 2 ou 3 pacientes e tinham ainda visitas esporádicas para tratamentos imediatos em número de 3 por semana (média).

Relativamente aos mistos, encontravam-se em tratamento uma grande variedade de pacientes e tipos de regime. Para o caso dos djanbacosses/curandeiros do sector de Cacheu havia uma composição quase idêntica à dos curandeiros simples. No que se refere aos djambacosses/curandeiros do sector de Caio, todos integram uma sociedade religioso-curativa, tendo como chefe o Sr. Dameri Bekassa. Os membros

normais desta sociedade tinham em geral 2 ou 3 doentes internados, 4 ou 6 ambulatorios e numerosas consultas imediatas e esporádicas. O chefe desta sociedade tinha, no momento da reunião, 15 doentes internados em casa dele. E segundo a sua informação, esta quantidade aumenta na época seca e é mais reduzida na época em que nos encontrávamos (Dezembro/Janeiro). Este chefe tinha cerca de 20 doentes ambulatorios no momento da reunião, sendo na sua maioria pessoas sem residência local, que eram hóspedes, em casas privadas, devido à falta de capacidade logística para o Centro curativo do chefe da sociedade. O número diário de tratamento imediato era difícil de estimar mas, provavelmente, situa-se entre 1 a 2 por dia.

Normalmente os especialistas menos conhecidos têm uma clientela mais reduzida, e mais restrita em termos de origem. Nestes casos os doentes vêm da tabanca, do sector e quanto muito da região dos Manjacos. Os especialistas mais conhecidos têm, normalmente, uma maior clientela, caracterizada por uma enorme diversidade de origem étnica e geográfica. O caso extremo é o exemplo do centro de Bekassa, onde no momento da reunião havia as seguintes origens de doentes: Bula, Bissau, Cobiana, Geba, Jeta e França.

Se o prestígio do centro testemunha a eficácia das técnicas utilizadas, é esta mesma popularidade que, ao provocar um excesso de doentes internados, vem reduzir as condições mínimas de alojamento e, por consequência, perturbar a própria eficácia de tratamento. Para compreender melhor esta afirmação vejamos em pormenor as condições logísticas de tratamento.

Os djambacosses recebem uma remuneração nominal que varia entre 50 a 100 peslos por consulta. No entanto, nenhum dos curandeiros simples ou especialistas mistos recebem pagamento pelos seus serviços. É antes de mais, uma obrigação moral e religiosa o tratamento dos pacientes.

De vez em quando, os doentes internados e suas famílias fazem pequenas contribuições ao especialista, consoante as suas possibilidades. Por exemplo, comprar tabaco, ajudar com a reparação das palhotas ou reconstrução das camas, e ainda, no caso de pessoas de família em condições físicas, espera-se que ajudem nos trabalhos agrícolas. No que se refere aos especialistas mistos, tal como já havíamos referido, os doentes fazem uma contribuição periódica ao irã (cana, vinho de palma) com o objectivo de solicitar uma melhoria mais rápida. Particularmente no caso de Caio estas obrigações são acrescidas da necessidade de, anualmente, os doentes deverem regressar para participar no «Kafak».

Convém referir que nos casos de internamento são os doentes e/ou suas famílias (que chegam a atingir 8 pessoas) os responsáveis pelo seu próprio sustento (que inclui a comida, a manta, o sabão, etc.). Esta atitude do especialista é compreensível porque de outra forma não seria possível ao responsável do centro manter cerca de 15 ou 30 pessoas durante muito tempo.

Esta auto-sustentação dos doentes embora torne possível a instituição do regime de internamento e a existência de grandes centros, é caracterizado por alguns problemas que os especialistas sublinharam e que passamos a enumerar:

1. *Problema do transporte de novas provisões para os doentes internados*

Acontece que as pessoas internadas são muitas vezes provenientes de localidades distantes, e não recebem salário porque não trabalham quando estão doentes. Portanto são dependentes dos laços de parentescos que mantêm com a sua família. Quando o arroz ou o sabão do doente acabam, normalmente é muito difícil contactar a família e receber o novo aprovisionamento. Nestes períodos de carência dependem exclusivamente da generosidade do especialista ou de outros internados.

2. *Problemas nutricionais*

Para produtos frescos, tais como, peixe, legumes, etc., os internados, particularmente do centro de Bekassa são dependentes da comunidade hospitaleira. Como normalmente a produção excedentária desta comunidade é mínima, a variedade dos alimentos dos doentes é mínima e, por conseguinte, cria problemas de má nutrição e de manutenção da saúde.

3. *Insuficiência de condições materiais*

Devido ao excesso de doentes internados em relação à capacidade do centro, muitos destes doentes internados dormem na varanda da casa ou em pequenas cabanas construídas para o efeito. Esta situação torna-se particularmente grave na época das chuvas, por causa dos mosquitos e da própria água das chuvas, e nos primeiros meses da época seca, devido ao abaixamento da temperatura e à inexistência de cobertores em quantidade suficiente.

INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS

Perante a preocupação da conservação destes conhecimentos para o futuro, questionamos os especialistas sobre as formas práticas que utilizam na transmissão de conhecimentos de uma geração para outra e entre especialistas contemporâneos.

No caso dos curandeiros a transmissão dos conhecimentos e técnicas faz-se do pai a um filho seleccionado. Esta selecção é feita pelo pai que procura entre os filhos aquele que mostra mais interesse, jeito, disponibilidade pela actividade e sabe guardar os segredos do pai. Esta aprendizagem faz-se no dia a dia, através do acompanhamento pelo filho dos ensinamentos práticos do pai. Assiste aos tratamentos, recebe as explicações sobre as técnicas utilizadas e aprende a identificar as plantas medicinais e suas modalidades de utilização.

Para o caso dos djambacosses não se faz a transmissão de pai para filho, porque a própria herança da função de djambacosse não segue de forma rigorosa o sentido pai-filho. A herança verifica-se depois da morte de um parente do lado do pai ou mãe, de uma das duas gerações anteriores, e o critério de selecção tem base numa inspiração divina que se manifesta na pessoa seleccionada através de sintomas físicos, que são normalmente identificados como «doença do ira». Esta doença é

curada quando o candidato é iniciado na sociedade de djambacosse. Este período de iniciação também constitui o período de aprendizagem das técnicas de base da profissão. Depois desta fase o desenvolvimento técnico de cada djambacosse tende a individualizar-se, excepto nas ocasiões de trocas esporádicas que têm lugar nas cerimónias comunais.

No caso dos mistos, os critérios de selecção do especialista são idênticos ao dos djambacosses simples. Os mistos de Caio são distintos dos outros porque no seio da totalidade dos membros pertencentes à sociedade de djambacosses de Caio existem diferentes subclasses e especializações. Por exemplo, há djambacosses simples que se especializam no diagnóstico da origem da doença, usando como técnica o «bota sorte»; duas subclasses de djambacosses que se especializam na cura, um baseado no conhecimento de raízes («Pubul») e o outro no conhecimento dos ossos («Bekassa»). Nestes dois últimos grupos existe um grande intercâmbio de conhecimentos entre os membros de cada subclasse e entre as subclasses.

Quando os novos iniciados já possuem suficiente experiência, conquistada junto dos especialistas mais avançados, podem começar a tratar, em sua casa, casos simples e, se o irá concordar aceitar os doentes que foram rejeitados pelo irá, junto dos especialistas mais avançados. Acontece ainda que nos casos mais difíceis, o especialista em causa coloca o problema aos colegas, nesta região, especialmente a Bekassa, o mais avançado, e o chefe, por ser actualmente o mais antigo dos iniciados desta categoria social.

Um caso interessante a reter é a presença de alguns especialistas da subclasse de «botadores de sorte» no centro de Bekassa. Em princípio eles não poderão herdar a posição de Bekassa, dado não pertencerem a esta subclasse. Contudo, neste momento um deles reúne mais experiência e técnica do que todos os outros devido a aprendizagem intensiva a que se submeteu, e que chega a ser de 3 a 5 horas diárias.

Apesar de os especialistas reconhecem a necessidade de preservar os seus conhecimentos, mostraram alguma hesitação em trocar ou partilhar as suas informações com especialistas mais distantes, pertencentes a outras tabancas ou sectores. Preferiam guardar a distância em relação aos outros especialistas mostrando respeito mútuo pelos seus segredos, e satisfazendo-se com a informação sobre os tipos de doença que cada um trata.

RECOMENDAÇÕES TEÓRICAS

1. Como sistemas paralelos que são, a medicina tradicional e a medicina moderna vão continuar a coexistir independentemente dos apoios oficiais que a primeira possa vir a receber. Já que se pretende o aproveitamento da medicina tradicional é importante que o Estado reconheça e oficialize este sistema de tratamento alternativo ou complementar à saúde pública. Desta forma, um funcionário de Estado internado no Hospital terá a cobertura da segurança social e não correrá o risco de perder o emprego durante o período de internamento, independentemente deste mesmo funcionário ser internado num Hospital ou no centro de Bekassa.

2. É importante criar o respeito pelos especialistas que possuem técnicas de diagnóstico ou de tratamento (e.g. djambacosses) mais distantes das técnicas utilizadas pela medicina moderna. Isto porque a psicologia e a organização social (e.g. permanência dos familiares de doentes) jogam um papel muito importante na eficácia de tratamento de doenças.

RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

1. Existe a necessidade de se obter mais informações sobre o número, os nomes, especializações e tipos de tratamento de cada um dos especialistas, em cada uma das regiões do país. Duas podem ser as modalidades desta recolha: 1) através de reuniões com temas seleccionados, uma amostragem representativa da zona e o máximo de especialistas possíveis; 2) proporcionar visitas esporádicas aos centros tradicionais não só com o objectivo de conhecer o seu mecanismo de funcionamento, mas também de incentivar a sua actividade (e.g. através de pequenas ofertas materiais).

2. Elaboração de uma lista de especialistas e doenças tratadas para fornecer aos Hospitais, aos Centros de Saúde de Base e às Unidades dos Cuidados Primários da Saúde, assim como a outros especialistas tradicionais como base para o encaminhamento dos doentes.

3. Provocar um aumento do conhecimento dos especialistas tradicionais sobre o funcionamento e a mecânica da medicina moderna através de visitas organizadas aos Hospitais. Esta recomendação tem como objectivo permitir aos especialistas saber reconhecer e encaminhar os casos de doença que seriam melhor tratados nos hospitais.

4. Estimular uma maior colaboração entre as Unidades dos Cuidados Primários de Saúde e os centros tradicionais. Um exemplo deste intercâmbio podia ser o fornecimento de comprimidos aos doentes dos centros para acalmar as dores e a colocação de panos ou talas quando as Unidades de Cuidados Primários não possuírem gesso para colocar num doente.

5. Apoio material aos centros tradicionais através do fornecimento de mantas, camas, mosquiteiros ou outros instrumentos capazes de melhorar a eficácia destes centros.

ANEXO I

<u>Lista das Participantes</u>	<u>Tipo</u>	<u>Doenças Tratadas</u>
Bassarel, Katama		
José Kafala	Curandeiro	Ortopedia, feridas e doenças de pele; doenças internas
Ambrósio Upa Dateni	Djambacosse	doenças internas; «bota sorte»
Paulo Kainuba Gomes	Djambacosse / Curandeiro	dores da barriga; dores da cabeça; reumatismo
Ambrósio Upa Cecília	Curandeiro	ortopedia; feridas; dores da cabeça; febre; falta de apetite; impotência sexual
António Mendes	Djambacosse	reduz os efeitos de «kowitzore»; «bota sorte»
Bassarel, Udjigia		
Laurenço Kerumentim	Djambacosse / Curandeiro	dores de corpo; dores de barriga; tosse; loucura
Calequisse, Bandjendje		
João Landim	Curandeiro	ortopedia
Timate, Bassan		
José Pagali Pereira	Djambacosse	doenças internas; «bota sorte»
Caio, Caiomete		
João Bico Dameri Bekassa (*)	Chefe Djambacosse / Curandeiro	ortopedia; dores de corpo; feridas e doenças de pele; impotência e esterilidade; infecções de ouvidos e olhos; hepatite; tosse e dores de peito; dores de barriga e diarreia; mordeduras de cobras
Alfonso Gomes Kumegete	Djambacosse / Aprendiz Curandeiro	todas as doenças tratadas pelo João Bico Dameri Bekassa
Caio, Tubebi		
Domingos Umbomboron	Djambacosse / Curandeiro	todas as doenças tratadas pelo Bekassa
Caio, Ute Mlik		
José Chefe Ukilikarim	Djambacosse / Curandeiro	todas as doenças tratadas pelo Bekassa
Amison Poron	Djambacosse / Curandeiro	todas as doenças tratadas pelo Bekassa

NOTA: Aproximadamente 72% de taxa de participação relativamente à previsão. Nenhum representante de Cantchungo.

(*) O mais conhecido do sector.

ANEXO II

FOTOGRAFIAS DAS TÉCNICAS DE TRATAMENTO UTILIZADAS NO CENTRO TRADICIONAL DE CAIOMETE

Especialista: Dameri Bekassa

Fotografias: Eve L. Crowley

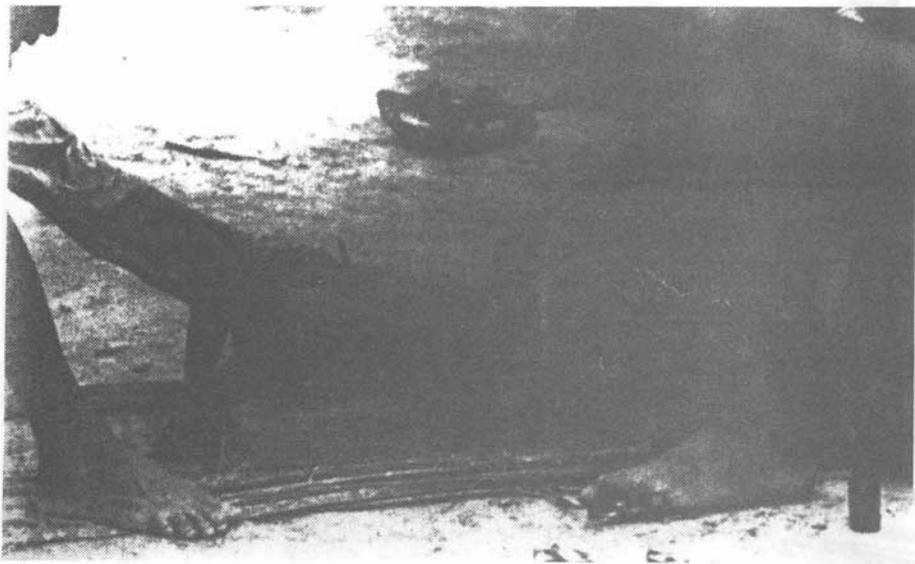
I — «Djunda» de
coluna desviada



II — «Unta»



III — «Ferga»

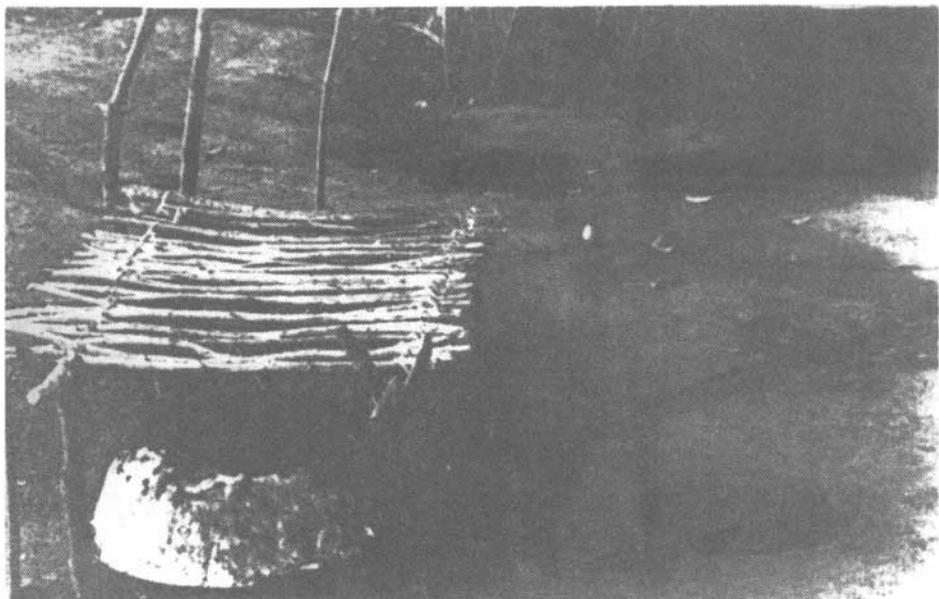


IV — Três Estilos de «Marra»





V — Duas Covas para «Fuma»



VI — Chefe Curandeiro Trabalhando com um Aprendiz



VII — O Centro Curativo de Caiomete Visto de Dentro



ESTUDO BÁSICO SOBRE PERTURBAÇÕES MENTAIS NO PAÍS

Por JOP DE JONG (*)
G. KLEIN (**)
e TERN HORN (***)

Depois de independência, em 1974, os responsáveis pela Saúde na Guiné-Bissau, reconhecendo a falta de infraestruturas e pessoal especializado no domínio da Psiquiatria, aprovaram um programa de cuidados de saúde mental, com especial incidência no meio rural.

Seguindo de perto o estudo efectuado pela OMS sobre estratégias de alargamento dos cuidados de saúde mental, foi iniciado um projecto para desenvolver e aperfeiçoar métodos económicos de prevenção e de tratamento da saúde mental, integrado no Serviço Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau.

A população adulta, assistida pelos Serviços de Saúde pública, foi seleccionada pela presença de distúrbios mentais com o objectivo de constituir uma amostragem de observação, no sentido de se fazer uma avaliação estatística para, de acordo com os seus resultados, se estabelecerem métodos e meios de tratamento e acompanhamento deste tipo de doentes.

(*) Psiquiatra com largos anos de experiência na Guiné-Bissau, onde foi chefe do Departamento de Saúde Mental, actualmente em vias de publicar na colecção KACU MARTEL um livro sobre psiquiatria na Guiné-Bissau.

(**) Sociólogo.

(***) Sociólogo do Departamento de Psiquiatria Social do Centro de Cooperação da OMS, em Groningen.

As estimativas mínimas da percentagem de casos confirmados de perturbação mental, apurada por este estudo, situa-se na ordem dos 12%.

A proporção correctamente identificada pelos técnicos de clínica geral estabelece que: um em cada 3 doentes sofrendo de perturbação mental é identificado (sensibilidade do diagnóstico: 31,4%) e em cada 100 casos sem antecedentes clínicos, 12 são incorrectamente diagnosticados, pelos técnicos de saúde, como sofrendo de doença psiquiátrica. (Especificado do diagnóstico 88,4%).

Depois de ter concluído o presente estudo, as prioridades no ensino, dos técnicos de saúde, foram definidas, permitindo uma formação específica na área da identificação e acompanhamento de um número limitado de doenças mentais, consideradas prioritárias, tais como: psicoses, epilepsia e neuroses.

AGRADECIMENTO

Não poderemos deixar de expressar os nossos agradecimentos ao Sr. Dr. Paulo Medina, ex-Secretário-Geral do Ministério da Saúde da Guiné-Bissau pela sua valiosa colaboração, ao Sr. Nuno Madeira, ex-enfermeiro-chefe do Departamento de Psiquiatria de Bissau pela semana em que trabalhou connosco para a realização dos inquéritos, ao Prof. Dr. R. Giel e à sua equipa do Centro de Cooperação da OMS da Universidade de Groningen, a Jelle Straatsma que participou no processamento dos dados do computador e finalmente a todos quantos participaram na elaboração e apresentação do manuscrito.

INTRODUÇÃO (*)

Os progressos nas técnicas de identificação de doenças de duração prolongada (Goldberg, 1974) resultou numa série de estudos que demonstraram que as perturbações mentais especialmente as que não são de ordem psíquica, situam-se entre os motivos mais frequentes pelos quais o médico é consultado (Dilling et Al., 1978; Hoeper, 1979; Marks et al., 1979).

Goldberg e Blakwell (1970) constaram, uma notável morbidez psiquiátrica no seio de uma clientela comum londrina numa percentagem de 20%.

Giel (1972) declarou que no seio de uma amostragem feita ao acaso, numa aldeia holandesa, um psiquatra identificou doenças psiquiátricas em 13% dos indivíduos observados com idades a partir dos 15 anos.

Poderá admitir-se que nos países subdesenvolvidos poucos doentes com perturbações mentais procuram as unidades de saúde de base, em parte porque os trabalhadores da saúde não dispõem de uma formação adequada que lhes permita fazerem diagnósticos seguros neste domínio, e também porque muitas vezes estas perturbações estão encobertas por problemas de ordem física — tais como: consequências da subnutrição e diarreias infecciosas e de origem parasitária.

Contudo, alguns estudos demonstram que o número de casos de perturbação mental encontrado nos centros de saúde de base, dos países subdesenvolvidos, é semelhante às percentagens conhecidas em qualquer outro lugar (Dormaar e al., 1974; Giel e Van Luijk, 1969; Mbanefo, 1971; Harding, 1973; Ndeti e Muhangi, 1979). Por exemplo, no estudo feito com a participação da OMS sobre estratégias de implantação dos cuidados de saúde mental em 4 países subdesenvolvidos a densidade máxima de desordens mentais situada entre os 10,6 e 17,7%, foram ligeiramente inferiores às percentagens determinadas em países industrializados (Harding e al., 1980).

O objectivo do presente estudo é desenvolver e promover métodos económicos para assistência à saúde mental, no sentido de estabelecer tratamentos prioritários no seio da própria estrutura do programa de saúde pública na Guiné-Bissau. Depois de concluído este estudo básico, os técnicos de saúde receberam uma formação elementar no domínio da identificação e acompanhamento de um número restrito de perturbações mentais consideradas prioritárias.

Os resultados desta formação serão avaliados por meio de uma observação subsequente. É feita, neste documento, a apresentação de uma parte do referido estudo básico.

Os doentes em idade adulta, assistidos pelos estabelecimentos de clínica geral foram, especificamente observados no domínio da psiquiatria, sendo estabelecidas as proporções correctamente identificadas pelos técnicos de saúde. Os detalhes sobre o processo de observação das crianças serão apresentados noutra documento, assim como os resultados de um questionário estruturado e dirigido a grupos-chave de informadores da área em estudo, para avaliar qual é a sua noção sobre perturbações mentais e também os resultados da avaliação de conhecimentos e da posição dos trabalhadores da saúde, no que se refere aos problemas da saúde mental.

Porque é que terá sido projectado um estudo desta natureza num país tão pequeno como a Guiné-Bissau, quase do tamanho da Suíça com \pm 850 000 habitantes? Depois da independência, em 1974, ao fim de 13 anos de luta contra os portugueses, os responsáveis pela saúde, tomando consciência da falta de estabelecimentos de saúde mental (excluindo duas velhas enfermarias, não havia mais nada), aprovaram um programa de saúde mental estabelecendo as seguintes prioridades (De Jong, 1982, 1983):

- Implementação dos cuidados de saúde mental com especial incidência nas áreas rurais, como será apresentado neste documento.
- Desenvolvimento de uma equipa de psiquiatria social ambulante para visitar regularmente os hospitais mais importantes do país.
- Aperfeiçoamento dos cuidados psiquiátricos institucionais através da construção e organização de uma pequena clínica socialmente integrada e de acordo com as ideias correntes sobre saúde mental.

REGIÃO DE INVESTIGAÇÃO

A escolha da nossa área de investigação assentou em dois critérios.

O primeiro é que a área em estudo deverá ter um nível socioeconómico médio.

O segundo, é que alguns dos habitantes da região deverão ter participado na luta de libertação.

O objectivo do segundo critério é o de determinar qual é a influência dessa guerra no quadro geral actual, dos problemas mentais das regiões mais afectadas.

A região seleccionada no Sul da Guiné-Bissau conjuga efectivamente os dois critérios. É menos rica do que algumas regiões do Norte e mais desenvolvida do que o Este. Durante a guerra de libertação algumas pessoas do Sul da Guiné-Bissau viveram nas zonas libertadas, enquanto que outras permaneciam sob a lei portuguesa. Além disso a região em estudo é representativa da África rural.

Existem 37 sectores geográficos na Guiné-Bissau. Os 4 sectores do Sul onde foi situado o nosso estudo estão situados num plano horizontal à costa, dissecado por numerosos braços do mar. As zonas mais altas são cobertas por floresta tropical, pelo que a maior parte da população agrária se concentra nas margens destes cursos fluviais, cultivando o arroz e o milho. Estas culturas, a criação de animais e a pesca, destinam-se à alimentação da própria população. A zona é habitada por 41 850 habitantes com uma densidade populacional de 13/hab./km².

No interior desta região existem algumas centenas de aldeias, cada uma com um número pequeno de habitantes, um aglomerado estreitamente ligado entre si. Durante a estação das chuvas o acesso a estas aldeias apenas é possível a pé, com viaturas todo-o-terreno, ou motocicleta. Algumas pequenas cidades cresceram ao longo das estradas. Os transportes públicos passam por esta região apenas uma ou duas vezes por dia.

Só cerca de 5% da população dispõe de água corrente e electricidade apenas durante algumas horas do dia; 70% consome água de poços cobertos, enquanto que os restantes utilizam água de poços abertos ou tanques situados próximo das suas casas.

As habitações são construídas com lama e cobertas com colmo. 90% da população não possui uma instrução regular. O grupo que nós estudámos vive com pouca noção do mundo exterior, dos dias de hoje: metade deles não sabe a sua idade, a data ou o ano em que estão vivendo, etc.

3/4 do grupo estudado possui plantações de arroz cuja produção está calculada apenas em 50% do arroz necessário para alimentar toda a população.

As principais doenças endémicas nesta região são a malária, infecções respiratórias, diarreias, doenças de pele, feridas e tuberculose.

As principais causas de mortalidade são a malária, doenças respiratórias e tétano. A taxa de mortalidade infantil é de cerca de 20%.

Desde a independência o Governo tem-se empenhado na criação de uma estrutura sólida, de saúde nas regiões do interior. Esta estrutura consiste num projecto piloto de cuidados primários de saúde, na região sul da área em estudo, através da participação da população treinada localmente, apoiada por uma rede de postos de saúde, centros de saúde e três hospitais, dispendo de 20 camas cada, como é apresentado na figura 1.

No sector I não há nenhum hospital mas existem lá 3 centros e um posto de saúde, no Sector II, há um hospital e um centro de saúde, não dispondo no entanto de nenhum posto de saúde.

A tabela 1 apresenta algumas características sociodemográficas da Guiné-Bissau; e dos 4 sectores das regiões de Quinara e Tombali, onde é situada a nossa área de estudo.

(Tabela 1 em Anexo)

MOTIVOS PARA A PRESENÇA E AVALIAÇÃO DA EQUIPA DE SAÚDE

Dados para a identificação e alguns dados sociodemográficos foram obtidos de cada doente.

Inquirimos junto de cada doente porque motivo tinha procurado o estabelecimento de saúde, sendo a resposta textualmente gravada. O processo de pesquisa foi conduzido separadamente dos métodos e processos de consulta e tratamento.

Os técnicos de saúde que observaram os doentes que foram objecto deste estudo, não tiveram acesso aos resultados do inquérito.

No final de cada consulta cada técnico de saúde indicou através de uma cruz na tabela de avaliação médica (ficha individual do doente; (HSR; consultar tabela 4 de Harding et al., 1980) se detectou ou não uma perturbação mental, simples ou associada a qualquer outro problema de ordem física, ou se não foi diagnosticado qualquer problema de saúde.

A comparação entre os resultados obtidos através dos técnicos de saúde e os diagnósticos apresentados pelo psiquiatra investigador pode ser calculada de duas formas diferentes:

1. A sensibilidade do diagnóstico dá-nos a medida de como alguns casos possam, sem ser detectados, dividindo o total de casos de perturbação, detectados pelo técnico de saúde e pelo psiquiatra, pelo número de casos identificados *a posteriori*.
2. A especificidade do diagnóstico dá-nos a medida de quantos casos em que não se verificam efectivamente doenças mentais, são diagnosticados pela equipa de saúde como tal, dividindo o número de casos erradamente diagnosticados pela equipa de saúde e pelo psiquiatra investigador, pelo número de casos não patológicos apurados no final do processo.

MÉTODOS

Foi elaborada uma lista das facilidades médicas existentes nesta região, conjuntamente com o número semanal de consultas efectuadas a doentes adutos por facilidade.

Como não se conseguiram resultados concludentes num dos sectores, e nos outros os resultados não eram consistentes, procedemos nós próprios à recolha de dados durante 2 sucessivos períodos de 3 meses. Como os medicamentos são distribuídos trimestralmente verifica-se um acentuado aumento de consultas durante o primeiro mês, após a distribuição, seguido de um declínio progressivo, sendo praticamente inexistentes no terceiro mês.

No sentido de se obterem dados estatisticamente significativos nós determinámos seleccionar, para estudo, 300 pessoas em idade adulta, por cada 50 000 habitantes, o que resultou num grupo de 252 participantes.

O número de pessoas destinadas a participar no nosso estudo foi determinado por estabelecimento de saúde e em proporção com os níveis de consultas efectuadas por cada um.¹

Seguidamente, procedeu-se à recolha dos dados em cada estabelecimento de saúde. Estes dados foram baseados em exames efectuados com doentes de 5 postos de saúde, 8 centros e 3 hospitais.

Sempre que era possível, só se avisava a equipa de saúde de cada estabelecimento, de que se ia proceder a este trabalho, na noite anterior, para se evitar a (auto-)selecção dos doentes. O processo de selecção começava sempre com o primeiro doente com mais de dezasseis anos, assistido de manhã.

Foram excluídos os doentes cujo estado de saúde era de tal modo grave que seria insensato dar-lhes um questionário.

Quando o número de inquéritos atribuído a cada estabelecimento de saúde não era atingido num só dia, o trabalho seria continuado no dia seguinte. Não foram verificados casos em que os doentes se tenham recusado a participar.²

Primeira fase da investigação.

Utilizámos um questionário individual (SRQ) com 26 perguntas.

As primeiras 20 destinam-se a detectar perturbações não pertencentes ao foro psicótico.

4 têm o objectivo de identificar estados de psicose e mais duas, uma para identificar epilepsia ou outros desmaios, e outra para detectar alcoolismo.

A forma do questionário individual que utilizámos foi baseado no consenso entre os investigadores da O.M.S. (Harding et al., 1980). Utilizámos a versão portuguesa. A maior parte das entrevistas foram feitas em Crioulo — «língua franca» na Guiné-Bissau. Normalmente, as perguntas do questionário foram lidas aos pacientes por um dos três investigadores³ e, quando necessário, um dos técnicos de saúde local deu a sua colaboração, traduzindo as perguntas para a língua local.

ACOMPANHAMENTO

Todos os doentes considerados casos potenciais de perturbação mental foram acompanhados, assim como 10% dos casos normais. Este processo de acompanhamento inclui:

- A versão resumida de um inquérito (PSE) orientado pelo psiquiatra investigador.
- A ficha de avaliação do diagnóstico (DAF) é completada pelo psiquiatra investigador, com base nos dados do inquérito inicial.
- Uma unidade de avaliação social (SUR) e, num determinado número de casos, a confirmação do grau de incapacidade (DAS).

CASOS POTENCIAIS

Decidimos que todos os doentes classificados acima de um determinado limite dos dos itens não psicóticos do questionário individual, ou registando, pelo menos, um item positivo nos 4 itens psicóticos, teriam de ser seguidos. Foi determinado o ponto limite, com vista a permitir uma melhor sensibilidade e especificidade do diagnóstico, de modo a reduzir ao mínimo a possibilidade de margem de erro. O nosso ponto limite foi determinado com base no teste piloto e é definido por uma pontuação positiva de 7 valores.

Atendendo a que orientámos o nosso processo de recolha de dados de uma forma um pouco diferente de outros centros (Harding et al., 1980), passamos a apresentar detalhadamente as várias etapas:

1. Dos 251 doentes seleccionados, 26 registaram, no questionário individual, 7 ou mais itens não psicóticos e 59 registaram, pelo menos, 1 item não psicótico. Do grupo seguinte, 17 pessoas interrogadas também através do questionário individual atingiram uma pontuação superior a 7, resultando um número total de 68 casos potenciais a seguir ($59 + 26 - 17 = 68$).
2. 9 destes 68 casos potenciais não quiseram ou não estavam em condições de participar, o que nos deixou 59 casos potenciais para acompanhar: 18 classificados através de inquérito individual com 7 ou mais pontos positivos e 54 registando, pelo menos, 1 item psicótico (incluindo mais 13, também classificados pelo questionário individual, aos quais foram também atribuídos 7 ou mais pontos positivos).
3. Para além do grupo com, pelo menos, 1 item positivo, 37 pacientes foram pontuados apenas no primeiro item.

A noção de estar a ser prejudicado ou injuriado por alguém, pode ser considerada uma atitude normal, especialmente entre pacientes assistidos pelas instituições de saúde por qualquer espécie de doença.

Além disso, um único resultado no primeiro item psicótico não constituiu um caso potencial, isto deixou-nos, finalmente, um total de 22 casos potenciais para acompanhar.

4. A este número acrescentámos 13 entrevistados pelas seguintes razões:
 - 8, apenas com um resultado positivo no quadro da epilepsia.
 - 5, que eram clinicamente suspeitos de padecerem de doença mental, ainda que dois não tenham apresentado qualquer resultado positivo, 1 apenas

com um item positivo não confirmado e dois com uma pontuação positiva, apenas no primeiro item psicótico.

5. Além dos já mencionados 35 «casos potenciais» foram também acompanhados 22 doentes, constituindo uma amostragem de 10% de todos aqueles que apresentaram uma pontuação inferior a 7 no questionário individual ou careciam de mais indicações para constituírem um caso potencial. Fazemos notar que 5 destes pacientes registaram valores positivos no primeiro item psicótico. O número total de doentes objecto do nosso trabalho e que constituíram a amostragem para o nosso estudo, foi de 57.

A FREQUÊNCIA DE DISTÚRBIOS MENTAIS

A ficha de avaliação de diagnóstico prevê 3 categorias diferentes:

- casos negativos
- casos potenciais
- casos confirmados

As duas primeiras categorias não foram incluídas para a contagem dos estados mórbidos.

A morbidez foi calculada da seguinte forma, segundo a percentagem de:

1. Todos os casos definitivos a seguir.
2. De uma estimativa do número de casos que, na primeira fase de selecção, baseada na densidade de casos definitivos existentes no seio de uma amostragem de 10% dos doentes que, de outro modo, não reuniam as condições suficientes para serem acompanhados.

As estimativas foram um número mínimo de casos definitivos, de cujo grupo esta amostragem foi extraída.

RESULTADOS

Os resultados apresentados são estimativas do nível de morbidez psiquiátrica nesta região. Dos 35 casos potenciais 21 foram identificados como casos definitivos e da amostragem de 10% de um grupo de 22 foram identificados 2 casos definitivos.

(Tabela 2 em anexo).

A tabela 2 apresenta-nos as estimativas mínimas de morbidez psiquiátrica, que se situam na ordem dos 12%. Posto que a maioria dos casos eram distúrbios neuróticos, foi detectada uma morbidez psíquica da ordem dos (14,3%), como se demonstra na tabela 3.

Estabelecimentos de saúde e distúrbios mentais.

Dos 23 casos definitivos identificados nenhum foi detectado nos postos de saúde, foram detectados 6 nos centros de saúde e a maioria — 17 —, nos hospitais. Dos 12 casos potenciais 3 foram detectados nos postos de saúde, 7 nos centros e apenas 2 num dos 3 hospitais. Considerando os 35 casos em conjunto, resultará numa morbidez de desordens mentais definitivas nos postos, centros de saúde e hospitais de, respectivamente, 0%, 5,4% a 15,9% e de 9,4%, 11,5% e 17,8%, incluindo os casos potenciais de desordens mentais.

Por outras palavras, quanto melhor é o nível dos serviços médicos maior percentagem de morbidez psiquiátrica é verificada. ⁸

Por outro lado, quanto mais precário é o nível de assistência médica maior é o número de doentes potencialmente sofrendo de perturbações psíquicas.

AVALIAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS PELA EQUIPA DE SAÚDE E SUA EXACTIDÃO

A maior parte dos doentes foram diagnosticados pelos técnicos de saúde como sofrendo de problemas de saúde de ordem física, como se demonstra na tabela 4 (em anexo).

Ainda que se tenham verificado erros de diagnóstico, tanto de casos positivos como negativos, não são apenas os resultados dos diagnósticos que determinam a perícia do trabalhador da saúde. Com a ajuda dos valores apresentados na tabela 5, pode ser calculada a sensibilidade e especificidade de diagnóstico (Tabela 5, em anexo): 31,4% (11:35) e 88,4% (191:216), respectivamente.

Estas duas percentagens indicam que um em cada 3 doentes com perturbações mentais (de acordo com os resultados do diagnóstico baseado na ficha de inquérito individual) são classificados, como tal, pelos trabalhadores da saúde (31,4%) e que em cada 100 não patológicos, 12 pacientes são impropriamente diagnosticados por estes profissionais, como sofrendo de doença psíquica (88,4%).

Dos pacientes erradamente diagnosticados pela equipa de saúde como padecendo de doença mental (25, consultar tabela 5), apenas 4% tiveram uma pontuação na ficha de inquérito individual, inferior a 7,4% registaram uma classificação positiva pelo menos no segundo, terceiro ou quarto item psicótico, e nenhum ponto no item da epilepsia.

Dos doentes detectados através do processo de selecção como casos patológicos, mas que não foram classificados pelos trabalhadores da saúde (24, consultar tabela 5), 42% obtiveram um resultado não psicótico na ficha individual de inquérito, com uma pontuação inferior a 7,25% tiveram pontuação positiva, pelo menos no segundo, terceiro ou quarto itens psicóticos, ao passo que 71% registaram uma pontuação positiva no item da epilepsia.

Como já foi referido, 11 dos 35 pacientes com perturbações mentais, cujos diagnósticos foram baseados nos resultados do inquérito individual, 5 foram diagnosticados como sofrendo de depressão nervosa e os outros eram hipocondríacos, uma neurose ansiosa, uma psicose paranóica, uma psicose afectiva, uma alucinação alcoólica e um «outros diagnósticos». Não foram detectados casos de histerismo,

psicose não especificada, epilepsia, perturbação paranóica da personalidade ou reacções prolongadas de depressão.

MOTIVOS DA CONSULTA

Cerca de 65% dos 251 pacientes seleccionados citaram um motivo para a sua presença na consulta, 22% 2 e 15% 3 ou mais.

A tabela 6 apresenta o número de motivos que leva os doentes a procurar os serviços médicos e relaciona-os com os diagnósticos da equipa de saúde na área da psiquiatria.

Estabelece também uma relação com a identificação de perturbações mentais pelo processo de teste. (Tabela 6 em anexo).

A tabela 6 demonstra que os doentes que apresentam maior número de sintomas (queixas) têm maior possibilidade de sofrer de qualquer problema mental. Para os doentes que apresentam 3 sintomas, essa possibilidade é de cerca de 1 em 3, e de 1 em 9 para os doentes que apresentam apenas um motivo para a sua presença na consulta. Os trabalhadores da saúde diagnosticam o maior número de doenças mentais em doentes que apresentam 2 ou mais sintomas de doença, ao passo que o processo de teste detecta mais perturbações mentais nos doentes mentais com 3 ou mais sintomas.

Na tabela 7 estão registados, pelo menos, 5% dos sintomas apresentados pelos doentes: dores abdominais, dores no tórax, dores de cabeça e dores nos braços ou pernas foram os sintomas mais apresentados por mais de 10% dos pacientes, nenhum doente apresentou directamente qualquer sintoma psíquico, tal como ansiedade, confusão, depressão, falta de motivação ou insónias. (Tabela 7 em anexo).

Os doentes diagnosticados pelos técnicos de saúde como sofrendo de perturbações mentais, apresentam, a maior parte das vezes, os seguintes sintomas:

Dores de cabeça, dores no corpo, dores abdominais, fraqueza, dores nas costas e nos membros superiores e inferiores, enquanto que os doentes psíquicos detectados através do teste se queixavam mais frequentemente de:

Dores de cabeça e dores torácicas e, raramente, de dores de cabeça e nos membros inferiores e superiores.

Observando a tabela 7, mostra claramente que as dores de cabeça e dores no corpo citadas pelos doentes, são indicadores de que estes pacientes poderão sofrer de perturbação mental.

Os sintomas padrão normalmente ditados pelos pacientes como principal motivo da sua ida à consulta, são os seguintes:

- Dores de cabeça conjuntamente com dores abdominais e fraqueza, por vezes anoraxia ou problemas ginecológicos e urinários;
- Dores de cabeça associadas a fraqueza e dores nos membros;
- Dores de cabeça associadas a dores torácicas e dores por todo o corpo e dores de cabeça associadas a outros sintomas.

Características socioeconómicas e culturais:

Um dos nossos critérios para a selecção da área do estudo foi a sua história durante a luta de libertação. Até 1973, parte da população vivia em áreas libertadas sob a égide do movimento de libertação, ao passo que as outras permaneciam sob o domínio português nos então chamados «aldeamentos» ou «aldeias protegidas».

Não foram encontradas diferenças significativas na percentagem de desordens mentais entre estes dois grupos. A comparação dos grupos com e sem perturbações mentais não revelou quaisquer características que possam ser citadas como desordens mentais. No seio da população islamita foram encontrados menos casos de perturbação mental do que entre os animitas. No grupo islamita sofrendo de perturbações mentais encontram-se, proporcionalmente, menos polígamos do que monógamos. Ainda que, de um modo geral, não tenha sido encontrada nenhuma relação significativa entre os casamentos mono e polígamos, ou entre casamentos cujos cônjuges pertencem a tribos diferentes e à existência de perturbações mentais. Os doentes com deficiências mentais vivem, muitas vezes, mais de 30 anos no mesmo lugar. Contudo, não constatámos nenhuma diferença nas recentes taxas de migração entre os dois grupos.

Factores tais como o índice de abortos ou mortalidade infantil não sofreram alteração (mulheres sem problemas mentais foram, muitas vezes, confrontadas com a morte de um ou mais filhos do que as mulheres sofrendo de perturbações mentais). Não foi, igualmente, verificada uma relação significativa entre o índice de perturbações mentais e a taxa de natalidade, duração da escolaridade, profissões, posse de campos de arroz ou falta de comida.

DISCUSSÃO

As nossas estimativas apresentam um índice significativo de morbidez (12%), verificado nas facilidades de saúde na nossa área de estudo na Guiné-Bissau. Os resultados oscilaram entre 10,6% e 17,7%, como tem sido verificado noutros países subdesenvolvidos (Harding et al., 1980).

As perturbações mentais mais frequentemente detectadas foram as neuroses (62,9%), de acordo com outros estudos efectuados noutros países do norte e sul do Atlântico (Harding et al., 1980; Ndetai e Nunhangi, 1979).

Contudo, constatámos mais psicoses do que noutros países. Talvez em consequência da falta de infra-estruturas de apoio à assistência mental. Além disso, como a maior parte dos trabalhadores da saúde não conhece este tipo de doença, a psicose raramente é reconhecida ou encaminhada para o serviço de saúde mental em Bissau. Isto poderá ser a principal razão pela qual este tipo de doentes pode ainda ser encontrado nos centros de saúde primária no sul da Guiné-Bissau. Sobretudo porque existe nesta região um elevado grau de passividade fazendo com que os doentes permaneçam, sem meios de assistência médica, nas suas aldeias.

O projecto governamental, neste domínio, é de assegurar que os trabalhadores da saúde desempenhem um papel importante na implementação dos cuidados básicos de saúde mental.

Os trabalhadores da saúde de base vivem próximo dos doentes e têm contacto com a sociedade local, tornando-se as pessoas mais adequadas para providenciar um mínimo de cuidados no domínio da saúde mental ao nível do projecto de saúde de base, sem sobrecarregar significativamente, sob o ponto de vista económico, o projecto. Os trabalhadores da saúde são orientados no sentido de levar a cabo este projecto.

De momento, os trabalhadores da saúde identificam apenas 1 em cada 3 doentes sofrendo de distúrbios mentais e em cada 100 doentes considerados não doentes mentais, são diagnosticados, erradamente, 12 doentes como sofrendo de doença psiquiátrica.

Podem ter acontecido que estes casos tenham escapado ao processo de investigação efectuado e correctamente diagnosticados pelos trabalhadores de saúde. Mas, seja qual for a interpretação correcta, a proporção para deixar escapar casos de perturbação mental é operacionalmente mais importante do que qualquer risco de sobreposição de diagnóstico.

De acordo com as experiências que adquirimos no meio, consideramos que a formação do pessoal da saúde deverá passar prioritariamente pela identificação da psicose, epilepsia e neurose.

Dos três tipos de doença referidos, o último é considerado prioritário, uma vez que é o tipo de perturbação mental mais frequentemente encontrado. Os trabalhadores da saúde deverão estar sensibilizados para o facto de certos sintomas — como se poderá constatar pelo nosso estudo — poderem ser uma pista a seguir no sentido de serem detectados problemas mentais, qualquer pressentimento de que alguma coisa não está certa ou de que o doente nos esconde qualquer coisa, deverá ser exaustivamente investigado.

Isto significa que o profissional de saúde, além de fazer o mais atentamente possível a triagem das doenças de ordem física, terá de estar atento aos factores sociopsiquiátricos e sintomas psiquiátricos e proceder clinicamente no sentido de detectar correctamente os problemas nos centros de saúde e hospitais.

Isto porque foi especialmente nestes estabelecimentos de saúde que se registaram maior número de casos de perturbação mental não detectados, enquanto que nos postos de saúde se verifica um número talvez exagerado de diagnósticos de problemas psíquicos, notando-se uma certa desatenção no que se refere aos problemas de ordem física.

A etapa seguinte tratava-se de estabelecer um programa de tratamento em estreita colaboração com a família e as pessoas mais influentes da aldeia. O tratamento incluiu a participação do curandeiro tradicional, solucionando problemas psico-sociais e outras actividades, no sentido de prevenir uma assistência médica adequada, evitar o consumo exagerado de medicamentos e garantir o tratamento de problemas psico-sociais latentes. Isto poderá evitar uma má utilização dos mecanismos de tratamento na primeira fase da doença e dar, em especial aos neuróticos, a possibilidade de se recuperarem dentro de um certo espaço de tempo.

CONCLUSÕES

A nossa primeira conclusão é que com uma formação adicional, os técnicos da saúde podem melhorar os resultados do seu trabalho, no que se refere à identificação e tratamento das doenças mentais.

Com um pequeno stock de medicamentos, a participação da comunidade e uma orientação e supervisão deste programa, é possível incluir os cuidados médico-psiquiátricos no programa de saúde de base, como será demonstrado num próximo artigo. Este projecto teve início em 1984 nos 4 sectores do sul da nossa área de estudo e foi difundido, progressivamente, por todas as regiões da Guiné-Bissau.

NOTAS

¹ E.g. para 3 estabelecimentos de saúde com os níveis de assistência a, b e c foram determinados os resultados de 252 testes através da fórmula seguinte:

$$\frac{a}{a + b + c} \times 252 \quad \frac{b}{a + b + c} \times 252; \quad e \quad \frac{c}{a + b + c} \times 252, \text{ respectivamente.}$$

² Ainda que à partida nenhum doente se tenha recusado a participar no estudo, alguns deles não tinham tempo ou estavam demasiado doentes para participar no processo de acompanhamento, ou seja, PSE, SVR, DAS.

³ Não houve diferenças significativas no número de doenças apresentado pelos 3 investigadores.

⁴ A investigação psiquiátrica distribuiu uma ficha pessoal de inquérito a 12 doentes, queixando-se de uma vasta variedade de problemas neuróticos, através dos quais se registaram, em média, 11,5 com uma classificação duvidosa de 7 pontos, um doente registando oito e os outros acima 10. Além disso, foram apuradas 12 pessoas sem qualquer problema mental digno de referência. Foi registada uma média de 3,5. Novamente um outro caso duvidoso marcando 7 pontos.

Estudos anteriores demonstram que o nível 7 é a classificação certa para determinar o ponto de separação.

Ainda que reconheçamos a utilidade do inquérito individual, como confirmação destes valores, consideramos o diagnóstico clínico como um método legítimo.

⁵ Destes 9 doentes apenas um teve uma pontuação positiva no primeiro e no último item psicológico, dois tiveram pontuações positivas no primeiro item psicológico e outros dois no último (todos em ficha individual de inquérito de 7 ou mais) e 4 doentes tiveram apenas uma pontuação não psicótica de 7 ou mais.

⁶ Um paciente sofrendo apenas de epilepsia não esteve na disposição de participar; e um dos 8 apresentou também um resultado positivo no primeiro item psicológico.

⁷ A nossa decisão de não considerarmos apenas os resultados do primeiro item psicológico, como suficiente para determinar um caso potencial a seguir, parece não ter tido qualquer influência nas estimativas mínimas de morbidez psiquiátrica, visto que a percentagem destes doentes em cada 4 divisões da tabela 5 diferem muito pouco.

Em conformidade com o DAF e HSR um caso — 9%; de acordo com ambos, nenhum caso — 15%; de acordo com o caso DAF e não com HSR — 12% e de acordo com HSR um caso e não para DAF — 16%.

⁸ No sector I, que não dispõe de hospital, a morbidez psiquiátrica era mais elevada nos respectivos centros de saúde do que nos centros dos restantes sectores: 8,3% de casos confirmados e 18,3% incluindo casos potenciais.

⁹ Participaram neste estudo, como trabalhadores da saúde, 3 médicos holandeses. A sua sensibilidade de diagnóstico foi apenas ligeiramente melhor do que a dos seus colegas guineenses, ou seja, 35,7% contra 28,6%.

A especificidade de diagnóstico dos trabalhadores de saúde holandeses e guineenses foi de 87,1% e 88,7%, respectivamente. Nos postos, centros de saúde e hospitais a sensibilidade e especificidade dos diagnósticos foi, respectivamente, 100/72,4%; 23,1/96,0% e 26,3/86,4%.

REFERÊNCIAS

- DILLING, H., WEYERER, S., ENDERS, I. (1978), Patienten mit psychischen Störungen in der Allgemeinpraxis und ihre psychiatrische Überweisungsbedürftigkeit. *Monograph Gesamtgeb Psychiatrie*, 17, 135-60.
- DORMAAR, M., VAN LUYCK, J. N., GIEL, R. (1974), Doenças psiquiátricas em contrastes de dois grupos de doentes externos etiopes. *Psiquiatria social*, 9, 155-61.
- GIEL, R., VAN LUYCK, J. N. (1969), Morbidez psiquiátrica numa pequena cidade etiope. *Jornal Britânico de Psiquiatria*, 115, 149-62.
- GIEL, R. (1972), Psychiatrie in de praktijk van de huisarts. *Huisarts en wetenschap*, 15, 203-09.
- GOLDBERG, D. P., BLACKWELL, B. (1970), Doenças psiquiátricas na prática. Um estudo detalhado utilizando um método novo de identificação da doença. *Jornal Britânico de medicina*, ii, 439-43.
- GOLDBERG, D. P. (1974), Distúrbios psiquiátricos («progressos no teste de doenças»). *Lancet*, ii, 1245-47.
- HARDING, T. W. (1973), A detecção da doença psiquiátrica através de inquérito. *West Indian Medical Journal*, 22, 190-91.
- HARDING, T. W., DE ARANGO, M. V., BALTAZAR, J., CLIMENT, C. E.; IBRAHIM, H. H. A., LADRIDO-IGNACIO, L., SRINIVASA-MURTHY, R., WIG, N. N. (1980), Doenças mentais nos cuidados primários de saúde: um estudo da sua frequência e diagnósticos em 4 países subdesenvolvidos. *Psychological medicine*, 10, 231-41.

- HOEPER, E. W. (1979), Observações sobre o impacto dos distúrbios psiquiátricos nos cuidados primários de saúde. *Nos serviços de saúde mental nos cuidados gerais de saúde*. Academia Nacional de Ciências de Washington D.C.
- JONG DE, J. T. V. M. (1983), Descrição do projecto do centro de reabilitação mental de Brá. *Publicações do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais*, Bissau.
- MARKS, J. N.; GOLDBERG, D. P.; HILLIER, V. P. (1979), Habilitações determinantes do médico de clínica geral para determinar as doenças psiquiátricas. *Psicologia medica*. 9, 337-53.
- JONG DE, J. T. V. M. (1983), Proposta de um programa de saúde mental no quadro do plano quadrienal 1983-1987. *Publicações do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais*, Bissau.
- MBANEFO, S. E. (1971), O clínico geral e a psiquiatria. *Em psiquiatria e assistência mental na prática*, pp. 45-49. Universidade de Ibadan, Ibadan.
- NDETEI, D. M., MUHANGI, J. (1979), O predomínio e apresentação clínica da doença psiquiátrica no meio rural no Kenya. *Jornal Britânico de psiquiatria*. 135, 269-72.
- SHEPERD, M., COOPER, B., BROWN, A. C., KALTON, C. (1966), *Doenças mentais na prática comum*. Oxford University Press, Oxford.

TABELA 1

Características sociodemográficas da Guiné-Bissau, a região de Quinará e Tombali e a filtragem da população.

Características	Guiné-Bissau	Quinará e Tombali	Filtragem da população
<i>População:</i>			
Número de habitantes	850 000	96 500	251
Número de habitantes por km ²	21	13	—
Índice de natalidade por 100 habitantes	42	46	—
Índice de mortalidade por 1000 habitantes	21	15	—
<i>Migração</i>			
Nascidos na região	55,5%	46,0%	23,5%
Nascidos algures na Guiné-Bissau	43,0%	52,0%	76,5%
Nascidos no estrangeiro	1,3%	2,0%	—
<i>Língua</i>			
Étnica	50,0%	47,0%	35,5%
Crioulo	50,0%	53,0%	64,5%
<i>Educação</i>			
Analfabetos	90,0%	91,0%	74,0%
Escola primária (1-6 anos de ensino)	11,5%	10,5%	24,2%
Escola secundária (7 ou mais anos)	0,8%	0,1%	1,8%
<i>Tipos de actividades</i>			
Agricultura	80,1%	87,3%	80,9%
Administração/gestão	2,2%	0,6%	8,6%
Comércio	2,1%	1,6%	1,2%
Outros (transportes, ciência, técnica, serviços)	15,3%	10,4%	9,1%
<i>Grupos étnicos</i>			
Balantas	27,1%	48,6%	37,1%
Manjacos	10,6%	2,7%	5,2%
Papéis	10,0%	4,9%	7,6%
Outros animistas (Bijagó, Mancanha)	5,8%	3,8%	4,4%

<i>Total de animistas</i>	22,9%	60,0%	54,3%
Fulas	22,9%	9,2%	4,4%
Mandingas	12,2%	3,7%	2,8%
Beafadas	3,2%	18,7%	23,1%
Outros Muçulmanos (Nalu, Sostas)	1,3%	6,2%	3,2%
Total de Muçulmanos	39,6%	37,8%	33,5%
Outros/não conhecidos	6,9%	2,3%	12,2%

TABELA 2

A frequência dos distúrbios mentais entre adultos assistidos em dezasseis estabelecimentos de saúde de base, segundo o processo de filtragem.

Número total de pacientes apurados	251	(100,0%)
«Casos potenciais» identificados posteriormente como casos definitivos	21	(8,4%)
Estimativa de casos adicionais não detectados no primeiro estágio de selecção *	9	(3,6%)
Estimativa mínima do número de doentes com problemas mentais	30	(12,0%)

* Na base de .5 vezes a frequência de distúrbios mentais em 10% da amostragem.

TABELA 3

Diagnóstico de distúrbios mentais verificados pelos cuidados primários de saúde: dos 57 doentes acompanhados e identificados através da ficha individual de inquérito como «possíveis» ou casos «definitivos».

	«possíveis» (%)	«definitivos» (%)	«pos + def» (%)	Harding et al., 1980
Neuroses depressivas	(300,4) 4 (33,3)	12 (52,2)	16 (45,7)	48,6%
Histeria	(300,1) — (8,3)	3 (17,4)	3 (14,3)	8,3%
Hipocondríase	(300,7) 1	1	2	
Ansiedade nervosa	(300,0) — (0,0)	1 (4,3)	1 (2,9)	30,9%
Psicose não identificada	(298,9) 4	—	4	
Psicogénico paranóia psíquica	(298,4) — (33,3)	1 (4,3)	1 (14,3)	3,1%
Esquizofrenia	(295) —	—	—	
Psicose afectiva	(296) — (0,0)	1 (4,3)	1 (2,9)	1,7%
Reacção depressiva prolongada	(309,1) —	1	1 (20,0)	7,3%
Paranóia da perturbação da personalidade	(301,0) 1 (25,0)	— (17,4)	1 (20,0)	7,3%
Alucinação alcoólica	(291,3) —	1	1	
Epilepsia convulsiva generalizada	(345,1) —	2	2	
Outros	2	—	2	
Total	12 (100,0)	23 (100,0)	35 (100,0)	100,0%

TABELA 4

Resultados dos diagnósticos efectuados pelos profissionais da saúde (HSR).

	abs.	(%)
Problemas de saúde física	182	(72,5)
Problemas de saúde física e mental	19	(7,6)
Problemas de saúde mental	17	(6,8)
Sem problemas	31	(12,4)
Sem interesse para o estudo	2	(0,8)
Total	251	(100,0)

TABELA 5

Comparação dos resultados dos diagnósticos apresentados pelos trabalhadores da saúde (HSR) e a identificação de distúrbios mentais detectados pelo processo de filtragem (PSE, DAF).

Detecção pelo processo de filtragem (PSE, DAF)	Resultados de diagnósticos dos trabalhadores da saúde com perp. mental sem pertinenti		Total
Casos pos. ou neg.	11 (31,4%)	24 (68,6%)	35 (100,0%)
Casos negativos	25 (11,6%)	191 (88,4%)	216 (100,0%)
Total	36 (14,3%)	215 (85,7%)	251 (100,0%)

TABELA 6

Relação entre os sintomas apresentados na consulta, os resultados do diagnóstico dos trabalhadores da saúde (HSR) e a identificação de perturbações mentais através do processo de filtragem (PSE, DAF): na percentagem horizontal.

N.º de sintomas citados na consulta (N = 100%)	Resultados dos diagnósticos dos trabalhadores da saúde casos positivos abs. (%)	Casos positivos detectados através do processo de filtragem abs. (%)
1 (164)	19 (11,6)	19 (11,6)
2 (55)	11 (20,0)	8 (14,5)
3 (29)	6 (20,7)	8 (27,6)
Total (251)	36 (14,3)	35 (13,9)

TABELA 7

Sintomas citados na consulta registados em pelo menos 5% dos doentes, em relação aos diagnósticos feitos pelos profissionais da saúde (HSR/e a detecção de distúrbios mentais pelo processo de filtragem (PSE, DAF).

Motivos da consulta *	N.º de sintomas dos doentes registados (N=251=100%)	% de doentes com problemas mentais diagnosticados pelos (HSR) (N=36=100%)	% dos doentes identificados através do processo de filtragem (N=35=100%)
	Abs. (%)		
Dores abdominais	55 (21,9)	19,4	17,1
Dores no tórax	48 (19,1)	8,3	17,1
Dores de cabeça	36 (14,3)	22,2	28,6
Dores de braços/pernas	36 (11,2)	11,1	5,7
Debilidade	24 (9,6)	16,7	11,4
Dores gerais no corpo	23 (9,2)	19,4	22,9
Dores nas costas	22 (8,8)	13,9	8,6
Olhos (vista cansada)	17 (6,8)	8,3	2,9
Pós-parto			
Puencultura	17 (6,8)	5,6	5,7

* Febre, diarreia, pediatria, dentista, genito-urinária, traumatismos localizados, tosse, asma e ouvidos foram os sintomas registados em pelo menos 1% dos doentes recenseados. Excepto para dores de braços e/ou pernas dores gerais no corpo e olhos, os sintomas apresentados por, pelo menos, 5% dos nossos doentes foram também mencionados por, pelo menos, 5% dos doentes noutros países subdesenvolvidos (Harding et al., 1980). Embora três sintomas fossem os mais comuns noutros países (vertigens, 5,5%; frio/gripe, 4,1%; planeamento familiar, 3,3%); estes foram registados como menos de 1% no nosso estudo.

A FORMAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (*)

JOSÉ FILIPE FONSECA, Engenheiro Agrónomo,
técnico do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas
e colaborador do INEP

Não restam dúvidas de que um factor essencial e constante do desenvolvimento do mundo rural, são os recursos humanos de que o País dispõe e pode dispor.

É uma verdade simples. Mas é tão simples que, se não for levada suficientemente em conta, todo o futuro estará irremediavelmente comprometido. Nós temos razões para estarmos preocupados.

Dos objectivos gerais e específicos da Agricultura e da política e estratégia de desenvolvimento rural dependerá, muito naturalmente, a concepção e o sistema de formação a serem instituídos.

Falaremos das experiências que temos acumulado e do que tem sido a nossa reflexão sobre este domínio.

Consideramos a assistência técnica estrangeira como recursos humanos da nossa Agricultura e do nosso Departamento rural. Para que ela contribua inequivocamente para o desenvolvimento económico e social deste País, ela tem que ter claramente o seu eixo principal na transmissão de conhecimentos e capacidades.

(*) Apresentado pela primeira vez nas consultas sectoriais sobre agricultura e pescas, Bissau, Maio de 1987.

OS RECURSOS HUMANOS — BREVE CARACTERIZAÇÃO

Os camponeses

São os recursos humanos mais importantes da Guiné-Bissau. Constituem mais de 80% da população e produzem quase todos os nossos alimentos e as nossas culturas de exportação.

Os jovens constituem a maioria da população. O grupo de 0-15 anos representa 41,3% e 15-16 53,5%. A população com mais de 65 anos é estimada em 5,2%. O ratio homem/mulher é de 87 100.

A pesada maioria dos utilizadores de terra é analfabeta.

O seu saber, sólido no interior dos seus limites, é, sobretudo, o que lhes foi sendo transmitido através das gerações, em contacto com determinadas condições naturais de produção.

Reagindo às mudanças do ambiente histórico e económico envolvente, os produtores guineenses foram-se abrindo ou fechando, mantendo-se no essencial num sistema de subsistência.

Essas «aberturas» permitiram-lhes «absorver» certos conhecimentos e instrumentos de produção «externos» limitados.

Mas a sociedade camponesa da Guiné-Bissau está a transformar-se, mesmo que a forma possa sugerir o contrário. O processo de transformação das estruturas de produção e das mentalidades, com todas as suas contradições, é, também no nosso País, irreversível.

O camponês da Guiné-Bissau é produtor de plantas, é criador de gado e é artesão ao mesmo tempo. No entanto há predominância de certas actividades em certos grupos ou regiões, como por exemplo, o cultivo do arroz no litoral em detrimento da criação de gado. A divisão de trabalho no interior de cada grupo obedece a critérios sociais que são específicos para esse grupo.

As técnicas culturais e de criação de gado e os meios de produção têm sofrido uma evolução relativamente lenta.

Há uma aceleração da evolução com as acções dos projectos. A influência das condições naturais continua a ser determinante para a produção.

Em ano normal, o camponês é, em geral, autosuficiente. O desenvolvimento deve consolidar e reforçar essa situação.

Os ponteiros cultivam aproximadamente 3% das terras do País, em cultivo. As pontas situam-se sobretudo perto das cidades e ao longo dos grandes eixos de comunicação.

Utilizam quase sistematicamente o tractor, as motobombas e assalariados, num sistema de produção privada capitalista. No entanto, as características de produção não podem ser consideradas modernas. Interessam-se sobretudo por culturas industriais e de exportação.

OS QUADROS NACIONAIS

O sector conta actualmente com:

- 66 quadros superiores
- 90 quadros médios
- 59 quadros profissionais

Dispõe ainda de:

- cerca de 600 vulgarizadores
- 194 auxiliares e práticos da pecuária
- 95 guardas florestais

Dos quadros superiores:

- 39 têm uma formação de produção agrícola
- 4 têm uma formação de máquinas
- 5 são economistas ou agro-economistas
- 1 é pedólogo
- 16 são médicos-veterinários ou zoetécnicos

Nenhum tem formação em silvicultura

Dos quadros médios:

- 71 são de formação agrícola
- 18 de formação num ramo de produção animal
- 1 pertence ao ramo das florestas

Quanto aos quadros profissionais, mais de metade tem formação em máquinas agrícolas.

Salvo algumas excepções, os quadros nacionais não são especializados.

A grande maioria (9/10) tem menos de 10 anos de experiência; 30% têm 5 ou mais anos de experiência. Existe assim no País experiência e conhecimentos acumulados.

A proporção quadros profissionais: médios: superiores não obedece a nenhum critério ou estratégia.

Fruto do acaso e resultado da ausência de planificação e falta de capacidade de formação do País, é um problema, cuja acuidade aumenta de dia para dia.

O número de quadros superiores, nacionais e estrangeiros, poderá não ser suficiente. Mas é um número razoável.

Pelo contrário, o número de quadros médios e profissionais é insuficiente em relação às necessidades absolutas do País (medidas em volume de actividades actuais e perspectivas futuras) e em relação ao número de quadros superiores. Que tem, entre outras, a consequência de estes terem que se ocupar, com desvantagem, de tarefas

que caberiam a outros quadros de formação mais apropriada, afastando-se de tarefas que, em princípio, lhes são próprias.

Não hesitamos em afirmar que, em média, o aproveitamento do quadro agrícola guineense é inferior às necessidades do País e às próprias potencialidades do quadro.

Devemos, ao tratar deste assunto, distinguir entre os quadros superiores e médios e os quadros profissionais e enquadradores. Dois factores influem neste problema: a formação por um lado e o complexo constituído pelas condições de trabalho e de vida e os estímulos. Se este último factor influi de igual maneira nos dois grupos, o peso da formação é mais importante no segundo do que no primeiro, pelas condições em que ela actualmente é feita.

Falaremos da formação no capítulo próprio.

Atacaremos de frente o segundo factor em que a gestão dos recursos humanos ocupa lugar de relevo. Primeiro, porque os quadros são formados para servirem para o desenvolvimento; seguidamente porque a gestão condiciona o aproveitamento que se vai ter de cada quadro e a utilização racional do conjunto de quadros.

As condições institucionais e de organização, de definição de tarefas e responsabilização, de estímulo profissional, moral e material actuais carecem de melhorias profundas, indispensáveis para que os quadros produzam cada vez mais e com melhor qualidade. Elas têm também uma influência capital na incitação à aprendizagem constante.

Estamos conscientes de que não estamos a exagerar, quando dizemos que há hoje indícios de frustração de bom número de quadros, como consequência das condições em que eles vivem e trabalham. De nada nos vale não ver a realidade.

Todos sabemos que a frustração de quadros conduz em linha recta e sempre à seguinte situação: falta de iniciativa, menor produtividade, nível técnico de execução mais baixo, nenhuma aprendizagem. E sobretudo à drenagem de cérebros. O que é sempre uma catástrofe nacional.

E hoje, desde hoje, que se deve prestar toda a atenção a este assunto. Porque as condições estão a amadurecer para tal. Com um dos elementos principais da drenagem é a força da gravidade, então drenar-se-ão primeiro e sobretudo os cérebros maiores e mais pesados.

OS QUADROS ESTRANGEIROS

Os quadros estrangeiros constituem ao lado dos produtores e quadros nacionais, outro grande grupo de recursos humanos da nossa Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Voltaremos a eles no capítulo da Assistência Técnica.

A FORMAÇÃO AGRÍCOLA

A formação de quadros

Os quadros superiores, médios e profissionais são todos formados em escolas no estrangeiro.

No País são formados pelos Programas e Projectos de Desenvolvimento e outras estruturas do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas (MDRP), os vulgarizadores e outros quadros de base.

A característica mais saliente da formação de quadros agrícolas é a inexistência de uma Escola Agrícola, de nível nacional. Esta situação compromete não só os sucessos já alcançados, como e sobretudo o próprio desenvolvimento futuro.

Os quadros superiores terão, por razões óbvias, que continuar a ser formados em diferentes Universidades estrangeiras. É certo que concepções de desenvolvimento agrícola e rural, condições de clima, solo, culturas e criação de animais são quase sem excepção diferentes das nossas.

Mas, sendo a formação superior mais universal, um bom enquadramento limita ou faz desaparecer esses efeitos negativos.

Em relação aos quadros médios, quadros de execução, os estudos no estrangeiro e em países tão diversos coloca já maiores problemas. O problema torna-se mais sério e mais grave quando se trata de quadros profissionais.

Mesmo que alguns estabelecimentos de ensino em que são formados os quadros profissionais estejam virados para a agricultura tropical, a formação conterà várias lacunas. A formação profissional é essencialmente prática e os estabelecimentos de ensino estrangeiros não possuem conhecimentos e experiências específicas da Guiné-Bissau e os complexos problemas com que o país está confrontado.

Os vulgarizadores e outros quadros de base receberam a sua formação nos seguintes locais:

- Centro de Formação de Extensionistas Rurais de Bachile (Zona I). Em cursos de duração de 1 ano, foram formados até agora 117 extensionistas. Actualmente são admitidos alunos habilitados com a 9.^a classe. A partir de 1987 a formação é feita no Centro de Formação situado em Bula.
- Centro de Formação de Fa-Mandinga (Zona II). A duração dos cursos é de 3 semanas e beneficiaram até ao momento cerca de 400 pessoas. Até 1984 foram admitidos alunos com a 6.^a classe; a partir dessa data, alunos com a 9.^a classe.
- Centros de Formação do Departamento de Pesquisa Agrícola no Centro Nacional de Experimentação e Multiplicação de Sementes de Contuboel e na Estação Experimental de Caboxanque (Tombali). 70 alunos receberam aqui formação de 2 meses. A condição de entrada é a 6.^a classe.
- Outras regiões e Departamentos do MDRP. De realçar a formação do Departamento de Protecção Vegetal.

Os cursos de Vulgarização têm como tema comum a animação nas tabancas e a produção agrícola. Com excepção de um curso de reciclagem para 18 guardas florestais em Bechilo, e de ligeira formação na Direcção dos Serviços Pecuários, não tem havido actividades de formação no domínio da Pecuária e das Florestas.

Estas possibilidades de formação, resultado de muito esforço por parte das Zonas, Departamentos, programas e projectos, permitiram fazer face a situações de emergência e lançaram ao mesmo tempo as bases para aquilo que é hoje a função mais importante do MDRP, a vulgarização.

Contudo, é nosso dever reconhecer que é um sistema largamente insuficiente:

- não existe uma perspectiva nacional: os quadros são formados de acordo com a concepção, necessidades e capacidades de cada projecto;
- a formação é limitada praticamente à produção agrícola;
- o nível de conhecimentos adquiridos já não corresponde às necessidades de desenvolvimento do país;
- há uma enorme penúria de quadros decentes com o nível necessário;
- o número de quadros formados é reduzido.

As actividades de formação em direcção aos quadros já formados são as seguintes:

a) Seminários e encontros de quadros no País.

Por várias ocasiões foram realizados seminários e encontros de técnicos no País organizados pelo MDRP. Foram debatidos complexos de temas como por exemplo o desenvolvimento rural integrado, a produção de sementes, a fertilização de solos, a irrigação, a protecção vegetal, a pesquisa, a vulgarização, etc. Realizados sob uma óptica eminentemente prática, constituíram ocasião para reflectir sobre alguns dos problemas essenciais da Agricultura e do Desenvolvimento Rural guineenses. Têm permitido conhecer a realidade do País, nos seus diversos quadrantes. O nível dos seminários, incluindo o nível teórico dos trabalhos apresentados, tem aumentado de ano para ano. É das mais importantes actividades do processo de aprendizagem contínua dos trabalhos.

b) Seminários e estágios de curta e média duração no estrangeiro.

Já exercendo actividades em estruturas do MDRP, um grande número de quadros tem participado em seminários e cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em geral esses cursos têm sido de grande utilidade. Têm permitido aos quadros guineenses adquirir conhecimentos específicos sobre assuntos que interessam ao País, o que de outra maneira seria quase impossível obter.

c) Formação pela assistência técnica.

Uma das possibilidades de formação é constituída pela Assistência Técnica. Mais tarde, abordaremos de novo o assunto.

d) Utilização de informação científica e técnica.

Esta componente da formação contínua dos quadros tem enfrentado problemas com a falta de livros e revistas técnicas e científicas.

Não existem bibliotecas especializadas.

O Centro de Documentação e Divulgação Agrícolas do MDRP (DDA) está mal equipado e abastecido.

A reorganização do Centro de Documentação e o fornecimento de meios de funcionamento mínimos e de material de informação científica e técnica (publicações periódicas e ocasionais) reforçarão o sistema global de aprendizagem dos quadros.

Os objectivos do Centro são não só pôr em funcionamento uma biblioteca, como utilizar vários outros meios para a difusão de informação especializada no seio dos quadros e do mundo rural.

Alguns Departamentos e Zonas têm feito um grande esforço, constituindo as suas próprias bibliotecas. É encorajante. A maior dificuldade com que estas pequenas bibliotecas se deparam é precisamente a obtenção de livros e revistas.

Formação de camponeses

Os camponeses são o principal factor do aumento das produções. Para que eles o façam continuamente são necessários novos conhecimentos, adaptados a eles e às condições em que trabalham.

As Zonas e projectos têm integrado nas suas actividades a formação dos camponeses. É este o objecto principal da vulgarização. Os formadores dos camponeses são os vulgarizadores.

Uma limitação importante da formação dos camponeses é o analfabetismo da grande maioria.

Os projectos de desenvolvimento rural, com a participação do Ministério da Educação, Cultura e Desportos, têm tido acções de alfabetização funcional (existindo inclusive a utilização de uma língua nacional, o fula, no Leste). Mas o analfabetismo sobretudo dos jovens é um pano de fundo sempre presente o que representa um estrangulamento importante à elevação do nível de conhecimentos a transmitir.

Os principais temas de vulgarização são: as técnicas de cultivo, produção e utilização de sementes melhoradas, identificação de pragas e doenças das culturas, gestão do crédito, utilização de adubos, etc. Nos domínios pecuário e florestal tem havido unicamente uma ou outra acção, como consequência de falta de modos e do seu menor desenvolvimento.

Visitas organizadas aos países vizinhos têm permitido a grupos de camponeses tomar contacto com realidades mais evoluídas, mas perfeitamente assimiláveis.

Com objectivos bem definidos, bem organizados e bem orientados, essas visitas têm sensibilizado os camponeses para novas técnicas e novos meios de produção, assim como novas formas de organização.

Nas condições do nosso campo, sente-se a falta de um elemento de formação primordial que seria a rádio rural, virada para os problemas específicos de cada região e sistemas de cultura e de produção.

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Papel de assistência técnica

Tema espinhoso, pela carga de subjectivismo com que a sua abordagem é sempre acompanhada. Mas tema dos mais importantes.

Não se pode negar a importância da assistência técnica. Queremos desde já afirmar que o País não poderia nesta fase, dispensá-la pura e simplesmente. Deve-se realçar inequivocamente o seu contributo para o desenvolvimento rural do País.

A função principal e quase única da assistência técnica é a formação. Formação em sentido lato, mas nem por isso sem conteúdo concreto e verificável.

Esta função foi cumprida em vários casos, mas nem sempre tem transparecido com clareza das tarefas de cooperante e dos resultados do seu trabalho.

É evidente que há situações e aqui referimo-nos quase exclusivamente às consultorias de curta duração ou certos estudos em que a função de formação pode passar para um plano inferior e não ser enfatizado.

O número de peritos estrangeiros é sujeito a uma grande variação de ano para ano e ao longo do mesmo ano. Esse número actualmente é de cerca de 60. Acrescentado aos 66 quadros superiores guineenses chega-se a um número impressionante.

Não se têm posto graves problemas, em geral, quanto ao nível de formação dos cooperantes, embora ele seja muito heterogéneo.

Já no respeitante à sua experiência existem lacunas: números de anos de experiência, conhecimentos gerais sobre os problemas do País, actividades anteriores em situações semelhantes à do País, do ponto de vista técnico, de condições de trabalho e de vida, etc.

Assim, as tarefas de formação não poderão ser cumpridas se o nível de formação (especialização . . .) e de experiência do cooperante foi inferior ao do quadro nacional de quem é homólogo.

A inexistência de uma estratégia e de estruturas e condições institucionais apropriadas a nível sectorial e dos projectos condiciona negativamente a planificação, o recrutamento, a utilização e a avaliação da assistência técnica estrangeira.

O número de cooperantes é determinado para cada projecto, não levando em conta outros cooperantes que já se encontram no País, em projectos similares, muitas vezes na mesma área geográfica. Igualmente a rápida evolução que se está a processar no domínio dos quadros nacionais (número, nível técnico, experiência) não tem tido o devido reflexo na contratação de peritos estrangeiros, globalmente e para cada caso. Uma grande percentagem do financiamento dos projectos é destinada à assistência técnica.

A assistência técnica, quando desproporcionada com as necessidades do País e o perfil desejado provoca, pelo menos, os seguintes efeitos indesejáveis:

- os custos são elevados e a compensação em termos de rendimento não é garantida;
- produz-se um efeito de inibição nos quadros nacionais, que se desmotivam em consequência;
- produz-se uma desmotivação dos próprios peritos estrangeiros;
- a organização, a gestão e a execução dos projectos e dos planos sectoriais tornam-se mais difíceis e defeituosos.

Recrutamento da assistência técnica

A correcta e racional utilização da assistência técnica começa com o seu recrutamento. Este não tem obedecido a uma planificação ao nível do sector. Não existem neste momento, directivas, normas e critérios estabelecidos pelo Governo e aplicáveis a todos os casos.

Nestas condições, o recrutamento da assistência técnica estrangeira efectua-se inteiramente segundo os procedimentos dos organismos de financiamento ou de execução. A totalidade dos cooperantes exercendo actualmente actividades no MDRP foi recrutada através dos projectos.

A situação tem melhorado. Contudo, subsistem carências, algumas das quais graves: nem sempre existem termos de referência; muitos termos de referência não são do conhecimento do Ministério ou são formulados de maneira insuficiente; a influência do Ministério nas decisões é ainda insuficiente; as possibilidades de escolha, por parte do Governo são limitadas, pelo número reduzido de candidaturas propostas (quase sempre uma só de cada vez) e, como consequência, o período de recrutamento alonga-se demasiado.

A utilização da assistência técnica

Não estando sujeita a uma estratégia sectorial, a utilização da assistência técnica estrangeira faz-se em função dos organismos de financiamento e de execução e das estruturas do MDRP em que ela existe.

Na dependência das características destas duas componentes, variam o grau e a qualidade de utilização dos quadros estrangeiros.

A utilização óptima da assistência técnica no sector da Agricultura e desenvolvimento rural sofre das carências mencionadas em complexo mais acima. Algumas condições essenciais para a melhoria da situação são:

- i) as tarefas do cooperante têm que estar claramente definidas nos termos de referência e o seu cumprimento ser verificável.
- ii) mesmo quando, a título excepcional, o quadro estrangeiro tiver que exercer funções de direcção ou outras a apreciação do seu trabalho continuará a ser feita sob a óptica da formação de quadros nacionais.
- iii) em geral, salvo casos pontuais bem definidos, só deve haver assistência técnica quando as possibilidades de transmissão de conhecimentos estiverem presentes, nomeadamente a existência de quadros nacionais com capacidade e funções permitindo a absorção desses conhecimentos.
- iv) enquadrado em actividades de desenvolvimento, o perito deverá desenvolver e aplicar métodos e meios que estejam em conformidade com a possibilidade de acompanhamento e assinalação não só dos quadros nacionais como dos produtores directamente concernentes.
- v) deve-se preocupar menos com os resultados imediatos e mais com a criação de condições duradouras de prosseguimento dos programas.

- vi) no momento da chegada do perito devem estar criadas as condições de vida e de trabalho mínimas, contribuindo desta maneira para a redução do período, muitas vezes longo, de instalação, adaptação e aprendizagem da realidade.
- vii) com a melhoria das condições institucionais, a assistência técnica deverá estar submetida a dupla coordenação do Ministério e suas estruturas e do organismo de financiamento ou de execução.

RESUMO E CONCLUSÕES

1. A inexistência de uma Escola Agrícola Profissional no País é a característica mais importante da formação agrícola. O projecto de criação de uma tal Escola, apresentado na Mesa-Redonda de 1984 não conseguiu captar o interesse dos organismos de financiamento. A perpetuar-se, compromete-se as perspectivas do desenvolvimento.
2. Há uma distorção total da situação dos quadros vista sob o ângulo da proporção entre os diferentes níveis. Há uma insuficiência absoluta de quadros profissionais. A formação dos vulgarizadores tem sido uma tarefa do mérito, mas não tem uma perspectiva nacional. A solução para este problema e a elevação do nível de formação é indubitavelmente a criação de uma Escola Agrícola. Esta deverá formar quadros técnicos de base da agricultura, pecuária e florestas (condição de admissão: 9.^a classe) para exercerem actividades como agentes de desenvolvimento e nas empresas privadas.
3. Há uma relação directa entre a formação de quadros e a gestão dos recursos humanos. Carências institucionais, mas também problemas relacionados com as condições de vida e de trabalho e estímulos de diversa ordem, afectam negativamente o rendimento e a aprendizagem dos quadros. Medidas de largo alcance devem ser tomadas, com urgência, no domínio institucional em que uma estrutura de gestão ocupará lugar central; seria bastante perigoso não abordar de frente essa questão.
4. A formação permanente e a incitação dos quadros à aprendizagem reveste-se de uma importância primordial. Várias possibilidades têm sido utilizadas e o nível tem aumentado continuamente.
A falta de informação técnica e científica, como resultado das dificuldades de funcionamento do centro de documentação do Ministério e das bibliotecas nas regiões. Um reforço em equipamento e material informativo é importante.
5. Sem a transmissão de novos conhecimentos aos camponeses não há desenvolvimento. Esta formação é tarefa da vulgarização que é a função principal do MDRP no mundo rural. Falhas na formação dos vulgarizadores, tanto no perfil e nível como no número repercutem-se na formação dos camponeses.
6. O analfabetismo é uma limitação importante da formação de camponeses. A sua eliminação progressiva não em grandes campanhas e em primeiro lugar, nos jovens, assim como a orientação da educação de base para problemas concretos da população são feitas com vantagens no quadro dos projectos do desenvolvimento rural integrado.

7. Um meio poderoso de informação e formação dos camponeses, nas nossas condições, é a rádio rural. A criação desta, voltada para os problemas específicos de cada região e cada sistema de cultura e de produção é uma necessidade imediata.
8. Trabalham na agricultura e no desenvolvimento rural cerca de 60 quadros cooperantes. O seu contributo é importante.
Não se pode afirmar que a utilização actual da assistência técnica estrangeira seja a mais correcta e racional. A razão principal está na ausência de estruturas de coordenação. Sendo desproporcionada, ela acarreta custos enormes ao País, inibe a participação e aprendizagem dos quadros nacionais e não é eficaz. Medidas profundas deverão ser tomadas, sobretudo no domínio institucional.
9. A função principal e quase única dos quadros estrangeiros é a transmissão de conhecimentos (salvaguardando os casos especiais). Não existindo as condições para tal não é justificada a assistência técnica.

«A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA INFORMAÇÃO E SUAS PARTICULARIDADES EM ÁFRICA

Por CARLOS CARDOSO (*)

O trabalho que segue é baseado numa intervenção do autor no encontro de quadros ligados aos sectores da documentação e informação jurídica dos países africanos de língua oficial portuguesa, que teve lugar em Bissau em Novembro de 1985. Esse encontro foi realizado graças à iniciativa do Ministério da Justiça com o apoio do INEP e enquadra-se nas actividades da Sub-Comissão dos «Cinco» para o Direito, Justiça e Administração.

INTRODUÇÃO

Antes de abordar a importância crescente da Informação bem como as suas particularidades em África, convém esclarecer de que tipo de Informação se trata no nosso caso concreto, quer dizer, qual deve ser o carácter da Informação que interessa aos bibliotecários e arquivistas.

Se tentássemos estabelecer uma tipologia a partir dessas diferentes características, podíamos distinguir três tipos de Informação:

(*) Carlos Cardoso é licenciado em Filosofia pela Universidade Friederich Schiller de Jena (RDA) e coordenador do Centro de Estudos de História Contemporânea, do INEP, desde 1984.

1. *Informação jornalística*: Neste tipo de Informação há uma descrição dos fenómenos tais como eles aconteceram, sem se interessar com a explicação da relação entre eles. Exemplo: «seis mil mortos e cerca de 350 mil desalojados é o resultado do sismo que assolou a cidade do México no passado dia 19 de Setembro».

2. *Informação para-científica*: Esta informação embora não constituindo nenhuma afirmação quando tomada sozinha pode, no entanto, representar um dado bastante importante para uma investigação científica. As peças dum arquivo, por ex. uma carta do rei D. João II, de Portugal, podem ser o exemplo deste tipo de informação que é muito utilizada nos estudos históricos.

3. *Informação científica*: Aqui o conteúdo da informação é constituído a partir de uma afirmação que relaciona vários fenómenos entre si, sejam eles naturais ou sociais. Por exemplo: «a irritabilidade é a capacidade que qualquer organismo vivo tem de reagir a um estímulo proveniente do seu meio exterior». Este tipo de informação encontra-se codificado, nomeadamente impresso em livros que constituem um dos suportes das Bibliotecas.

É sobre estes dois últimos tipos de informação que iremos discutir na exposição que se segue.

É importante ainda sublinhar que embora tivéssemos estabelecido esta tipologia para melhor situarmos a nossa discussão, a fronteira entre estes tipos de informação não é fixa, existindo uma certa «permeabilidade» entre elas. Assim uma informação de carácter jornalístico pode revelar-se como uma importante base para uma afirmação científica, da mesma forma que assistimos à utilização e/ou divulgação de informações científicas em meios de comunicação de massas como a Rádio e a Imprensa.

I — A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA INFORMAÇÃO

1. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

«A informação passou a ser uma base essencial para o progresso da civilização e da sociedade. A inexistência de informação e de meios eficazes para o seu intercâmbio constitui um factor limitativo para o desenvolvimento económico e social dos povos. Assim o problema da informação não é senão «o de ordenar o conhecimento da humanidade, isto é, a memória colectiva que a sociedade deve controlar de um modo efectivo utilizando-o plenamente ao serviço do progresso» (UNESCO, Plano a médio prazo, 1977-82, Paris, Unesco, 1977, p. 337).

Tendo presente a importância imediata e decisiva da transferência de informação científica e tecnológica para os países em desenvolvimento, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em 1975, incluiu o tema «Mecanismos de intercâmbio de informação científica e tecnológica e de experiências significativas para o desenvolvimento» como um dos pontos principais da ordem do dia da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCSTD).

Pode dizer-se que a tão mencionada «explosão da informação» dos anos 60, assim como os imensos obstáculos à circulação livre, distribuição e plena utilização do conhecimento científico, tem reduzido a eficácia dos serviços de informação

existentes. Apesar de a tecnologia poder haver separado os obstáculos quantitativos que acompanham o manejo da informação, a aplicação não coordenada desta tecnologia levaram, em troca, à edificação duma nova torre de Babel. Ao mesmo tempo tornou-se evidente que a crise da informação não podia ser ultrapassada efectivamente por um grupo profissional nacional ou internacional, nem por países individuais ou grupos regionais.

Este facto foi reconhecido nos começos dos anos 60 e continua a ser reconhecido como a realidade económica e social do crescimento e intercâmbio da informação científica no mundo moderno.

Esta comunidade mundial de interesses, por um lado, e a imensidão da tarefa por outro, determinaram que os governos nacionais e as organizações internacionais, especialmente do sistema das Nações Unidas, se empenhassem em esforços de cooperação, com vista a estabelecer serviços da informação científica e tecnológica. A energia nuclear, a agricultura, o desenvolvimento industrial, a protecção do meio ambiente, etc.

Em 1971 a UNESCO convocou uma Conferência inter-governamental para o estabelecimento dum sistema mundial de informação científica. O objectivo da Conferência era formular recomendações relativas aos princípios básicos do sistema mundial de informação científica propostos e aos procedimentos para a sua aplicação.

a) Conteúdo e aplicação da informação científica

Segundo esta abordagem das actividades internacionais destinadas a controlar o crescimento da informação, deviam assinalar-se dois aspectos, a saber:

I — O conteúdo dos serviços de informação científica e tecnológica têm mudado. Cada vez mais se empenham em abarcar questões que não são de carácter «puramente» científico. Os resultados da investigação, claro está, constituem a substância da informação científica, mas os resultados das aplicações tecnológicas, da avaliação dos especialistas, da experiência prática, adicionam-se constantemente aos conhecimentos acumulados. Em adição, diversos dados, tais como direcções, nomes, preços, descrições de produtos e de materiais, dados estatísticos, medições do meio, etc., são recolhidos e registados com vista a difundi-los entre os usuários. Deste modo, os sistemas e serviços de informação modernos tanto criam bases complexas de dados como garantem um acesso quase simultâneo a diversas bases independentes. O avanço da ciência informática aumentou consideravelmente as capacidades de armazenamento, tratamento e transferência de uma informação multifacetada, mesmo se as perspectivas que oferece a computadorização ainda não foram completamente exploradas.

II — Os serviços de informação científica e tecnológica têm cada vez mais em conta os seus usuários. Mas ao mesmo tempo os grupos de usuários têm mudado e a sua diversidade define-se em função da classe e variedade dos seus interesses e do seu nível de complexidade. Em 1971 podia estar-se de acordo que: «o cientista é simultaneamente o único produtor e o principal consumidor da informação científica». Hoje esta aceção, especialmente no que se refere ao consumidor, é cada vez mais discutível e discutida, requer mais estudos e melhores provas estatísticas.

Segundo o amplo conceito que hoje impera sobre a informação científica e tecnológica, o cientista já não é o único produtor nem o principal consumidor da dita informação.

Factores do crescimento da importância da informação: eles são fundamentalmente:

- a generalização da escolarização
- o aumento da população estudantil
- a expansão exponencial da documentação mundial
- o desenvolvimento técnico e tecnológico (informática, computadores)

b) *Perspectivas da Informação*

Depois de se ter reconhecido a discrepância entre os métodos de fornecer material bibliográfico e informação aos usuários, por um lado, e o sistema bibliográfico, por outro, estabeleceu-se o Programa UAP (Universal Availability of Publications) ou DUP, em 1977. Ele tem por objectivo promover a disponibilidade a todos os níveis desde o local e nacional até ao internacional, e diz respeito tanto ao material recentemente publicado como à retenção das últimas cópias. Este Programa revestiu-se de enorme importância para a sociedade de hoje, pois ajuda as bibliotecas de qualquer dimensão a desenvolverem-se em centros de informação públicos. A UAP foi reconhecida pela UNESCO no seu Programa de Informação Geral (PGI). Em 1985 a IFLA (International Federation of Librarians Association) ou FIAB promoveu um congresso da UAP sobre o controlo bibliográfico universal que conduziu a uma cooperação frutífera. Os objectivos do programa foram discutidos e foi formulada uma estratégia de acção. Foram ainda realizados vários seminários, como o de Nairobi, em 1984, e um similar na Índia, ambos com o apoio da UNESCO.

Teve lugar em Chicago, de 18 a 24 de Agosto de 1985, a *Conferência geral do IFLA*, sobre o tema «Bibliotecas e a disponibilidade universal da Informação». Nesta reunião, na mensagem presidencial dizia-se: «Tornar a informação disponível universalmente é a razão verdadeira da nossa existência» (Ehe Granheim, From Copenhagen to Chicago, Presidential Address, Chicago, 1985).

2. *IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS*

Considera-se arquivo, «o conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral e por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua actividade» (in Glossaire International de terminologie archivistique du Conseil International des Archives).

a) O «acesso aos arquivos» antes do século XIX

No Egipto dos Faraós, na China ou Índia, os depósitos de arquivos eram constituídos pelos reis e clero, e eram estritamente acessíveis só aos funcionários oficiais ou pessoas munidas duma licença especial. *A conservação dos arquivos esteve sempre ligada ao exercício do poder*: possuir a memória constituía um meio essencial de governar e administrar. Ter acesso ao arquivo significava portanto um privilégio e não um direito. E por essa razão o cargo de arquivista, nos tempos antigos, foi sempre considerado como um cargo de alto nível, próximo da autoridade executiva. No império chinês, bem como no império bizantino, a guarda dos arquivos imperiais, qualquer que fosse o seu título efectivo, era confiada a um ministro investido de altas responsabilidades.

Crê-se que a ideia de abrir os arquivos à investigação oficial esteve estreitamente ligada à ideia de democracia, quer dizer, à cidade de Atenas no séc. IV a.C. Mas este exemplo permaneceu durante muito tempo único. Nem nos reinos e impérios do Oriente, nem em Roma, nem na Europa da Idade Média o acesso aos arquivos foi possível senão aos privilegiados.

b) O acesso aos arquivos no séc. XIX até à II Guerra Mundial

O progresso dos estudos históricos no séc. XIX, que foi chamado o «século da história», provocou em quase todos os países europeus, ou de cultura europeia, uma abertura progressiva dos depósitos de arquivos públicos.

Em certos países, como a Inglaterra, Bélgica, França, Itália, Países Baixos, admitiu-se o princípio da livre comunicabilidade dos documentos em certas condições e limites.

A Guerra de 1914-1918 provocou o abalo do império Austro-Húngaro, do império Russo e do império Otomano, e facilitou o acesso aos arquivos em muitos países. Pouco a pouco, a frequência dos depósitos dos arquivos foi crescendo, de tal forma que, no fim da Segunda Guerra Mundial, raros eram, pelo menos teoricamente, os países que não admitiam o princípio da acessibilidade dos seus arquivos aos investigadores.

c) Evolução depois da Segunda Guerra Mundial

A partir deste momento histórico denotam-se os seguintes factores: a mudança nos estudos históricos, cada vez mais concentrada em domínios que se interessam pelos acontecimentos recentes ligou o estudo da história contemporânea à Politologia, à Sociologia e à Economia Política.

O desenvolvimento de métodos quantitativos (em história demográfica, económica, etc.) que necessitam da consulta de grandes massas de documentos.

— A facilidade das relações internacionais, que provocaram, nomeadamente, a frequente deslocação de investigadores de um país a outro, pondo às vezes o problema do acesso de investigadores não-nacionais aos arquivos.

— Acesso à independência de numerosos países africanos, asiáticos e da Oceania e Caraíbas, com todas as suas consequências no plano dos arquivos, nomeadamente no concernente ao problema da transferência de arquivos.

— A emergência progressiva, sobretudo a partir dos anos 60, da noção de «direito à informação», pelo menos nos países ocidentais, provocando reivindicações novas quanto ao acesso aos documentos, considerados já não como material de pesquisa histórica ou científica, mas como um direito democrático de todos os cidadãos.

Estes factores mudaram definitivamente o desenvolvimento da arquivística e a sua utilização em vários domínios.

II — ASPECTOS PARTICULARES DA INFORMAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS

Como vimos atrás, a informação científica e técnica desempenha um papel primordial no processo de desenvolvimento socioeconómico e cultural. Por isso, analisar os aspectos particulares da informação nos países africanos implica, entre outras coisas, analisar os planos nacionais de desenvolvimento, mais concretamente os campos prioritários consignados nesses planos, assim como os principais objectivos nacionais e regionais ou continentais de desenvolvimento, tentando determinar o *tipo de informação* de que se há-de dispor, necessariamente, para alcançar esses objectivos; e avaliar em que medida a informação e os serviços de informação existentes no processo de desenvolvimento são satisfatórios.

Mas, antes de mais, queria fazer uma consideração de ordem filosófica, dizendo: Todos os povos, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento, criaram e desenvolveram os seus sistemas de informação, em função das suas particularidades, das suas necessidades e do seu génio próprios. Estes sistemas são característicos de uma sociedade determinada. É assim que em África ao sul do Sahará constatamos a predominância da oralidade, onde os «djidius», que conservam na sua memória a soma de todas as informações que remontam aos tempos passados, desempenham uma função social importante.

Hampaté Bá, o sábio da comuna de Marcory, em Abidjan (Costa do Marfim) disse: «Quando um velho morre é uma biblioteca que desaparece!».

Mas mais tarde, com a colonização, assistimos à introdução de esquemas de tipo ocidental nos países a sul do Sahará e estes esquemas são retomados pelos próprios dirigentes destes países a sul do Sahará e estes esquemas retomados pelos próprios dirigentes destes países ao tornarem-se independentes sob ponto de vista político, com a tendência de menosprezar a importância da oralidade. Mas não devemos cair no outro extremo, que seria o de refutar a todo o preço outros esquemas de conservação, tratamento e divulgação da informação. Temos de reconhecer que a oralidade comporta muitas limitações.

Dentre os esquemas desenvolvidos pela cultura ocidental, podemos destacar as *Bibliotecas*, que têm 4 funções principais: reunir, classificar, comunicar e conservar a literatura escrita. É preciso dizer que a maior parte dos países africanos não conheciam a existência de bibliotecas. No fim da Segunda Guerra Mundial havia uma

carência total de bibliotecas, se exceptuarmos algumas colecções de escolas secundárias. A profissão de bibliotecário era quase desconhecida. A rápida evolução após este período (Segunda Guerra Mundial), sobretudo nos países anglófonos da África Ocidental, até 1950, deveu-se a dois factores:

- a) A fundação de colégios universitários e o avanço acelerado da educação em geral.
- b) O interesse do «British Council», a que se devem inicialmente a extensão do movimento de bibliotecas públicas na África Ocidental.

O Seminário da UNESCO sobre o desenvolvimento das bibliotecas públicas em África, realizado em Ibadan em 1953, assinalou à atenção de outros países as actividades que se tinham iniciado na Costa do Ouro. Como resultado desse Seminário criou-se a West African Library Association (WALA), que em 1961 contava com mais de 250 filiados. As primeiras tentativas de criar bibliotecas públicas foram feitas no Gana em 1946, quando com a ajuda do British Council e de um pequeno Comité de administração se assentaram as bases de um serviço de Bibliotecas públicas para todo o país. Mais tarde com a junta de bibliotecas passou-se a contar com 300 000 volumes.

Na Nigéria, os maiores avanços foram registados na parte oriental, que aprovou em 1955 a Eastern Library Board Law, inspirada na lei do Gana.

Nos fins dos anos 50 e princípios dos anos 60 criou-se na Serra Leoa uma Junta de bibliotecas. Nessa mesma altura o único serviço de bibliotecas públicas da Gâmbia era proporcionado pelo British Council que tinha uma biblioteca em Bathurst.

Paralelamente a estas bibliotecas públicas, havia as bibliotecas de Universidades e Colégios e bibliotecas oficiais e especializadas.

Na África oriental, os serviços bibliotecários consistiam sobretudo em colecções de livros especializados para uso de investigadores e funcionários da administração pública e estudantes de centros académicos. Os únicos serviços de leitura com que se podia contar (o público) eram os das bibliotecas para assinantes que ou estavam destinadas a determinados sectores da população, ou tinham outros tipos de restrições devidas às exigências que se impuseram ao fundá-las. Em cada território havia várias e excelentes bibliotecas especializadas, sobretudo na agricultura, silvicultura, a mais importante era a do Centro de Investigação Agrícola Silvícola e Zootécnica da África Oriental no Kénia, que contava com 20 000 volumes e uma grande colecção de folhetos e separatas.

A biblioteca do Colégio Universitário de Makerere (Uganda), fundado em 1948, contava nos fins dos anos 50 com 95 000 volumes (incluindo os 20 000 volumes da biblioteca médica que dela dependia) e passou a ser o centro de investigação, bibliografia e documentação mais importante da região. Actuava como depósito oficial das publicações do Uganda e recebia também as publicações das Nações Unidas e seus organismos especializados. Fazia reproduções em microfiches e em microfichas e punha à disposição das restantes bibliotecas e dos investigadores particulares os seus serviços de fotocópia.

Apesar da existência destas instituições de difusão da informação e de conhecimento científico antes de 1960, constatamos uma quase inexistência de bibliotecas. Foi necessário esperar pelo surgimento das independências para se assistir à criação massiva, nos diferentes países africanos, das bibliotecas, centros de arquivos, etc.

Os primeiros a constituir-se na maioria dos países são as Bibliotecas Nacionais. Tratava-se de recolher, conservar e difundir toda a produção impressa nacional ou concernente ao país — constituir um Centro Geral de Documentação e fornecer aos leitores e pesquisadores uma documentação variada e completa — constituir um Centro Geral de Informação Bibliográfica sobre todas as coleções das bibliotecas do país ou publicar uma bibliografia nacional sobre a base do depósito legal.

Ao lado das bibliotecas nacionais, foram criadas universidades com o seu corolário de bibliotecas universitárias. Estas bibliotecas, é preciso sublinhar, estão ligadas e são reservadas estritamente ao mundo académico para não dizer ao curso universitário, e não são acessíveis ao grande público. Pode-se mesmo dizer que em muitos países da África actualmente a biblioteca é ainda utilizada com um objectivo bem determinado: a obtenção dum diploma.

Seydou Guye (prof. de História e Director da Biblioteca Nacional da Costa do Marfim) interrogou-se sobre o porquê desta concepção restrita das bibliotecas nos países africanos e apontou como uma das razões o carácter do leitor africano:

«Em transição do mundo mágico da audição e da oralidade ao mundo indiferente da observação».

Portanto, antes apenas uma certa elite frequentava a escola e era iniciada na leitura. Hoje, existe em toda a parte uma política de educação de massa assumida e aplicada por todos os governos. Mas este fenómeno recente cuja impressão é ainda superficial e deixa aparecer falhas de tal modo que as crianças escolarizadas possuem mais analfabetos e vivem num meio social onde o material impresso (salvo talvez o jornal quotidiano) é praticamente inexistente. O que explica portanto que estas crianças africanas na sua grande maioria «vivem pela força das circunstâncias no mundo implícito e mágico da palavra viva» e têm uma sensibilidade à poesia recitada e ao teatro onde os géneros se combinam (canto e dança).

Passagem difícil do universo sonoro ao universo visual; mas a «cultura acústica» está sempre presente e subjacente. A biblioteca passa a apresentar-se, para o leitor africano, da seguinte maneira: silêncio — livros — leituras mudas — exclusão de toda a sonoridade. Os leitores só vêm a este lugar estranho quando são obrigados a tal.

1. AS CONTINGÊNCIAS MATERIAIS

Uma outra dificuldade com que os países africanos se defrontam diz respeito aos recursos humanos e materiais. Muitas vezes há vontade política de fazer algo no

domínio da produção, conservação e difusão da informação. Mas para poder dispor dum livro, a passagem do manuscrito por diversas etapas é necessária. É preciso: papel, meios de impressão e de encadernação, casas editoras, livrarias, etc.

Ora os consumidores e distribuidores de coisas impressas dependem ainda de instituições de origem recente e sofrem de limitações financeiras enormes. Para além de todos estes materiais, precisa-se ainda de pessoal qualificado. (*Ver na pág. seguinte alguns dados estatísticos*)

Implantação das estruturas

Para a pessoal deste pessoal qualificado é necessário portanto grandes investimentos. E neste ponto as opiniões divergem. Certos economistas pretendem que aqui se trata de «despesas ditas de consumo» de um sector não-produtivo de bens materiais como a agricultura ou a indústria.

A informação através dos livros é considerada como não-produtiva no contexto económico nacional, ao passo que as técnicas audio-visuais não são totalmente contestadas. Ora a informação não pode circular sem o suporte indispensável do material impresso e sobretudo dos livros. É preciso portanto dizer que investir nos livros é participar no desenvolvimento socioeconómico da nação.

Alguns dados estatísticos

Por exemplo, segundo dados recolhidos a partir do seminário regional sobre o desenvolvimento das bibliotecas públicas em África, organizado em 1962, a estatística da produção de livros reunidos pela UNESCO em 1960 era a seguinte:

Egipto	2290	Camarões	13
Libéria	4	Senegal	14
Líbia	5	Sudão	14
Marrocos	161		

As principais editoras africanas eram: East African Literature Bureau, Bureau of Ghana Languages, e uma editora no Sudão, bem como várias pequenas editoras da «África francesa».

2. AS PRESSÕES SÓCIO-CULTURAIS

Em situações tão novas e tão dinâmicas como são as dos países em desenvolvimento, em profunda mutação, é difícil abordar as realidades culturais doutra maneira que não seja através do estudo dos suportes da expressão e, entre eles, a informação.

Apesar de todas as tentativas nacionalistas de adoptar as línguas africanas na transformação da informação veiculada pelos órgãos de informação oficiais (Ensino, Rádio, livros), verifica-se que a fixação da informação se processa em línguas europeias. Isto muitas vezes coloca o problema da autenticidade da literatura africana, porque certas noções e conceitos ou expressões genuinamente africanas têm que se expressar em línguas estrangeiras e as suas traduções constituem um quebra-cabeças para os especialistas na matéria. Todas estas contingências que acabamos de analisar (tradição oral, informação veiculada em línguas estrangeiras), custo elevado dos investimentos, permitem-nos dizer que a informação graças aos livros, graças às bibliotecas, é praticamente num impasse face aos meios audio-visuais triunfantes.

O que é que podemos fazer para que a informação possa circular graças aos livros e às bibliotecas?

Há que elevar o nível do leitor africano: com escolarização, necessidade de aprender a ler, emergência da necessidade de ler por ler.

3. *PERSECTIVAS*

Contudo, há ainda uma ameaça: nos países desenvolvidos actualmente produz-se um fenómeno mundial de regresso à civilização acústica. Nós quase que somos dominados pelos sons graças à introdução da electrónica.

Aqui podia-se formular uma pergunta: será que devemos passar da tradição oral para a civilização da acústica electrónica? É preciso reconciliar a vista e o ouvido.

As bibliotecas funcionais, como meio de difusão da informação, podem participar no desenvolvimento socioeconómico das nações africanas. Mesmo que os investimentos neste sector possam parecer grandes, eles são bem necessários e indispensáveis à nossa sobrevivência: o acesso à informação. Só é possível o desenvolvimento quando as pessoas estão informadas.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

1. Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information continue dans les archives: une étude RAMP, in PGI/83/WS/20.
2. Informes finales de três seminarios de la UNESCO sobre Bibliotecas organizado em 1962, in Boletín de la UNESCO para las Bibliotecas, vol. XVII, n.º 2, Suplemento, Marzo-Abril de 1963.
3. From Copenhagen to Chicago, Presidential Address, Chicago 1985, by Else Granheim.
4. Les bibliothèques et la disponibilité universelle de l'information dans un contexte africain, par Seydou Gueye, Comunicação apresentada à 51 Conferência Geral da IFLA, Chicago 1985.
5. El desarrollo de las bibliotecas en Africa, in Boletín de la UNESCO para las bibliotecas, vol. XV, n.º 5, Septiembre-October de 1961.

DOCUMENTOS

PARA UMA EDUCAÇÃO ENDÓGENA NA ÁFRICA SUBSARIANA

Por Manuel Rambout Barcelos (*)

A presente contribuição segue o mesmo método que o projecto de documento proposto como base de discussão para a Reunião Consultiva sobre as novas políticas de Educação na África Subsariana, promovida pelo Banco Mundial em Abidjan de 1 a 4 de Fevereiro deste ano. O presente estudo, apresentado nessa ocasião tinha o objectivo de contribuir para uma reflexão mais alargada da problemática em causa.

INTRODUÇÃO

O projecto do documento elaborado pelo Banco Mundial (Novembro 86): «Pour des nouvelles politiques de l'éducation en Afrique subsaharienne» apresenta uma análise dos factos e da situação relativos ao ensino nas escolas, em África Subsariana, e em seguida, em função desta mesma análise, propõe uma estratégia para o futuro desse ensino.

Numa breve análise que iremos fazer do documento iremos seguir o mesmo método. Abordaremos, num primeiro momento, a análise da situação, apresentando assim o nosso ponto de vista, considerando os aspectos nos quais convergimos e aqueles dos quais divergimos no tocante à análise apresentada. É em função desta

(*) Ex-Secretário de Estado do Ensino e actual Secretário de Estado da Justiça. Membro do Conselho Consultivo de «Soronda».

perspectiva — a análise da análise — que discutiremos em seguida a estratégia proposta e apresentaremos alguns elementos para uma possível estratégia.

Parece-nos importante sublinhar que esta nossa apreciação do documento parte da experiência e de conhecimentos adquiridos no nosso país, ou a partir deles. Por tal motivo, o que pode parecer verdade numa determinada situação pode não o parecer num contexto diferente ou visto desse tal contexto. Queremos, pois, precisar que o nosso ponto de vista é relativo, limitado a um espaço e a uma época bem delimitados e que, daí, possa ser discutível, não havendo nenhuma pretensão à universalidade, ainda que se trate de um elemento ou de uma parte desse mesmo universo.

Pensamos ainda que o documento merece uma análise mais profunda que as limitações de tempo, dadas as responsabilidades e tarefas que nos incumbem, não nos permitiram.

A ANÁLISE DA SITUAÇÃO: DISCUSSÃO

A análise da situação, bem documentada, apoia-se sobre um certo número de premissas que orientam essa mesma análise e que, bem entendido, sugerem de forma directa ou indirecta (pelas conclusões da análise), a estratégia que daí decorre.

Identificamos algumas que gostaríamos de discutir sucessivamente:

1. A educação africana registou grandes progressos desde 1960 (Capítulo 1);
2. A educação acarreta vantagens económicas e a baixa da fecundidade (Capítulo 2);
3. A educação africana está em regressão desde 1983 (Capítulo 3);
4. O melhoramento da gestão da educação melhora a educação (Capítulo 3, introdução à II Parte e Capítulo 7);
5. A educação constitui um sector (conjunto do documento).

1. A EDUCAÇÃO AFRICANA REGISTOU GRANDES PROGRESSOS DESDE 1960 (Capítulo 1)

Dois elementos chamam-nos aqui à atenção: «educação africana» e «progresso». Abordaremos o primeiro antes de discutir o segundo e a proposta no seu conjunto.

1.1 Educação africana

Se se pode definir, sumariamente, a educação como a acção ou resultado de uma acção de um grupo de mais velhos sobre os mais novos, tendo em vista a integração na sociedade que ambos formam, então desde sempre existiu educação em África, como, aliás, em toda a parte onde, existe ou existiu um grupo social.

DOCUMENTOS

Dizer que a educação progrediu desde da colonização ou depois da independência, não tem, em nosso entender, razão de ser já que ela existe desde sempre. A menos que se trate de um tipo particular de educação.

Se podemos identificar diversas categorias ou tipos de educação antes da independência — em geral uma educação autóctona, uma educação influenciada pelo Islão e uma educação de inspiração judaico-cristã — temos normalmente a tendência a considerar, precipitadamente, que esses três tipos, ou foram extintos com a independência e que, a partir daí, um quarto (4.º) tipo de educação se desenvolveu, ou, então, que só um desses tipos se desenvolveu.

Por vezes, também julgamos que o desenvolvimento de um quarto (4.º) tipo de educação ou um dos tipos precedentes acompanha e acarreta, necessariamente, como que por um processo de vasos comunicantes, o desaparecimento dos outros tipos existentes.

Se observarmos melhor poderemos ver que, em 1987, esses três tipos de educação, existem na maioria dos países africanos. Esses tipos de educação são diferentes, senão divergentes, diríamos mesmo, opostos. O facto de um desses tipos ser dominante num determinado momento e num determinado lugar não significa que não exista ao mesmo tempo, e por vezes para a mesma criança, outros tipos de educação.

Reduzir a «educação» [f. 13 e todo o documento ⁽¹⁾] do que autores do documento fazem questão de chamar, num primeiro tempo, como «educação de tipo ocidental» é lamentável — e, incorrecto, como o demonstra o documento (p. 4). Se pudesse haver educação senão a dita de «tipo ocidental», então, toda outra educação que não fosse de «tipo ocidental» não seria educação. O que significaria que a educação africana ou seria de «tipo ocidental» ou, pura e simplesmente, não existiria.

Há, portanto, que considerar — e porque não escrevê-lo — o termo «educação» como «educação de tipo ocidental», já que se trata disso mesmo. Assim, resta um espaço aberto, pelo menos teoricamente, a outro(s) tipo(s) de educação, ainda a definir e a aperfeiçoar, que seguramente seria(m) diferente(s) do modelo ocidental, mas que de igual forma, senão mesmo com mais justeza, poderíamos considerar como sendo uma «educação africana».

1.2 O progresso (da educação de tipo ocidental)

A ideia de progresso repousa aqui essencialmente no facto de que os números (de alunos inscritos, de escolas, de professores, de orçamentos) aumentaram. Ora, o «mais» não é necessariamente o «melhor», nem o crescimento necessariamente um progresso. Assim, o crescimento da miséria não é considerado como um progresso. Da mesma forma, o aumento das despesas para o ensino escolar ou o aumento de número de alunos não são, só por si, um progresso. Tudo depende da natureza das

(1) Estas referências devem ser lidas em relação ao citado documento elaborado pelo Banco Mundial.

despesas ou da natureza do ensino proporcionado a esses alunos. O desenvolvimento de um sistema escolar inadaptado ou extrovertido não poderá ser considerado como um progresso. O número de dólares ou número de alunos, como únicos critérios formais, por si só, nada significam. Há que os associar a outros critérios que se refiram, por exemplo, à utilidade ou à coerência económica e social desses números. Formar os vinte engenheiros que o país precisa pode representar um maior progresso do que sustentar penosamente alguns milhares de estudantes sem utilidade social ou económica ulteriores. O crescimento de um número não pode, por si só, ser considerado um progresso.

E, como precisamente o documento começa em seguida, a mostrar a má qualidade de ensino, a má repartição/utilização das despesas, a «degradação» (p. 65) dos locais escolares . . . já não podemos, a partir daqui, considerar que o crescimento de um tal ensino, nestas condições, como um real progresso.

Só o estudo do rendimento externo da escola — ao qual não se faz aqui alusão e que, aliás, é difícil de precisar — poderia revelar se houve progresso ou regressão. Seriam, pois, sobre o «efeitos» da escolarização que deveria recair a atenção.

Aproximar-se do modelo ocidental em matéria de número de alunos ou de montante de despesas não seria aconselhável, nem por si só lógico, para um progresso da educação, nem mesmo para um progresso da educação de tipo ocidental (que mais não seja por se tratar de um ensino de má qualidade).

2. A EDUCAÇÃO DE TIPO OCIDENTAL ACARRETA VANTAGENS ECONÓMICAS E UMA BAIXA DE FECUNDIDADE (Capítulo 2)

São premissas controversas e que ainda não foram verdadeiramente provadas ⁽¹⁾. O próprio documento admite que «as provas directas não são assim tão abundantes nem tão ricas senão para os países desenvolvidos» e que «a educação (de tipo ocidental) não poderia propriamente engendrar o crescimento económico» (p. 25). Tal não impede de se ler (p. 168) que «o ensino primário contribui, *como aliás, já foi demonstrado*, para o crescimento económico» ⁽²⁾. Um domínio apresentado desta forma tão hesitante convida a uma certa prudência e, pelo menos, a maior rigor no que toca às fontes e às referências.

⁽¹⁾ «Dois tipos de trabalho foram primeiramente desenvolvidos: no plano microeconómico, por um lado, isto é, do ponto de vista dos indivíduos, foram conduzidas pesquisas sobre as taxas de rendimento de diferentes níveis de educação, em numerosos países. No plano macroeconómico, por outro lado, procurou-se medir a contribuição da educação para o desenvolvimento económico.

Nos dois casos, as verificações empíricas das hipóteses levantadas revelaram um alto grau de rentabilidade económica das despesas da educação.

Num segundo momento a economia da educação põe em causa certas hipóteses iniciais, levando em conta, nomeadamente, as contribuições da sociologia da educação.

DOCUMENTOS

Sabemos, por exemplo, que na Europa, é o desenvolvimento industrial — o qual foi realizado por uma população essencialmente analfabeta — que permitiu o desenvolvimento da escola, e não o inverso. Alguns estudos viriam, igualmente, a mostrar que a diplomas escolares elevados correspondem geralmente salários ou rendimentos elevados. Na medida em que sabemos que as capacidades de prosseguimento no sistema escolar e o nível do diploma estão também ligados ao estatuto socioeconómico do ensinando, será difícil de dizer que é o diploma ou são os estudos a «causa» de um salário ou de um rendimento mais elevado ⁽¹⁾. A concomitância dos dois fenómenos não implica necessariamente uma relação de causa/efeito entre os dois fenómenos. Ambos podem ser, com efeito, a consequência de um terceiro.

Da mesma maneira, parece-nos difícil de dizer que a educação de tipo ocidental provoca uma baixa da fecundidade. Se as mulheres com um diploma escolar têm geralmente menos filhos do que as que não têm um diploma, não podemos por isso concluir que estes dois factores estão em relação de causa/efeito, um em relação ao outro. Podem ambos depender de um terceiro: o estatuto socioeconómico, por exemplo.

É ainda há outros factores espantosos. Depois de um quarto de século de «enormes progressos» (p. 30) da educação de tipo ocidental — efectivamente atingiu-se, e por vezes até se ultrapassou, os 100% de escolarização (taxa bruta) — de uma educação que deveria provocar progressos económicos e uma baixa da fecundidade, a África encontra-se, hoje em dia, confrontada com problemas económicos e demográficos consideráveis que afectam, por sua vez, esta mesma educação. Poderíamos, assim, pensar que foi o ensino de tipo ocidental que terá provocado estas dificuldades económicas e demográficas. Não o faremos pois nada nos permite afirmá-lo.

Contudo, de igual modo, nada nos permite concluir o inverso. Há aqui, para todos os efeitos, matéria de reflexão e a questão merecia ser aprofundada.

Esta, com efeito, havia demonstrado que as decisões individuais em matéria de educação estavam longe de poderem ser determinadas por uma racionalidade do tipo custos/benefícios: o prosseguimento dos estudos obedece a numerosos factores, cujo mais importante é, segundo este tipo de abordagem, a categoria social dos indivíduos, e não o livre-arbítrio de indivíduos, iguais, operando arbitragens optimizadas segundo o seu próprio ponto de vista.

Ainda, segundo este tipo de abordagem, os sistemas educativos são tais que eles próprios «organizam» a reprodução social, isto é, para simplificar, a transmissão hereditária das posições de poder socioeconómico. Numerosos trabalhos empíricos confirmariam que, efectivamente, as taxas de rendimento de um dado nível de educação diferiam segundo a origem social dos indivíduos».

ORIVEL, François, «L'économie de l'éducation» in MIALARET G., *Introduction aux sciences de l'éducation*, Paris. UNESCO, 1985, p. 41.

(2) Nossos sublinhados.

3. A EDUCAÇÃO AFRICANA DE TIPO OCIDENTAL ESTÁ EM REGRESSÃO DESDE 1983 (Capítulo 3)

A noção de «regressão» está ligada à de «progresso», noção cujo carácter relativo havíamos já revelado e exprimido no ponto 1. A «estagnação» dos efectivos ou das despesas, não é em si e só por si, uma regressão. Pode haver, como já havíamos referido, estagnações ou regressões numéricas que podiam representar um progresso e vice-versa.

A «baixa da qualidade da educação» (p. 32) de tipo ocidental em África parecem-nos igualmente relativa e discutível. Dizer que os alunos da Nigéria, da Swazilândia e do Malawi, que foram testados, são duas vezes menos bons que os alunos japoneses, que por seu lado são os melhores do mundo (p. 38) revela um lado anedótico desprovido de qualquer significado real. Em princípio, os alunos da Nigéria ou do Malawi não são chamados a viver na sociedade japonesa... e os alunos japoneses, ainda que sejam os melhores do mundo, arriscam-se a não ter qualquer utilidade social, e a ser infelizes, na Nigéria ou no Malawi ⁽³⁾.

A «baixa de qualidade» que se julga ter-se observado não é senão um aspecto de uma «massificação» real do ensino.

A partir do momento em que já não se trabalha para as elites, não podemos observar a mesma coisa... em nenhum país do mundo. As elites encontram-se, por sua vez, dispersas na massa e já não tão bem treinadas. Parece que o «elitismo» e a «massificação» são duas coisas bem distintas, diferentes e que se opõem. Não se pode dizer que a «massificação» seja uma forma degradada do «elitismo» ou o «elitismo» uma forma superior e melhorada da «massificação». Se tivéssemos limitado os efectivos, as despesas, as escolas, os professores... às cifras de dez ou vinte anos atrás, provavelmente, teríamos obtido os mesmos resultados da época, senão melhores. Não podemos, verdadeiramente dizer que o «elitismo» do ensino colonial ou pós-colonial haja degradado ou baixado de qualidade. Estamos mais em presença de um outro fenómeno, a «massificação», que apresenta outras finalidades e outros aspectos.

A «pausa» que se verificou na penetração do ensino de tipo ocidental em África poderia ser interpretada como um alerta aos limites deste tipo de ensino no continente. O que não seria de estranhar já que, como aliás o documento justamente o realça, não sendo as condições demográficas e económicas — poderíamos ainda acrescentar: climáticas, históricas, culturais, sociológicas, étnicas... — as mesmas da Europa, não vemos porque razão África deveria e sobretudo poderia verdadeiramente dispor da mesma escolarização que a Europa — as mesmas taxas, os mesmos custos, os mesmos resultados — porque razão, ainda, ela teria um «atraso a recuperar» ou um «intervalo» a preencher (p. 30). Com efeito, é difícil perceber a razão e de imaginar como África deveria e poderia fazer a mesma coisa que a Europa com meios e uma situação que diferem das da Europa. Por essa via, tudo quanto ela pudesse fazer não seriam mais do que más imitações, falsificações, sub-produtos de

⁽³⁾ E se esses testes comportassem provas de «tam-tam» talvez os alunos da Nigéria e do Malawi tivessem sido os melhores.

DOCUMENTOS

qualidade inferior (em relação aos modelos europeus) — como parece ser no tocante a educação de tipo ocidental.

4. O MELHORAMENTO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE TIPO OCIDENTAL MELHORA ESSA EDUCAÇÃO

(Capítulo 3, introdução à II Parte e Capítulo 7)

Os «problemas são agravados, e a sua solução travada, por uma má gestão dos recursos» (p. 49). Poderíamos questionar se, efectivamente, é a «má» gestão que agrava os problemas ou se não seria « a ausência» de recursos a gerir e *para* gerir que a causa. Há que entender que se uma «melhor» gestão, é, efectivamente, dispor de mais meios de gestão e de mais meios a gerir, como o deixa entender o documento (4), há poucas esperanças de em África poder beneficiar disso. Como poderá a «qualificação» — «qualificação» para que tipo de gestão e com que meios de gestão? — permitir uma melhor rentabilidade com meios que não existem?

Podemos, bem entendido, tirar melhor partido dos recursos de que já dispomos. Mas há-se chegar a um determinado momento em que o melhoramento se satura. A gestão africana do ensino de tipo ocidental não parece tão má como isso — pelo menos do ponto de vista de gestão ocidental. As despesas médias de funcionamento, por aluno e por ano, são de 48 dólares americanos nos países industrializados (pp. 38 e 41) (5).

As despesas médias em material pedagógico, por aluno e por ano, são de 0,60 dólares americanos em África para 100 dólares americanos em países industrializados (p. 43) (5). Parece-nos difícil fazer melhor, pelo menos muito melhor, com os meios que são os nossos e a gestão ocidental também não se nos afigura como poder ser de grande utilidade aqui. Mas estamos dispostos a procurar, a inventar, uma nova forma de gestão que possa fazer ainda mais e ainda melhor.

5. A EDUCAÇÃO DE TIPO OCIDENTAL CONSTITUI UM SECTOR

(Conjunto do documento)

A organização actual da «educação» em sector autónomo é uma prática tão corrente que nos parece ser natural e normal.

Nem sempre foi assim: os pedagogos e a escola não existem, no melhor dos casos, senão há três mil anos (no mundo greco-latino, e menos ainda noutras culturas) — o que representa um período infinitamente curto na história da humanidade.

(4) «Como aumentar, a custos razoáveis, os efectivos em administradores qualificados?» (p. 52). «Lá onde o pessoal assalariado (de administração e gestão) pôde ser mantido, tornou-se extremamente difícil encontrar o financiamento para as deslocações, prestação de serviços, sistemas de informação, comunicações, máquinas de escrever, papel e agrafes» (p. 53).

(5) Para o ensino primário.

Bem entendido, as situações diferem de lugar para lugar, para todos os efeitos, no momento actual: há sociedades que não têm «especialistas» do ensino — como por exemplo no território da Guiné-Bissau.

Esta organização da «educação» em «sector» não tem nada de propriamente universal. Aliás, reflectindo, ela até nem é muito lógica: o conteúdo do dito «sector» da educação não tem a mesma consistência, não é da mesma natureza, que o sector «agricultura, indústria, saúde, cultura...». Pela nossa parte, não existe «educação» em si, ou simplesmente educação. Toda a educação é uma educação para qualquer coisa: educação para a produção agrícola, para a produção industrial, para a saúde, para uma dada cultura, para os valores morais de um grupo social, para a leitura de um determinado tipo de transcrição, para uma determinada maneira de contar, de calcular e de ver o mundo... A organização da «educação» em «sector» tem tendência a curtar esta educação do contexto psicossocial onde ela se insere, a levá-la a desenvolver-se para si própria ou em relação a «sectores da educação» pertencentes a outros contextos, a torná-la ignorante e desarticulada do contexto que ela deveria servir ⁽⁶⁾.

Uma melhor integração da «educação» nas realidades demográficas, económicas — mas também climáticas, agrícolas, históricas, culturais, etc... — de África só poderá trazer bons resultados. A estrutura em «sector» em si torna esta integração mais difícil e, ao mesmo tempo, favorece a dependência deste «sector» em relação a outros «sectores» estrangeiros para os quais tende a se aproximar.

A integração da educação num determinado contexto não pode resultar, em nossa opinião, senão de uma abertura — a montante, a juzante e durante — em relação a esse contexto, onde uma «des-sectorização» ou uma «inter-sectorização» podem, em contrapartida, facilitar.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO

É sobre a precedente discussão que apoiamos, tanto a nossa análise das medidas de política e a de estratégia, propostas pelo documento, como as nossas próprias posições.

1. AS MEDIDAS DE POLÍTICA

Se a educação africana de tipo ocidental fez grandes progressos desde 1960 (premissa 1),

Se a educação de tipo ocidental acarreta o desenvolvimento económico, uma baixa da fecundidade e outras vantagens não monetarizadas (premissas 2),

Se a educação africana do tipo ocidental está em regressão quantitativa e qualitativa desde 1983 (premissa 3),

⁽⁶⁾ Esta organização em «sector» distinto, numa dada sociedade, produz periodicamente desajustamentos entre esse «sector» e essa sociedade. As últimas «crises» estudantis de 1986, no mundo ocidental, asiático ou africano, podem ser consideradas como manifestações desse desajustamento.

DOCUMENTOS

ENTÃO, há que reforçar esta educação de tipo ocidental que apresenta sérios sinais de asfixia.

Se o «melhoramento» da gestão melhora a educação de tipo ocidental (premissa 4), ENTÃO, há que reforçar essa gestão.

Se a educação de tipo ocidental constitui, por si só, um sector (premissa 5) tão importante,

ENTÃO, há que reforçar esse sector (para si e em si mesmo).

Mas se estas premissas não são exactas, ou não são totalmente exactas, ou se uma só de entre elas não o é ou o não é totalmente — como se pôde ver — há que reconhecer que a conclusão não será, ENTÃO, totalmente exacta.

Mas se, por outro lado, as premissas fossem exactas, deveriam chegar a uma conclusão exacta. Mas se a conclusão não é exacta, temos de admitir que as premissas, ou uma das premissas, não o é totalmente.

Ora, o que propõe a conclusão? É necessário:

- a) — manter, e até mesmo aumentar, o número de alunos,
— salvar, senão elevar, a qualidade do ensino,
— e economizar na utilização dos professores e dos equipamentos escolares (sem aumento relativo de meios);
- b) — aumentar os materiais pedagógicos, os edifícios escolares, a alimentação e a saúde dos alunos,
— sem aumentar as despesas de ensino;
- c) — reduzir os abandonos e as repetições — e elevar o nível dos exames e dos resultados desses exames às «normas mundiais»;
- d) — «recuperar as despesas», em princípio a partir dos utentes,
— e dar oportunidades iguais a todos (com um único modelo de ensino para todos);
- e) — melhorar a gestão da penúria dos bens — sem meios suplementares (pelo contrário) a gerir;
- f) — reduzir os custos unitários de funcionamento que são já muito inferiores, em média, aos dos países industrializados;
- g) — recuperar o «atraso» e reduzir a «distância» em relação aos países industrializados ainda que com meios e condições que não são os mesmos de que dispõem esses países industrializados.

Implementar tais medidas, parece-nos difícil, senão impossível. E mesmo se uma destas medidas pudesse ser levada à prática, qual seria o impacto se as outras não a pudessem «seguir».

2. UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO DE TIPO OCIDENTAL

Os três eixos da estratégia proposta — adaptação, reabilitação, alicerces para o futuro — reafirmam, pelo menos no seu desenvolvimento, os princípios subjacentes ao documento e por vezes claramente expressos.

Trata-se, «primeiro, de gerir eficazmente os sistemas escolares para que eles forneçam serviços de ensino fundamental *tradicionalis sem mudança* dos métodos e dos objectivos actuais da instrução» (p. 41) ⁽⁷⁾.

A «adaptação às realidades demográficas e orçamentais» — e somente a elas — não deverá ter «efeitos *perturbadores*» (p. 162) ⁽⁷⁾ sobre o sistema em si. A «reabilitação da infra-estrutura existente» deve marcar uma «correção» (p. 162), «um regresso às normas» do ensino ocidental, nomeadamente no que se refere aos edifícios, ao material didáctico (fazendo «imprimir o material no estrangeiro», (p. 167) e no que toca às «normas de aproveitamento» (p. 167).

Trata-se, pois, de certo modo, a manutenção da educação de tipo ocidental tradicional, gerindo-a melhor com meios que não ocidentais mas africanos, ou seja, de «restabelecer» e de «corrigir» nos aspectos em que ela se desviou. Se a «reabilitação» parece-nos perfeitamente impossível de realizar, tendo em conta os meios de que dispomos ⁽⁸⁾, a «adaptação» também nos parece comprometida pelas mesmas razões invocadas.

Trata-se, em seguida, e ao mesmo tempo de «preparar o futuro». Esse futuro é visto como uma generalização do ensino primário de tipo ocidental, para todos.

Para tal, bem entendido, «será necessário, inevitavelmente, envolver muitos recursos suplementares» (p. 168) — que a «adaptação» e a «reabilitação» não têm por função produzir, mas utilizar caso tal se revele necessário, e, no entanto, já nem existem meios para as levar a cabo . . . Ora, o «rendimento por habitante caiu em perto de 4% por ano entre 1980 e 1984» (p. 23), ou seja, 16% em quatro anos. E a perspectiva de crescimento económico para os próximos dez anos está estimada entre «3,2% e 4%» (p. 89), no momento em que se «prevê para a população africana em idade escolar uma taxa de crescimento da ordem dos 3,3%» (p. 18).

Esse «envolvimento de recursos» parece-nos bem difícil de levar a cabo, nestas condições.

Será igualmente necessário «melhorar a gestão do sector», da base ao topo — o que nos parece igualmente difícil, a menos que seja de forma marginal, como, aliás, já havíamos visto (em 4.).

Será igualmente necessário «alargar a base de conhecimentos» (p. 126), o que nos parece perfeitamente desejável, considerando o nosso fraco conhecimento, apesar da abundância de dados, de uma situação verdadeiramente muito complexa. O facto de se querer «alargar» constitui, em certa medida, uma confissão da nossa própria fraqueza. Parece-nos, contudo, que tanto a análise da situação como a dos elementos de política não fazem referência a esta «procura», aliás, preconizada aqui, que existe e que deveria ser desenvolvida. No que se refere a uma eventual

⁽⁷⁾ Sublinhados nossos.

⁽⁸⁾ Não se pode dizer que a «des-habilitação» das infra-estruturas tenha sido fruto de uma vontade deliberada, mas sim a consequência de meios inadequados ao modelo a construir (a manter e a generalizar). Se os meios tivessem sido postos à disposição, esta «reabilitação» não seria necessária, ou porque não teria razão de ser, ou porque já havia sido executada.

DOCUMENTOS

comissão encarregada de estudar precisamente a pesquisa, bem como a formação de quadros superiores, não haveria, em nosso entender, senão vantagens em lhe deixar tal denominação. Limitá-la à «formação de doutores» seria reduzir consideravelmente o seu alcance e os seus meios.

O interesse da segunda comissão parece-nos, de momento, algo ambígua.

Estudar as consequências da malnutrição «nos resultados escolares» para que os «benefícios dos investimentos educativos se materializem»⁽⁹⁾, parece-nos um objectivo bem limitado.

Por outro lado, os problemas de malnutrição têm mais a ver com questões de ordem agro-alimentar, de conservação dos produtos e da sua preparação/consumo . . . que a escola de tipo ocidental ignora, quando, pura e simplesmente, não as serve.

3. AS NOSSAS PROPOSTAS

Contrariamente ao que se poderá levar a crer numa leitura superficial da nossa análise do documento, partilhamos um certo número de pontos de vista dos seus autores.

Como eles, queremos trabalhar para a educação dos Africanos no sentido dos seus interesses, a prazo, e também para o momento actual.

Como eles, constatamos um crescimento demográfico da população em idade escolar, a diminuição relativa dos recursos disponíveis e a deterioração da qualidade do ensino de tipo ocidental.

Como eles, reconhecemos, senão o «fracasso» do ensino de tipo ocidental em África, pelo menos os seus limites e as suas limitações, através das suas diversas dificuldades que eles tornaram bem patentes⁽¹⁰⁾.

Como eles, deploramos a insuficiência de meios a gerir e de meios para os gerir, tendo em conta o que seria necessário — e que ainda o é — para um ensino deste tipo.

Como eles, finalmente, reconhecemos o valor do ensino de tipo ocidental, do qual somos, aliás, um produto, e que nos permitiu que nos exprimissemos aqui.

Não temos, portanto, nada a acrescentar a estes pontos. Provavelmente que os alargamos e os colocamos de forma diferente. E retiramos conclusões, por vezes, diferentes, mesmo se aparentemente — como, por exemplo, para a pesquisa e a

(9) «No caso destas crianças (as crianças malnutridas), os importantes benefícios esperados com os investimentos educativos nunca se materializam» (P. 137). Gostaríamos de saber se eles se materializam com as outras.

(10) Se o ensino ocidental teve «sucesso», disso não falaram verdadeiramente os autores do documento, já que só se referiram ao aumento da taxa de escolaridade (só que não vemos em que é que isso pode constituir, por si só, um sucesso, e menos se é para acrescentar que se trata de um ensino de muito má qualidade).

descentralização — possa parecer que os vemos da mesma forma. Pensamos que todos os elementos estão patentes na situação e que, para todos os efeitos, são os mesmos para todos — quer tenhamos ou não consciência disso. A nossa única esperança é a de colocá-los da melhor maneira possível para podermos tirar melhor partido — em lugar de agirmos como se tivéssemos meios (elementos) que, na realidade, não dispomos.

A nossa «abordagem» é tão somente uma tentativa e pensamos que devem existir outras. Desejamo-lo, pois, assim, as possibilidades de fazer uma melhor escolha serão maiores.

A nossa ideia é que África não é a Europa, que a educação africana não pode parecer-se com a educação ocidental nem tem que se parecer a ela. Não recusamos, no entanto, o ensino de tipo ocidental que está bem presente no nosso continente. Dizemos, simplesmente, que ele não pode ser o modelo a reproduzir nem tem que sê-lo. E daí, não pretendemos «regressar» a um ensino tão somente autóctono que já nem está adaptado à situação actual. Pensamos que, também esse, já não pode servir de modelo.

Os dados demográficos e económicos... e os outros — que não são os do Ocidente — devem ser considerados como dados e não como condições a satisfazer, à partida, ou a camuflar com artifícios. Precisamos de encontrar um modelo de educação próprio e particular a uma situação também ela particular. A experiência do Ocidente, pode-nos servir, a de África também como de outras partes. Mas não temos que «reproduzir», aliás, não podemos «reproduzir» nenhuma delas, pois que a nossa situação é diferente. Temos, sim, de *produzir* um modelo que ainda não exista e que será próprio de uma situação particular.

A ideia de *produção* (e não reprodução) conduz-nos, de momento, à pesquisa. Sem pesquisa, sem reflexão, sem análise, não há novas ideias: só há reprodução — do «passado» ou de «algures», quando o que precisamos é do «aqui» e «agora», do «aqui» e «amanhã».

As nossas ideias sobre a pesquisa ainda não estão totalmente definidas, mas, parece-nos ser uma pista que merece ser explorada. Só temos vantagens em reforçar a nossa capacidade de pesquisa e de análise e de produzir conhecimentos próprios. Esta pesquisa poderia trazer-nos os elementos de um modelo (que não pode ainda existir, seja onde for) que responderá não só às necessidades (mas quais são?), mas também aos recursos reais (logo às limitações e à falta de certos recursos) e ao que seria possível fazer. Juntamos, em anexo, um documento de trabalho, elaborado a nosso pedido e que serve de base à reflexão actual.

A especialidade da situação africana aconselha-nos, por um lado, a nos orientarmos prioritariamente para o nosso povo («africanização» ⁽¹⁾) e «participação popular»), e por outro, a considerar a nossa educação como um elemento de uma sociedade global e complexa, apreendida em todas as suas dimensões («de-sectorização»). Estas ideias conduzem-nos, de momento, a um «projecto» de «regionaliza-

⁽¹⁾ A este respeito, é sintomático constatar que a maior parte dos saberes específicos, elaborados e ensinados sobre África, encontram-se e são trabalho de universidades ou institutos situados fora do Continente.

DOCUMENTOS

ção» que falta ainda definir melhor. Esta «regionalização» parece-nos permitir, ao mesmo tempo, esse «entrosamento» na nossa realidade, tal e qual ela se nos apresenta, aceitando, portanto, todas as influências exteriores que ela já recebeu e assimilou, e também essa adaptação às «necessidades», aos «recursos» e às «realidades» que nos são próprios⁽¹²⁾.

Juntamos, igualmente, em anexo, outro documento de trabalho elaborado nas mesmas condições, que serve de base à nossa reflexão.

Uma terceira pista interessante a explorar poderia situar-se na intersecção das duas precedentes: pesquisa popular e/ou popularização da pesquisa.

A «pesquisa» e a «regionalização», sendo vocábulos que já existem, parece-nos útil precisar quais os aspectos que os poderiam diferenciar dos conceitos que habitualmente encerram.

A pesquisa, para nós, não é um fim em si. Ela não é senão um meio, talvez um entre outros, de *produção* de um modelo ou de elementos com vistas a um modelo. É, portanto, uma pesquisa «finalizada» (com um fim bem preciso).

Não se trata tanto, para ela, de nos fazer compreender porque razão as crianças abandonam ou não vão à escola, porque razão os investimentos educativos não dão resultados esperados, mas sim de procurar definir qual é o tipo de educação que as crianças não abandonarão, quais *são* em consequência os investimentos educativos que podemos fazer. Por outras palavras, não se trata de nos dizer porque razão as crianças e os pais não estão adaptados à escola, mas de nos dizer qual seria o tipo de educação que estaria adaptada às crianças e aos seus pais (e ao resto da sociedade).

No que respeita à «regionalização», não se trata, para nós, de uma simples descentralização. No nosso espírito, a região é, bem entendido, um espaço de gestão da educação, mas também de iniciativa e de responsabilidade — em paridade com o Estado. O pessoal da Educação não representa aí mais do que metade, no máximo, dos responsáveis regionais da educação.

Essas regiões gozam de uma certa autonomia a topos os níveis: pessoal, finanças, edifícios, equipamentos... mas também nos programas, calendários, métodos, experiências e experimentações. A regionalização não é, pois, um fim em si, e muito menos uma organização formal.

Ela é uma forma de encontrar a «especificidade» e o sentido das «realidades».

A nossa análise e as nossas propostas aproximam-se bastante destas poucas linhas extraídas de um documento publicado pela UNESCO⁽¹³⁾.

«Frequentemente (demasiado frequentemente ao nosso próprio ver), aplicamos sobre o fundo histórico-cultural da comunidade num sistema escolar decalcado a partir do da antiga potência colonizadora ou a partir de um sistema válido

(12) A definição do dicionário LEXIS, Paris: Larousse, 1979, p. 1596, parece-nos ser a que está mais de acordo com as nossas ideias.

«Regionalizar»: 1. Adaptar às necessidades de uma região.»

(13) Mas não envolve esta organização. Trata-se de MIALARET G., *op. cit.* (cf. nota 1 *supra*), p. 92.

num país muito mais evoluído. Daí uma discordância gritante, por vezes, entre a instituição escolar, que constitui um mundo à parte, e o meio no qual ela está implantada. Nestas condições, as motivações profundas da criança, motivações que alimentam as suas raízes na experiência vivida e na vida quotidiana no seio da comunidade, não existem. Os pais não vêem nenhum interesse na escola, que lhes aparece como uma instituição parasita. Todos estes elementos negativos não permitem a escola obter o seu rendimento máximo e os fracassos dos alunos só vêm reforçar todas as opiniões (dos pais, dos alunos) sobre a inutilidade da escola. Um grande esforço de *imaginação* está por fazer para repensar as finalidades e as estruturas, os programas e os métodos de uma escola adaptada às *necessidades* (da) comunidade.» (14)

A «imaginação» e a «pesquisa» são, para nós, as vias duma *produção*. A «adaptação às necessidades» (e aos meios), a «regionalização» são, para nós, as vias de uma *especificação* (acção de tornar específico).

Depois do fracasso de dois decénios de «desenvolvimento-crescimento», caminhamos para um desenvolvimento endógeno. Talvez tenha chegado também o momento de tirar as lições de dois decénios de «educação-crescimento» e de nos orientarmos para uma *educação endógena*.

Eis as ideias que podem animar uma política e uma estratégia para a educação africana. Há todo um campo e um desafio imensos, tanto para nós, Africanos, como para todos os que desejam ajudar-nos nessa via.

Bissau, 24 de Janeiro de 1987.

(14) Sublinhados nossos.

ACTIVIDADES DO INEP

Publicados integralmente no «Relatório Anual de Actividades», os capítulos «Actividades do INEP», constantes em cada número da revista SO-RONDA, são um «survol» que permitem «estar em dia» com as principais actividades levadas a cabo pelos Centros e outros departamentos que compõe o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

I — CEHC

a) Campanha de Recolha dos Testemunhos Oraís sobre a Luta de Libertação Nacional

Principal actividade deste Centro, ela tem continuado a desenrolar-se pelas 8 regiões administrativas do país, com ligeiro atraso na região de Oio e no Sector Autónomo de Bissau, nos quais não se conseguiram reunir totalmente as condições necessárias (de ordem material, sobretudo) para o cumprimento das etapas programadas.

Já em Novembro é feita a primeira avaliação da campanha complementada por um seminário de superação metodológica.

Em finais de Maio será realizado um encontro mais alargado, onde um balanço mais profundo da campanha terá lugar apontando a uma melhor concertação dos esforços e um intercâmbio das diversas experiências.

b) *Pesquisa*

O CEHC coordena actualmente as seguintes pesquisas, em curso:

— Pesquisa sobre *o desenvolvimento e democracia, com particular incidência sobre Kandjadje*, de Lars Rudebeck, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Uppsala.

— Pesquisa sobre *as classes etárias masculina e feminina e as suas relações recíprocas no grupo étnico dos Bijagós*, de Christine Henry, da Universidade de Paris X — Nanterre.

— Pesquisa sobre *a medicina tradicional e a sua relação com a religião: o caso particular dos centros de saúde multiétnicos*, de Eve Crowley, da Universidade de Yale.

— Pesquisa sobre *a etnomusicologia guineense*, de Sylvain Panneton e Grupo Ka Matchol.

Estão ainda em curso, investigações levadas a cabo pelos investigadores permanentes do Centro, a saber:

— Pesquisa sobre *os principais aspectos da religião balanta*, por Carlos Cardoso.

— Investigação sobre *a criminalidade e delinquência juvenil no Sector Autónomo de Bissau*, por Mário Santos.

— Investigação sobre *a viabilidade e a importância da tradição oral para a reconstituição da história contemporânea da Guiné-Bissau*, por Maria Arassi Taveira.

c) *Arquivos Históricos*

Durante este período o trabalho no serviço de Arquivos Históricos resumiu-se a três actividades globais que consistiram, fundamentalmente, na organização do centro de arquivos, no tratamento dos fundos de arquivos recebidos e inventariação dos documentos coloniais.

a) organização do centro de arquivos:

— elaboração dum ficheiro de proveniência e de localização dos fundos de arquivos conservados nas instalações dos Arquivos Históricos;

b) o tratamento dos fundos de arquivos recebidos:

1. criação de um instrumento de pesquisa que descreve o fundo da Administração da Circunscrição Civil de Cacheu.
2. tratamento sumário da colecção de fotografias e respectivos negativos (cerca de 4000).
3. tratamento dum segundo fundo, menos substancial, proveniente da região de Cacheu.

ACTIVIDADES DO INEP

c) inventário dos documentos coloniais:

— inventário completo de todos os documentos coloniais da região de Bolama/Bijagós (comité de Estado da Região, CT, Delegação do Ministério das Finanças, serviços aduaneiros e hospital de Bolama).

d) actividades académicas

— Outubro 1986: palestra *religião e sociedade*, por Eve Crowley, antropóloga (Universidade de Yale) e Carlos Cardoso, filósofo e investigador permanente do CEHC.

— Fevereiro 1987: palestra *o carnaval no mundo*, por Prof. Daniel Crowley, da Universidade da Califórnia.

— Abril 1987: conferência *o papel da religião na reintegração étnica da Guiné-Bissau*, por Eve Crowley.

e) outras actividades

Para além das actividades descritas o CEHC prestou colaboração a outros departamentos estatais como ao Ministério da Justiça, com assistência à concepção e preparação do Colóquio sobre «O Direito Consuetudinário Africano» em conjunto com o Supremo Tribunal de Justiça.

A pedido das autoridades provinciais e regionais o Centro, nas pessoas de Carlos Cardoso e Nelson Fernandes, elaborou uma proposta de base de um programa de acções, de ordem cultural e social, para as comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu.

II — CESE

a) Informação

Prosseguem a um ritmo considerado excelente a edição trimestral do órgão do CESE «BISE — boletim de informação sócio-económica» com o aparecimento de 4 números em 1986 (Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro) e o primeiro número de 1987.

b) Pesquisa

— Conclusão do estudo NATCAP (INEP/PLANO): *inquérito relativo aos assistentes técnicos e homólogos nacionais*.

— Conclusão do estudo do GNT/CODESRIA, sobre *os dez anos de desenvolvimento da Guiné Bissau* (CODESRIA) — Maio 87.

— Continuação do estudo sobre *a integração da componente mulher nos planos de programas nacionais* (PNUD) — Fevereiro 87.

- Continuação da *prospecção dos pequenos vales* (INEP/MDRP).
- Investigação em Bissau e no sector de Caboxanque sobre o papel da mulher na Reconstrução Nacional, no quadro de um projecto de estudo da UNESCO sobre as mulheres da Guiné-Bissau e do Zimbabwe.
- Investigação em todo o território nacional para conhecer a situação das crianças no nosso país, em resposta a uma solicitação da Organização dos Pioneiros Abel Djassi (OPAD).
- Estudo a nível nacional sobre a utilização e gestão da água nas comunidades rurais para servir de ponto de apoio à elaboração da lei sobre os direitos da água. (MRNI/FAO/INEP).
- Participação no PAIB, *Programa de Apoio às Iniciativas de Base*, com a criação de uma célula investigação/acção participativa à escuta das populações em matéria de inovações em prol do autodesenvolvimento. (PNUD)
- Vários estudos no quadro do projecto *Saúde Nutrição* financiado pelo Banco Mundial. (BM/MSP/MP/INEP)
- Continuação dos estudos sobre as *associações de fruticultores*, que deverão ser acabados em Outubro de 1987.
- Conclusão do estudo sobre *o impacto social do programa de estabilização económica*, levado a cabo em colaboração com a IUED.
- Continuação do estudo sobre *os efeitos socioestruturais, a longo prazo, dos projectos de recuperação de bolanhas na Guiné-Bissau*. (Fu/Berlin)

III — CDT

Prosseguem neste Centro as medidas visando alargar a integração e colaboração com as principais redes internacionais de informação e documentação. Integração que se tornará mais efectiva com a implementação do projecto «Informação para a pesquisa e informação», projecto este financiado pela Divisão das Ciências da Informação do CRDI (Canadá), e que tem por objectivo a criação de duas secções especializadas em informação científica e técnica.

Outrossim, o CDT tem levado a cabo actividades de ordem académica, com a realização de duas conferências, a saber:

- *O papel da Pecuária no desenvolvimento do país* (MDRP/INEP)
- *O paludismo: consequências e formas de tratamento* (MSP/INEP)

Na pessoa do seu coordenador, o Centro participou em Fevereiro de 1987, em Dakar, no seminário da CEA/CRAT sobre *Desenvolvimento das capacidades de negociação de transferência de tecnologia*.

IV — BP

A compra de equipamentos (estantes e outro mobiliário) irá permitir a abertura para breve da BP, que porá à disposição do público cerca de 25 000 volumes, entre os quais toda a documentação colonial portuguesa, extremamente importante para a investigação.

Esta abertura será, pode-se dizer, um primeiro virar de página na história deste departamento do INEP. Com efeito, o trabalho desenvolvido pelos funcionários afectos à BP é a todos os títulos apreciável, com a triagem, catalogação, classificação e indexação do número supracitado.

Para além disso, a BP possui no momento uma considerável lista de instituições internacionais, com as quais mantém correntes de intercâmbio de publicações.

V — *RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR*

a) *Participação em eventos internacionais e nacionais*

— Carlos Lopes: *Seminário Internacional da Língua Portuguesa*. Lisboa, Janeiro de 1987.

— Carlos Lopes: reunião do *Grupo de Trabalho do Comité Intergovernamental de peritos para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica*. (CEA/OUA), Dakar, Março/Abril de 1987.

— Raul Fernandes: *Mesa Redonda sobre o Projecto Integrado de Cabò-xanque* — *Genève*, Abril de 1987.

— Abdulai Silá: *seminário sobre Desenvolvimento das capacidades de negociação de transferência de tecnologia* — Dakar, Fevereiro de 1987.

— Raul Fernandes: *discussão do projecto de estudo sobre os impactos sociais da política de reajustamento económico* — Bissau, Março de 1987.

b) *Outras missões*

— Carlos Lopes: *Escandinávia* — *contactos com SIAS (Suécia), SIDA (Suécia), SAREC (Suécia) e organismos da Dinamarca e Finlândia, para aprofundamento e estabelecimento de relações.*

— Raul Fernandes: *Paris* — *UNESCO e ACCT* — *discussão das possibilidades de financiamento de vários projectos.*

c) missões recebidas

— De consultoria do Prof. Henri Desroche: elaboração de um projecto de formação de base dos quadros do INDE, em cooperação com a Universidade Cooperativa Internacional (UCI), Janeiro de 1987.

— Dr. Vladimir B. Kokorev, do Instituto Africano da Academia de Ciências da URSS: estudar formas de colaboração entre o IA e o INEP.

— Prof. Rui Neves da Costa Rodrigues, da Universidade do Minho, Portugal, e Presidente da Unidade Científico-Pedagógica de Economia e Gestão: estudo da possibilidade de organização de *cursos intensivos de administração pública e gestão de empresas* assim como da criação de uma *escola superior de economia, gestão e administração pública* além de um *centro de formação de professores* , Fevereiro de 1987.

NOTAS DE LEITURA

LARS RUDBECK SOBRE ULRICH SCHILFER

ULRICH SCHIEFER: Guiné-Bissau zwischen Weltwirtschaft und Subsistenz. Transatlantisch orientierte Strukturen an der oberen Guinéküste (Guinea-Bissau between world economy and subsistence. Transatlantically oriented structures on the upper Guinea coast), ISSA — wissenschaftliche Reihe 20, Informationsstelle Südliches Afrika, Bonn, 1986 (Ph. D. thesis at the University of Münster, Federal Republic of Germany, 1984).

Ulrich Schiefer's work addresses the question why developments in postcolonial Guinea-Bissau have not met the hopes born of the anticolonial struggle. It is a case study of Africa's crisis, investigating «one partial aspect of the expansion of the capitalist world system and the assignment of roles to determined regions and economic sectors connected with this expansion». ¹ Schiefer is a West-German sociologist who worked for the government in Bissau in the years 1978-80. He states his question bluntly right from the outset:

Why does an independence movement that reaches power after a long and embittered war of liberation entailing many sacrifices pursue a development project contradicting all its ideological pledges?

Why does it pursue an industrialization project that in all comparable cases has already been shattered, i.e. a policy which obviously and predictably leads to ruin? A policy, suicidal furthermore even to the government? ²

The problem is of course a fundamental one, both theoretically and politically. Schiefer's formulation, however, is not beyond dispute. Does the development project of the PAIGC (*Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*) regime in Guinea-Bissau really contradict *all* the ideological pledges of the liberation movement? Is it really suicidal to the government, for the time being? We shall return to these two questions. But let us take a look first at how Schiefer deals with his task, both empirically and theoretically.

HISTORICAL DESCRIPTION

Against the background of an historical sketch of the integration of the upper Guinea coast in the Atlantic trade from the fifteenth century and onwards, the bulk of Schiefer's work consists of thorough accounts of colonial research and colonial and postcolonial policies with regard to economic development. Three consecutive periods or types of «offensives» against traditional peasant society are distinguished: the first stretching over roughly four centuries up to the end of the nineteenth century and characterized by attempts on the part of the Europeans to appropriate a surplus through trade, most importantly slave trade, the second period being characterized by the establishment of military and political control of the territory of present day Guinea Bissau, while the offensive of the third period, after World War II, aimed directly at breaking up the subsistence economy of traditional society.

The systematic presentation of available documentary materials and other reports upon the general effects of colonialism on the rural societies of Guinea and more specifically on subordination and development policies is a solid contribution to the systematization of historical knowledge of a neglected field. Its usefulness will be considerable, although limited by the extent to which potential readers are familiar with the German language.

Colonial modernization efforts culminated around 1970 as an integral part of counter-insurgency policies provoked by the successful anticolonial war of liberation started by the PAIGC in 1963. Modernization aimed explicitly at the destruction of traditional structures in order to open up the country for the appropriation of labour power under capitalist conditions.

In this perspective and thus in Schiefer's book, the armed struggle for independence, 1963-1974, appears more as a kind of historical parenthesis than as the beginning of something radically new. When the basis began to break down, after 1974, for the anticolonial alliance between the peasants and the radical fraction of what Schiefer calls the Afro-Portuguese trading class, the independent state resumed modernization policies similar to those carried on by the Portuguese colonizers not very long ago.

Most of the second half of Schiefer's book demonstrates quite convincingly basic conceptual similarities between colonial and postcolonial economic development policies in Guinea-Bissau. Both aimed at breaking up what Schiefer regards as primarily a subsistence economy in order to transform it into a monetary economy controlled by the state.

Schiefer naturally does not ignore the differences at the level of political ideology between colonial and postcolonial development policies. But his point is that there are striking similarities at the economic level in spite of the obvious differences with regard to political ideology and subjective intentions. The detailed documentation of this is an important empirical contribution.

At the level of historical description, thus, we have good reason to be grateful for the work done by Schiefer. It is considerable. At the level of interpretation and theory, however, his contribution appears less convincing, at least to the present reader. It is my impression that a relatively minor change of theoretical perspective

NOTAS DE LEITURA

would have made it possible for Schiefer to present his findings in a way conducive to greater clarity.

INTERPRETATION AND THEORY

Schiefer's approach is historical, and he does not make explicit use of class analysis, although such analysis is implied in the argument of the concluding chapter called «The struggle for state power». His explanatory model is influenced rather by a mixture of dualism and dependency theory. It counterposes in an abstract way two distinct types of economic systems or modes of production: i.e. *use value oriented African production* versus *exchange value oriented production*.

Many mechanisms of the former system are described in considerable detail in the empirical chapters. To summarize its characteristics, Schiefer simply uses the general term «traditional agriculture», although he emphasizes the concrete complexity of the system thus denoted: «... not a firmly locked, static system of vegetal and animal production, but a complex totality of economic reproduction of the societies of the space investigated.»³

In analogous fashion, «exchange value oriented production» as operationalized in Schiefer's work is simply the world capitalist system manifesting itself in Guinea in various phases and forms: from early colonial merchant and trade capitalism to last minute attempts by the Portuguese colonial regime to open up peasant society to capitalist production by manipulation and force, followed today by the independent regime's efforts to modernize and develop under conditions of extreme dependence on the world market in the form of aid and credits.

As I understand Schiefer, he conceptualizes all of Guinean history, from the fifteenth century and up to the present time, as an ongoing confrontation between these two systems or modes of production, where «traditional agriculture» offers tough and continual resistance against producing for exchange value on the world market. Colonialism, Afro-Portuguese traders, and now the state of Guinea-Bissau, have all tried to push the resisting peasants in the same direction. Due to the weaknesses of both Portuguese colonialism and the independent PAIGC regime, the results have been meager so far, to say the least, from the point of view of capitalist modernization. Unfortunately for the peoples inhabiting the area, their own societies and traditional modes of production have also been paralyzed into stagnation in the process.

At first thought, the image resulting from this kind of interpretation is not unreasonable, fitting in as it does with many historical facts as well as with the depressing lack of dynamic interaction between state and producers in today's Guinea-Bissau. At closer inspection, however, it becomes clear that it abstracts in a confusing way from the concrete relations of power characterizing in this case Guinean society. The abstract counterposing of need and exchange value production is simply incapable of ordering theoretically the concrete richness of the history of the region. This kind of interpretation generalizes the subsistence aspect of African peasant society almost to the point of mystification, while indicating no way out of

today's stagnation. The simple point is never made, that whether exchange value production and subsequent trade is beneficial to the producers or not depends upon the relations of power under which it takes place. The trans-Saharan trade of precolonial times contributed to prosperity in West Africa, while the trans-Atlantic trade of the following centuries brought stagnation and political dissolution, in the vacuum of which the artificial colonial and postcolonial states were eventually established. Market values were exchanged in both cases. But the relations of power determining the conditions of exchange were different, and thus also the outcomes in terms of productivity, distribution of surplus between producers, traders and wielders of political power, and in terms of development of society in general. The trade in slaves as a commodity on the world market was an expression of extreme inequality between the African producers and the wielders of economic and political power.

As far as the precolonial and indigenous modes of production of the peoples of the upper Guinea coast is concerned, it is true that they were decentralized and self-sufficient in ways that did not make them directly available for exploitation on the world market. It is also very natural that these peoples tried to resist being exploited on unequal terms. But this does not mean that they were innately opposed to exchange value oriented production, for some kind of traditional or cultural or otherwise labelled reasons. On the contrary, whenever their concrete interests of survival or societal reproduction forced them into trading their produce or labour power as commodities on exchange value markets, they were also prepared to leave the circuits of subsistence production.

It is not correct, that exchange value oriented production was unknown along the upper Guinea coast before the emergence of the Atlantic trade system, as Schiefer says.⁴ On the contrary, the Mandinga empire of Mali, the power and influence of which culminated during the two centuries preceding the arrival of the Europeans by sea, included the territory of present day Guinea-Bissau and was also a major participant in the trans-Saharan trade between West and North Africa. This strong current of international trade was very far from a mere exchange of «use values» between mainly subsistence producers. It points to the involvement of precolonial Guineans in an international system of exchange of minerals, food, and manufactured products of greater complexity than indicated by Schiefer's concept of use value oriented traditional agriculture. Food for local subsistence occupied the labour force during the rainy season. But during the dry season, labour was expended for the production of exchange value in the form of for instance salt, kola nuts, and surplus rice, all of which was traded for various products from the Sudan and distant trans-Saharan countries. There was of course also extensive local trade, for instance at present day Canchungo.

During the following centuries, as also described by Schiefer, the actual management of international trade in the area was taken over by the evolving stratum of Afro-Portuguese people living along the coast — culturally, socially, and politically the forerunners of today's «petit bourgeois» rulers of Guinea-Bissau, would-be founders of a Creole nation, in the view of among others the Guinean social scientist Carlos Rui Ribeiro.⁵ These were the centuries of gradual subordination of the societies of the upper Guinea coast to the emerging capitalist world market.

NOTAS DE LEITURA

Trying to comprehend these complex processes of historical evolution simply in terms of the dichotomy of use value/exchange value oriented production does not take us very far. It can only be done at the cost of overlooking the concrete contradictions between peasant producers and their various colonial and indigenous rulers over the distribution of surplus, including not only economic and political but also social and cultural contradictions. Today, for instance, one way in which this struggle expresses itself is through the smuggling of Guinean products into Senegal, where payment is received in CFA francs giving access to the world market of consumer goods. The reason why the Guinean peasant prefers to sell in Senegal is not that he is a subsistence producer avoiding the world market, but that he wants to avoid the state of Guinea-Bissau as mediator between himself and the (world) market. These and many other concrete mechanisms are described in detail in Schiefer's book. My point, however, is that what Schiefer accurately labels the collapse of Guinea-Bissau's postcolonial agricultural economy cannot be explained as caused by traditional peasant resistance against efforts to impose a market economy. A much straighter hypothesis would point to the lack of state support for efforts by the peasants themselves to produce exchange value enabling them to improve their conditions of life. The lack of such support and the absence of an integrated agricultural economy can be analyzed most fruitfully in terms of relations of class power. This is in fact recognized by Schiefer in his concluding chapter, but without recognition of the conflict between this way of reasoning and his own explanatory model.

This observation brings us back to the questions raised at the beginning of the present article.

THE FIRST QUESTION

According to Schiefer, as already quoted, the overall development project of independent Guinea-Bissau contradicts *all* the ideological pledges made by the liberation movement. But is this really true? And what does Schiefer himself show in his book? This is the first question.

In a simple sense, it is easy to show that Schiefer contradicts himself, as he stresses, correctly, the *similarities* between the development concepts of the late colonial planners and the leadership of the liberation movement, recruited from «the Afro-Portuguese trading class»:

The Afro-Portuguese trading class... was basically interested in the extension of agricultural production, i.e. in the modernization and development of agriculture, stressing also the goal of improving the standard of life of the peasants, which appeared unsatisfactory to the cadres of the liberation movement with their origins in urban social strata.⁶

To the extent, thus, that the leaders of the anticolonial liberation movement, and most importantly Amílcar Cabral himself, shared the view that development would have to proceed by the destruction of «traditional society» by the extension of

«modern» society, it is not surprising that this view impregnates also official postcolonial development ideology in Guinea-Bissau. In reality, however, the problem is more complicated, as we can understand also from Schiefer's own descriptions.

Firstly, Cabral's own analysis was marked by an unresolved conflict between conventional modernization thinking and revolutionary democratic thinking. Secondly, and more importantly in this context, it is actually a major argument of Schiefer's that the participation of the Guinean peasantry in the liberation struggle was conditioned primarily by a defensive, conservative reaction against the colonial state's modernization project rather than by anything else:

The participation of the Guinean peasants in the national liberation war was determined by the threat against their total context of life at a national level posed by the Portuguese modernization offensives.⁸

If such an attitude in defense of traditional African society, including (presumably) subsistence production for use value, did in fact dominate the ideology of the liberation movement, then postcolonial official development policies would of course be in sharp contradiction with that ideology. But although Schiefer does mark an important point here — even singled out by CHRISTIAN SIGRIST in his foreword as «an important step forward in comparison with explanatory attempts made up to now»⁹ — his argumentation is far from unproblematic.

First, empirically, with regard to historical facts (as presented by Schiefer himself in Chapter 7), the proposition that peasant participation in the war of liberation was determined by the third modernization offensive of the colonial power to such an extent as stated by Schiefer is hardly tenable. The reason is simply that the decisive phases of that offensive did not start until seven years *after* 1963, the year when the PAIGC initiated the armed struggle. As shown by Schiefer, the only really far-reaching modernization efforts were those foreseen to take place within the framework of the third Portuguese development plan for Guinea which began to run in 1968. The extent of these efforts had been *provoked* by the insurrection led by the PAIGC. They cannot have caused the peasants to rise, if only for chronological reasons. Actually the term *counter-insurgency* which was used by General Spínola after 1970 is very appropriate.

This, on the other hand, does not mean that Schiefer's hypothesis lacks foundation. I have in fact developed an interpretation similar to his in an earlier text:

Surely, the contradiction opposing the peasant producers of Guinea to the Portuguese colonial-capitalist class was a class contradiction. But to most Guineans it appeared as a contradiction between an alien power and their own (ethnic) community. This was the basis upon which they were first prepared to be mobilized, and it was cultural community rather than class. The horizontally organized Balante fought originally for the freedom to live without a state. They did not fight to support the creation of a new state, be it progressive or even

NOTAS DE LEITURA

«their own». The Fula community, on the other hand, already had their own state which existed in a kind of reluctant symbiosis with the colonial state, in a sense it was even protected by colonialism. Thus, the Fula peasants were probably less conscious, in general, than the Balante of being opposed to colonialism. Still, they were probably subjected to even harsher exploitation than their Balante class brothers and sisters.

This brings us back to the main point of this paper: i.e. that the people of Guinea were not mobilized for national liberation primarily on a class basis, but on a political and cultural basis.¹⁰

This may be compared with Schiefer's argument (following directly upon the passage quoted in note 8):

The militant involvement (of the Guinean peasants) was thus based not only on their tradition of resistance and their economic interest in putting an end to exploitation, but represented the defense of their total context of life, i.e. their ethnic, social, economic and cultural identity. The motivation of the peasants to take part in the war of liberation arose in a certain sense from a conservative attitude, directed at the maintenance of the existing structures. Their goal was thus not to transform the conditions of production, but to maintain them. This conservative attitude worked in reality in a progressive way, however, because it was anticolonial. Cabral's explicit judgment that the peasants were a non-revolutionary force becomes more understandable against this background.¹¹

This is the background of Cabral's ambivalence. Schiefer is quite right. But his theoretical interpretation is tied up with the stereotype application of the exchange / use value production dichotomy. Thus it is tied up also with the «dualist» theoretical assumption of a culture-bound inclination of Guinean and other peasants to cling to traditional use value oriented production in the abstract.

My own assumption is simply that the common goal of putting an end to colonial domination united the peasants and their leaders during the liberation struggle. To the peasants, colonial domination had meant efforts, often brutal and repressive, to force them into exchange value production on terms highly disadvantageous to them. Hence, very naturally, the traditionalist economic aspect of anticolonial mobilization. This, however, does not justify generalizations about peasant attitudes under different concrete circumstances. Why would not Guineans be as inclined as anybody else to enter exchange value production, either when forced into it as the only way of surviving or when seeing it themselves as a realistic way of improving their own lives?¹² If so, the contradiction between the present development strategy of the PAIGC regime and Reformer pledges of the liberation movement would have much less to do with ideological treason, as implied by Schiefer, than with the successful completion of the anticolonial struggle having shattered the basics for the previous alliance and bringing new class contradictions to the fore.

Theoretically, Schiefer's analysis is questionable on the same grounds as Göran Hydén's much discussed ideas about the traditional African «economy of affection» which, according to Hydén, has to be destroyed in order for development to take place.¹³ It is of course an important *political* difference between these two versions of dualism that Schiefer argues against the destruction of the peasants' «total life context», while Hydén sees no other way out. But are there any other alternatives left, within the theoretical framework of the exchange («modern»)/use value («traditional») dichotomy, than either destruction for the sake of «progress» or some kind of utopian return to traditional subsistence? The question is rhetorical. Looking in other directions requires the application of political economy thinking open to concrete historical conditions, while both Schiefer and Hydén argue within similar kinds of closed and foreclosing theoretical/ideological frameworks.

The implication of my own argument is not to foreclose the future. The people of Guinea will continue to struggle for their interests. In a short term perspective, the prospects are not bright that these daily struggles for a better life will result in state power being effectively wielded for the benefit of the people. But whenever it does and to whatever extent, agricultural development policies will neither destroy people's lives nor cut them off from exchange value production. In the meantime, people will carry on trying to survive through a combination of subsistence and market orientation, while demanding and hoping for at least some support from the state.¹⁴

This brings us to the second question raised at the beginning of our discussion.

THE SECOND QUESTION

The badly planned and overly ambitious industrialization-policies of the PAIGC regime, according to Schiefer, lead not only to economic ruin but they are also suicidal even to the government itself. The first part of this proposition is not controversial. It is documented in detail in Schiefer's Chapter 11, where it is shown too that most individual projects were simply taken over from the colonial development plans. But this type of criticism is not new. It was even developed systematically in an official Guinean publication (quoted also by Schiefer) as early as in 1980.¹⁵ After the coup of November 1980, the arguments were used against the regime of Luiz Cabral, for instance in the following quote from the secretary general's report to the extra party congress of 1981. Nino Vieira stressed that the international aid flowing into the country had not had the beneficial effects expected from it because of...

...completely distorted investment policies... Our investment capacity was channelled into prestige projects or industrial projects of doubtful profitability...¹⁶

The second part of Schiefer's proposition is less evident, however. Are these kinds of prestige industrialization projects really suicidal to the *government*, once

NOTAS DE LEITURA

the worst excesses have been modified? This is our second question. As before, Schiefer's own empirical results raise some doubts about his generalizations:

The concentration of all means to the construction of a modern sector, out of all contact with the traditional economy, represented however the attempt to «broaden the economic basis of political power». Also according to the state apparatus' own understanding of itself was there a need for it of creating its own economic basis, which could be controlled by the class that dominated the state apparatus, as traditional agriculture was out of its reach and authority. ¹⁷

In a power perspective, thus, economic «modernization» was probably *necessary*, in the short run, to the survival of the regime, rather than suicidal. In the longer run, Schiefer is of course right that neither regimes nor development can be based on economic ruin. But the point is precisely that the power logic of their class position, in relation to the peasant producers of their own country and the suppliers of international aid and credit, forces the wielders of state power to secure their positions temporarily by means that will be damaging in the long run. ¹⁸

ANY WAY OUT?

The way out of the trap cannot be conceptualized in terms of such dichotomies as exchange value/use value, market/subsistence or modern/traditional. It must be conceptualized in terms of the distribution and structure of economic and political power within Guinea-Bissau and the larger West African region of which it is an integral part, historically as well as today, economically as well as culturally.

In the immediate postcolonial situation, the only conceivable wielders of anything resembling integrated state power were that minority (including the military) who had been able to assume control of the state apparatuses in the former colonies, due to their roots in the intermediate strata of colonial society and their political leadership role in the anticolonial movements. The case of Guinea-Bissau was specific in the sense that armed struggle had been necessary for the achievement of decolonization, but basically this did not affect the class structure. Within the inherited colonial/postcolonial framework, the preconditions for democracy and development for the people are extremely limited. The immediate interests of the power wielders within these artificially created entities are political and territorial control, cultural integration, benefits from credits and aid, economic «modernization». But the idea that every ex-colony in Africa would be able to develop into a modern nation-state is an ideological myth, a burdening part of the colonial heritage. *Actually it is difficult to see any reason why the historical connection between the development of capitalism and the emergence of nation-states would be repeated in today's Africa, on a general level. The kind of dialectic between economic and cultural integration on the one hand and the consolidation of state power on the other that characterized European development was a product of very specific historical conditions. Cultural and national pluralism, weakly rooted states, peri-*

phery status on the world market — all this would seem to call for other kinds of frameworks of development than the nation-state.¹⁹

In the longer run, it cannot be excluded that the combination of economic stagnation for the people and political and cultural repression will force Africans of many countries to take struggle themselves for different kinds or power structures: simultaneous by more democratic and pluralist and more supra-state. However unrealistic this may appear at the present moment, I venture the proposition *that it is more in touch with reality than the idea, to which Schiefer subscribes at the very end of his book, of an «auto-determined national (my emphasis) economy»*²⁰ within the space of present day Guinea-Bissau.

Lars Rudebeck

NOTES

1. Ulrich Schiefer, *Guiné-Bissau zwischen Weltwirtschaft und Subsistenz. Transatlantisch orientierte Strukturen an der oberen Guinéküste*, ISSA — wissenschaftliche Reihe 20, Informationsstelle südliches Afrika, Bonn, 1986, p. 2. This and the following translations into English from the German original have been made by me.
2. Schiefer, p. 2.
3. Schiefer, p. 3.
4. Schiefer, p. 3.
5. Carlos Rui Ribeiro, *A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau 1: A articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial (os crioulos como embrião da nação guineense)*, paper presented at international conference on «The formation of the nation in 'the five' (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, S. Tomé e Príncipe)», Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, January 1986.
6. Schiefer, p. 160.
7. See for instance Lars Rudebeck, *On the class basis of the national liberation movement of Guinea-Bissau*, paper prepared for workshop at the Department of Afro-American and African Studies, University of Minnesota, Minneapolis, May 1983, p. 18. Also as «Über die Klassenbasis der nationalen Befreiungsbewegung von Guinea-Bissau», *Leipziger Beiträge zur Revolutionsforschung*, Karl-Marx-Universität, Leipzig, 11, 1985, pp. 62-81 (p. 78).
8. Schiefer, p. 159.
9. Christian Sigrist, foreword to Schiefer's book, pp. 3 f.
10. Rudebeck 1983, pp. 13 f (1985, p. 74).
11. Schiefer, p. 160.
12. See for instance the recent article by Joye L. Bowman, «'Legitimate commerce' and peanut production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s», *Journal of African History*, 1986 (forthcoming), for an illuminating analysis of the rise and fall of export production in the Rio Grande region of southern Guinea.

NOTAS DE LEITURA

13. Göran Hydén, *Beyond Ujamaa in Tanzania. Underdevelopment and an uncaptured peasantry*, Heinemann, London, Ibadan, Nairobi, 1980, and *No shortcuts to progress. African development management in perspective*, Heinemann, London, Ibadan, Nairobi, 1983.
14. In January 1986, I noted for instance the following comment by a party member in a village in northern Guinea-Bissau: «The state has forgotten us. The only strength we have is our own agriculture».
15. *Introdução à geografia económica da Guiné-Bissau*, State Commissariat for Economic Coordination and Planning, Bissau, 1980, in particular Chapter 3.
16. *Relatório do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC ao Primeiro Congresso Extraordinário*, PAIGC, Bissau, November 1981, p. 12.
17. Schiefer, p. 220.
18. See Carlos Lopes, *Guinea-Bissau: from liberation struggle to independent statehood*, Zed Books, London, 1987, for a close analysis of the power structure of Guinea-Bissau. Another insightful contribution is made by Carlos Cardoso in his paper to the INEP conference on the formation of the nation in the former Portuguese colonies of Africa, *A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau 4: A problemática da construção nacional na fase pós-independência: dificuldades e perspectivas*, INEP, Bissau, January 1986.
19. Cf. the paper presented at the INEP conference by Samir Amin, *Etat, nation, ethnie et minorités dans la crise. Quelques aspects de la critique de l'idéologie de la nation et de l'ethnie*, INEP, Bissau, January 1986.
20. Schiefer, p. 261. In 1977, I wrote myself about a «possibility» that had «not yet been overtaken by events» of such auto-determined national development (which I called socialist oriented) in Guinea-Bissau. See Rudebeck, *Guinea-Bissau. Folket, partiet och staten* (The people, the party, and the state), Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, 1977, p. 138. Today I think we are beginning to have deeper insights into the so-called national question of postcolonial Africa.

CEHC

Recolher e inventariar os documentos históricos dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio da História, Antropologia, Etnografia e Sociologia

CESE

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração de estudos, pareceres e análises

CDT

Recolher a documentação de ordem tecnológica relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar e assistir as iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração nas redes internacionais de informação tecnológica

BP

Coligir e inventariar livros e documentos tornando-os acessíveis ao público em geral e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do estudo e da pesquisa

**GUINE
BISSAU**

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Lopes, Abdulai Silá
Carlos Cardoso, Diana Handem

Conselho Consultivo Ana Maria Gentili (Itália)
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebeck (Suécia),
Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau)
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau)
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Nelson Fernandes
Fernando Delfim da Silva

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Impressão: Gráfica 2000

Tiragem: 1 000 exemplares

Preços:

- Guiné-Bissau: 600,000 PG
- Portugal: 500\$00
- Assinatura via aérea (4 números): US\$ 15.00

Locais de Venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)

Estrangeiro: Pedidos a CIDAC, Centro de
Informação e Documentação Amílcar Cabral
R. Pinheiros Chagas 77, 2.º Esq.º — 1000 LISBOA
SORONDA, Revista semestral do INEP,
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Complexo Escolar 14 de Novembro, CP 112 Bissau
Guiné-Bissau